

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
Instituto de Ciências Humanas e Informação
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Dissertação de Mestrado

AS MOBILIDADES SOCIOESPACIAIS DAS AGRICULTORAS FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL/RS

Caroline Tapia Bueno

Rio Grande, 2019

Caroline Tapia Bueno

**As mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares do município de São
Lourenço do Sul/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Urbano-regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Susana Maria Veleda da Silva

Rio Grande, 2019

Caroline Tapia Bueno

As mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares do Município de São
Lourenço Do Sul/RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande.

Data da defesa: 20/02/2019

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Susana Maria Veleda da Silva (orientadora) - Universidade Federal do Rio Grande

Prof.^a Dr.^a Roselí Alves dos Santos - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Francisco Beltrão

Prof.^a Dr.^a Amanda Motta Castro - Universidade Federal do Rio Grande, Campus São Lourenço

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli (suplente) - Universidade Federal do Rio Grande

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que, das mais diversas maneiras, lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradecimentos

À minha orientadora, por toda a dedicação, atenção, colaboração e amizade. Sem você essa pesquisa não seria possível.

À minha banca, que me acompanha desde o início dessa jornada, pela dedicação em ler meu trabalho, pelas considerações, críticas, e elogios.

Às mulheres entrevistadas que doaram seus tempos e suas histórias.

À minha mãe e irmã pela paciência e ajuda em todos os momentos, pela compreensão pelas horas e horas em que fiquei isolada escrevendo. E acima de tudo, por acreditarem em mim, muitas vezes mais que eu mesma.

Ao meu namorado, pelas leituras do meu texto, pelas dicas, ajuda e compreensão quando não pude me fazer presente.

Aos meus bichinhos (Kim, Bel, Ney, Gordinha e Jackson (in memoriam)) que me fizeram mais leve e feliz com suas companhias nessa caminhada.

Aos meus amigos (as) que estiveram ao meu lado trocando lamentos, dicas, alegrias e tristezas. Vocês são essenciais e especiais.

À Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e ao Núcleo de Análises Urbanas (NAU), pela acolhida, pelos espaços, pelos lindos momentos que vivi ali.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos neste período, a qual foi crucial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Obrigada.

“Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens; mas sobre si mesmas.”

(MARY WOLLSTONECRAFT)

Resumo

BUENO, Caroline Tapia. **As mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul/RS**. 2019. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia – análise urbana regional) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

O presente estudo é o resultado da constante necessidade de se trabalhar questões de gênero no espaço rural, uma vez que o patriarcado impacta a vida de mulheres e homens neste espaço. Nessa perspectiva a pesquisa situa-se no município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, no qual através dos censos demográficos do IBGE podemos perceber migrações seletivas de mulheres deixando o espaço rural e por consequência a masculinização do campo neste município. Na pesquisa as sujeitas investigadas foram às mulheres agricultoras familiares com faixa etária de 18 a 29 anos de idade que residiam no espaço rural de São Lourenço do Sul, bem como as mulheres migrantes. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos três principais conceitos: ordem patriarcal de gênero, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar, e a partir deles foram realizados desdobramentos necessários à discussão e análise. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi o de identificar quais são as causas que desencadeiam o processo de migração feminina, analisando as consequências nas vidas das jovens agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul/RS. Metodologicamente falando, utilizamos uma abordagem qualitativa e feminista. Partimos da revisão bibliográfica como base para nossa fundamentação teórica, seguindo para a coleta de dados, a qual se deu em duas etapas: por questionário aberto e entrevistas em profundidade. A análise foi feita a partir de uma aproximação da análise do discurso desenvolvida principalmente por Foucault. Por conseguinte, percebemos que as agricultoras familiares estão totalmente envoltas por uma ordem patriarcal de gênero, manifestada por as limitações de liberdade, de remuneração, de opinião e de decisão. Assim, o patriarcado conjuntamente com as dificuldades do âmbito educacional impulsionam cada vez mais as mulheres a abandonarem o espaço rural em busca de uma nova vida baseada na igualdade entre homens e mulheres.

Palavras-chave: agricultura familiar; mulheres; migração; patriarcado.

Abstract

BUENO, Caroline Tapia. **The socio-spatial mobility of woman family farmers in the municipality of São Lourenço do Sul/RS.** 2019. 130f. Dissertation (Master's degree in Geography - regional urban analysis) - Postgraduate Program in Geography, Institute of Humanities and Information, Federal University of Rio Grande, Rio Grande, 2019.

The present study is the result of the constant need to work on gender issues on rural areas, since patriarchy impacts the lives of women and men in this space. From this perspective, the research is located in the municipality of São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, in which, through demographic censuses of the IBGE, we can perceive selective migrations of women leaving the rural space and, consequently, the masculinization of the countryside in this municipality. In the research the investigated subjects were women family farmers aged 18 to 29 years residing in the rural areas of São Lourenço do Sul, as well as migrant women. For the development of the research we use three main concepts: patriarchal gender order, sexual division of labor and family agriculture, and from them the necessary breakthroughs for discussion and analysis were made. Thus, the general objective of the research was to identify the causes that trigger the female migration process, analyzing the consequences in the lives of young woman family farmers in the municipality of São Lourenço do Sul/RS. Methodologically speaking, we use a qualitative and feminist approach. We started from the bibliographic review as a basis for our theoretical foundation, followed by data collection, which took place in two stages: by open questionnaire and in-depth interviews. The analysis was made from an approach of the discourse analysis developed mainly by Foucault. Therefore, we realize that family farmers are totally surrounded by a patriarchal gender order, manifested by the limitations of freedom, remuneration, opinion and decision. Thus, patriarchy, together with the difficulties of the educational sphere, are increasingly driving women to leave the countryside in search of a new life based on equality between men and women.

Keywords: family farming; women; migration; patriarchy.

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de localização do município de São Lourenço do Sul	21
Figura 2: Mapa com as divisões distritais do município de São Lourenço do Sul.	22
Figura 3: Escola Estadual de Ensino Médio Professor Rodolfo Bersch.	34
Figura 4: Escola Técnica Estadual Santa Isabel.	35
Figura 5: Relação da análise do Discurso.	70

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Relação entre décadas (1970 a 2010) e idades de mulheres na área rural do Brasil	15
Gráfico 2: População feminina por décadas (1970 a 2010) no município de São Lourenço do Sul/RS.	24
Gráfico 3: População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2000.	25
Gráfico 4: População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2010.	26
Gráfico 5: População rural por sexo no município de São Lourenço do Sul/RS, 2010.	27
Gráfico 6: Faixa etária das participantes da pesquisa	74
Gráfico 7: Relação entre o distrito e a quantidade referente de participantes	75
Gráfico 8: Número de hectares por participante da pesquisa.....	76
Gráfico 9: Relação dos cursos superiores que as participantes desejam cursar.	77
Gráfico 10: Opinião das participantes da pesquisa de quem trabalha mais no núcleo familiar.....	83
Gráfico 11: Relação de parentesco e idade na qual migrou.....	100

Lista de Tabelas

Tabela 1: Taxa de fecundidade da Região Sul do Brasil, 2000.....	25
Tabela 2: Produtores(as) na direção dos estabelecimentos por sexo e grupos de direção dos trabalhos na agricultura familiar.....	28
Tabela 3: Grupos de atividades econômicas praticadas por homens e mulheres no município de São Lourenço do Sul.....	28
Tabela 4: Unidades produtivas por tipo de agricultura e condição do(a) produtor(a)	29
Tabela 5: Área de estabelecimentos da agricultura familiar por utilização de terras.	29
Tabela 6: Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes. ...	30
Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários com produção no ano e valor da produção no ano por tipo de produção e agricultura.	31
Tabela 8: Estabelecimentos Agropecuários por procedência da força animal/mecânica.	32
Tabela 9: Número de estabelecimentos agropecuários com tratores por grupos de atividade econômica.....	32
Tabela 10: População ativa do município de São Lourenço do Sul, por nível de instrução.....	36
Tabela 11: Atividades no mercado de trabalho de São Lourenço do Sul.....	37
Tabela 12: Relação entre culturas e número de famílias que a produzem (sendo que uma família pode produzir uma ou mais culturas).....	77
Tabela 13: Organização das tarefas no núcleo familiar	80

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AIMTR-Sul	Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômico Rurais
DRMR	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMATER	Associação Rio-grandense da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF MULHER	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Mulher
POPMR	Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
SLS	São Lourenço do Sul
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
2 ENTRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA	6
2.1 Os fluxos migratórios no Brasil.....	6
2.2 A migração feminina no contexto da agricultura familiar	13
2.3 São Lourenço do Sul: história e conjuntura.....	19
3 AGRICULTORAS FAMILIARES: ENTRE O PATRIARCADO E A LUTA POR UMA SOCIEDADE JUSTA.....	39
3.1 As mulheres no contexto da agricultura familiar	39
3.2 Herança e sucessão: uma ordem patriarcal de gênero.....	48
4 GEOGRAFIA, RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E CAMINHOS DA PESQUISA	53
4.1 Sobre os movimentos sociais, feminismos e a ciência geográfica brasileira.....	53
4.2 Relações patriarcais de gênero	57
4.3 Metodologia	65
5 AGRICULTORAS E MIGRANTES: A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO COMO PROPULSORA DAS MIGRAÇÕES SELETIVAS.....	74
5.1 As jovens agricultoras familiares de São Lourenço do Sul – características e perspectivas.....	74
5.2 Através do discurso: análise a partir das entrevistas em profundidade.....	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
Referências	107
Apêndices.....	116

1 INTRODUÇÃO

As migrações da população rural para os espaços urbanos no Brasil ocorreram e ocorrem por diversos fatores, dentre eles: as políticas econômicas de favorecimento aos grandes latifundiários, como os empréstimos bancários, a mecanização das atividades agrícolas em substituição da força de trabalho e o endividamento de pequenos agricultores em vista da aquisição de maquinários. Os estudos de Brumer (2004), de Faria e Macedo (2013) e de Maia e Buainain (2015) mostram que, no século XXI, é crescente a participação de mulheres jovens no processo migratório rural-urbano brasileiro e evidenciam que as causas destas migrações são, além de econômicas, educacionais, culturais e sociais.

No município de São Lourenço do Sul (SLS) não é diferente. Através dos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos concluir que a migração de mulheres jovens do meio rural é uma realidade. A partir disso, elencamos alguns pressupostos acerca das possíveis causas desse processo estar acontecendo no município: o primeiro gira em torno das desigualdades de gênero presentes na estrutura familiar; o segundo refere-se à falta de escolas no espaço rural; o terceiro consiste na busca de trabalhos urbanos assalariados por falta de oportunidades para permanecerem no espaço rural.

Na agricultura familiar de acordo com Carneiro (2001) e Brumer (2004), as mulheres jovens são vistas como ajudantes na propriedade, mesmo exercendo várias atividades, como: cuidados domésticos, cuidados com a horta, animais e com a lavoura. Nesse cenário patriarcal normalmente são desvalorizadas e não recebem remuneração pelas atividades desenvolvidas, além de serem geralmente desqualificadas para o cargo de sucessora da família. Deste modo, muitas acabam sendo expulsas do campo por um sistema patriarcal que legitima o homem e naturaliza o processo de desvalorização da mulher.

A dificuldade ao acesso à educação também incide na decisão das jovens em permanecer ou abandonar o campo. No município de São Lourenço do Sul existem no espaço rural duas escolas de ensino médio, são elas: Escola Estadual Professor Rodolfo Bersch, localizada no 6º distrito do município, e a Escola Técnica Estadual

Santa Isabel, que além do ensino médio também contempla o ensino técnico voltado para práticas rurais, localizada no 1º distrito do município. O difícil acesso e as poucas escolas no meio rural tornam-se impulsionadores de migrações, levando em consideração que a maioria das mulheres não serão sucessoras e nem herdarão algum pedaço de terra das famílias. Deste modo, a opção para muitas é se qualificar através de cursos profissionalizantes ou graduações para trabalhar em outros setores do mercado de trabalho.

As dificuldades financeiras tornam-se obstáculos para que muitas jovens consigam estudar, o que as fazem procurar, por conseguinte, trabalhos assalariados para que consigam se sustentar no espaço urbano. O problema nesta opção, portanto, são as baixas qualidades dos empregos que essas conseguem. Conforme Lisboa (2006), as jovens normalmente são inseridas no trabalho doméstico informal, sem nenhum benefício ou direitos previdenciários. Muitas vezes, esta vinda já é acertada pelos próprios pais, em troca de casa e comida, explorando o trabalho destas, em via de regra, são menores de idade. Outrossim, é que os trabalhos se tornam tão árduos que impossibilitam o estudo paralelamente. Porém, o trabalho assalariado normalmente é desejado pelas jovens do espaço rural.

Cordeiro (2007) aponta, em seus estudos, para a falta de remuneração do trabalho feminino no âmbito da agricultura familiar, o que faz com que muitas mulheres sonhem com a vida na cidade, onde ganham uma remuneração mensalmente e seus trabalhos, portanto sejam reconhecidos. Volta-se novamente para o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho que sustenta o espaço rural, onde, segundo Hirata e Kergoat (2007) o trabalho de homem vale, monetariamente e socialmente, mais do que o trabalho da mulher.

Todos esses fatores somados influenciam no processo migratório. Deste modo, consideramos que quando as mulheres migram por serem inferiorizadas ou “expulsas” por um sistema que afeta seus direitos de permanecer em suas terras, ou que impõe rótulos de frágeis, delicadas e fracas, impossibilitando-as de gerirem e produzirem em suas propriedades, estamos diante de uma ordem patriarcal de gênero que deve ser denunciada. (SAFFIOTI, 2004, p. 136)

Assim, discutir questões de desigualdades de gênero é necessário e importante em todas as esferas da sociedade, principalmente no espaço rural, onde

ainda os valores baseados no patriarcado são fortes e impactam a vida e as decisões de mulheres e homens.

Em uma análise no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes, as teses e dissertações com os temas: migração, mulher e patriarcado correspondem a 189 dissertações e 60 teses, na década de 1990 foram 28 trabalhos publicados, nos anos 2000 foram 168 trabalhos e a partir de 2010 foram publicados 53 trabalhos. No entanto, realizando uma análise maior percebemos que somente seis trabalhos se encaixam no tema de migrações femininas, esses foram desenvolvidos pelos seguintes autores: Calio, Sonia Alves em 1991 (tese de doutorado); Silva, Eunice Isaias em 1993 (dissertação de mestrado); Bison, Wanderluce Pessoa em 1995 (dissertação de mestrado); Lopes, Renata Batista em 2008 (dissertação de mestrado); Silva, Beiro Douglas em 2009 (dissertação de mestrado); Martins, Luciane do Rocio Moura em 2012 (dissertação de mestrado). Tais trabalhos versam sobre as mulheres migrantes do trabalho doméstico, internacionais e agricultoras, nos mostrando que ainda há uma lacuna na ciência geográfica de pesquisas nesta temática.

Portanto, discutir a causa das migrações de jovens agricultoras é um tema de suma importância, pois a partir dele podemos enxergar o que está por trás das decisões e porque este processo está ocorrendo e quais as consequências na vida dessas mulheres. .

Estudos como de Camarano e Abromovay (1999), Maia e Buainain (2015), apontam que a mulher agricultora exerce inúmeras atividades na propriedade, não se limitando a uma única tarefa e suas jornadas múltiplas são indispensáveis para a produção. Sendo a migração feminina um processo preocupante, o que pode resultar na masculinização do campo a médio e longo prazo, e comprometer a produção agrícola. Porém, na pesquisa não iremos discutir essas consequências, por entender que muito já foi publicado acerca dessas preocupações sobre a produção. O enfoque deste trabalho, portanto, é analisar as causas da migração feminina e as consequências na vida das mulheres ressaltando, assim, como o processo de migração impacta na vida diária das jovens agricultoras familiares.

Temas como estes devem ser discutidos para que haja uma maior visibilidade da importância dessas mulheres na agricultura e para que a mulher seja vista além

do caráter produtivo. As migrações femininas devem ser encaradas de maneira cuidadosa, pois vão além de temas como seguridade da produção, ou continuidade das famílias tradicionais. Consideramos que devemos analisar os impactos que a migração tem sobre as mulheres, para além dos valores econômicos, produtivos e reprodutivos.

Isso posto, a pesquisa pretende responder a seguinte questão: quais são as causas e como as migrações femininas incidem na vida das jovens agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul?

Frente ao exposto, nosso objetivo geral é o de identificar quais são as causas que desencadeiam o processo de migração feminina, analisando as consequências nas vidas das jovens agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul/RS. Como objetivos específicos temos: identificar as jovens agricultoras familiares; traçar o perfil das jovens agricultoras familiares; analisar as tarefas ou funções das jovens na agricultura familiar considerando a divisão sexual do trabalho; investigar o poder de decisão das jovens no contexto familiar; averiguar as pretensões das jovens agricultoras em relação à qualificação profissional; reconhecer os planos e/ou pretensões das jovens agricultoras para suas vidas pessoais; e detectar se as jovens agricultoras conhecem as políticas públicas específicas para mulheres rurais.

Na pesquisa utilizamos três conceitos norteadores, para a reflexão e entendimento do tema e análise do problema, que serão desenvolvidos nos próximos capítulos; sendo eles: relações patriarcais de gênero, agricultura familiar e divisão sexual do trabalho. A partir de cada conceito foram realizados desdobramentos situando a questão migratória de mulheres jovens e as possíveis causas, consequências e soluções desse processo na esfera social.

Para realizar a pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa com conceitos oriundos dos estudos feministas. As sujeitas investigadas são mulheres de dezoito a vinte e nove anos, agricultoras familiares que residem no espaço rural e mulheres que antes viviam no espaço rural na lógica da agricultura familiar e migraram para o espaço urbano. A pesquisa conta primeiramente com uma revisão bibliográfica para o entendimento do universo estudado. A coleta de dados está organizada em dois momentos: o primeiro através da aplicação de questionários abertos às jovens

agricultoras familiares de dezoito anos ou mais frequentadoras do último ano do ensino médio e do ensino técnico em escolas rurais no município; e em um segundo momento a realização de entrevistas em profundidade com as jovens que moram no espaço rural e jovens que migraram para centros urbanos. Deste modo, a análise dos dados dos questionários foi realizada através de quadros, gráficos e tabelas; e a análise das entrevistas foi realizada a partir de uma aproximação da análise do discurso levando em considerações categorias como gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho.

A pesquisa é composta por seis capítulos, dos quais o primeiro é a introdução. O segundo capítulo trata de uma contextualização dos fluxos migratórios no Brasil, assim auxiliando no entendimento da problemática em âmbito geral. Ainda, contempla-se também a apresentação do contexto empírico da pesquisa.

No terceiro capítulo, a discussão se situa na situação da mulher agricultora familiar, nosso objeto de estudo. São apontadas questões quanto à dificuldade ao acesso da terra, as relações de trabalho na agricultura familiar e o acesso a políticas públicas.

O quarto capítulo conta com o desenvolvimento dos principais conceitos discutidos na pesquisa: patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho. Além de, abordar a metodologia que utilizamos para a construção da pesquisa, salientando os métodos de coleta de dados, bem como de análise.

O quarto capítulo contempla a análise dos discursos das seis entrevistadas na pesquisa, além dos dados coletados através dos questionários nas escolas rurais do município. Para a análise foram utilizados de modo intrínseco os conceitos de relações patriarcais de gênero, divisão sexual do trabalho e agricultura familiar.

Por fim, finalizamos a pesquisa com considerações que respondem ao nosso problema de pesquisa e instigam novos estudos na área.

2 ENTRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA

Neste primeiro capítulo nos dedicamos primeiramente a realizar uma breve relação acerca dos fluxos migratórios existentes desde o período colonial, até a conjuntura atual. Na segunda parte nos voltamos a adentrar em nosso problema de pesquisa e analisar, portanto, a situação das mulheres jovens na agricultura familiar no Brasil. Deste modo, na terceira e última parte contextualizamos o município de São Lourenço do Sul, a fim de entender as relações que ali acontecem e relacioná-las as mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares que naquele espaço vivem.

2.1 Os fluxos migratórios no Brasil

As migrações marcam o deslocamento da população e constituem-se em um evento demográfico essencial nos estudos de geografia. “A história da humanidade é feita de uma longa sucessão de migrações entre as quais as mais antigas se perdem no desconhecido dos tempos pré-históricos e proto-históricos.” (GEORGE, 1971, p.103).

No Brasil, segundo Oliveira (2015), os movimentos de migrações datam do período colonial, quando a exploração portuguesa extraía os bens naturais locais e, demandando de força de trabalho, trazia para cá os negros africanos para trabalhar como mão de obra escrava. Esta lógica escravocrata durou desde o século XVI até em torno do século XIX. Durante o período imperial, tivemos o que se pode considerar como a primeira política migratória, que estimulava a vinda subsidiada pelo governo português de pessoas brancas e capazes para o trabalho, havendo assim uma corrente migratória de imigrantes suíços, instalando-se no Rio de Janeiro.

Segundo Oliveira (2015), após a independência do Brasil (1822), D. Pedro I subsidiou a vinda novamente de colonos europeus, sobretudo dos alemães, alegando querer realizar uma “colonização civilizada” no Brasil, assim desejando implementar colônias no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e em São Paulo. Porém, as políticas de subsídios para a migração não foram suficientes para

que fossem bem sucedidos os processos de colonização. No Brasil, enfrentavam-se muitos tipos de adversidades, incluindo a falta de infraestrutura, que ganhou parcela fundamental para o comprometimento deste tipo de colonização, assim resultando no insucesso da colonização em lugares mais distantes neste período.

Ainda conforme Oliveira (2015), entre os anos de 1831 a 1840, a política de subsídios foi abandonada no Brasil, assim representando baixos fluxos migratórios no país até 1874, quando a política de atração é retomada em outras bases, sem subsídio estatal. Um exemplo foi a Lei de Terras (1850)¹, que transformava a terra em mercadoria e mobilizava a população livre numa relação de produção que convivia com o trabalho escravo. Esta iniciativa tornou-se um fracasso, tendo em vista que o país ainda sofria com problemas estruturais como abordado anteriormente.

A partir de 1874, conforme Oliveira (2015), a questão migratória ganhou nova configuração no Brasil. Não se trata mais de colonizar para defender o território, dentro de um processo de proibição do tráfico negreiro. O país começou a precisar e adotar a mão de obra livre. Nesta perspectiva, volta-se com a política de subsídios e intensifica-se o fluxo de imigrantes: alemães, suíços, italianos do norte, bascos, poloneses, suecos, dinamarqueses, belgas e franceses.

Deste modo, conforme Baeninger (2014), no período do Brasil colônia e no império os deslocamentos da população resultaram na ocupação do território, apesar das distintas formas de povoamento. No entanto, as migrações internas foram mais evidentes após o final do império, com a abolição da escravatura e a expansão cafeeira do período de 1880-1930.

Acrescente-se que, ao longo deste período, o país assistiu a entrada de 3.993.766 imigrantes estrangeiros. Movimento migratório este que, por sua vez, teve impactos indiretos significativos nas migrações internas no Brasil. (BAENINGER, 2014, p. 1).

“No período da I Guerra Mundial os fluxos migratórios para o Brasil se reduzem drasticamente, voltando a crescer em volume, após o final da Guerra até 1930.” (OLIVEIRA, 2015, p. 5). Em 1929, segundo Baeninger (2014), a crise econômica mundial e a consequente crise do café determinaram outro tipo de

¹ A Lei de Terras, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado.

desenvolvimento econômico. A acumulação cafeeira excedente passou a ser investida em projetos urbanos e industriais. Neste período, houve um decréscimo na entrada de estrangeiros no país, no entanto, aqueles que trabalhavam nas áreas cafeeicultoras rurais migraram para as áreas urbanas. Ainda, de acordo com Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), a partir da crise do café em 1929 e em função da transição da economia de base-exportadora para uma economia urbano-industrial, o Estado começou a constituir-se fortemente no âmbito econômico através de políticas macroeconômicas e desenvolvimentistas que visavam atender as oligarquias cafeeiras.

As migrações internas no período de 1930 a 1950 foram demarcadas, conforme Baeninger (2014), por duas vertentes no Brasil: os deslocamentos rumo às fronteiras agrícolas e rumo aos centros industriais do Sudeste. “Esse período foi marcado pela crescente migração rural-urbana, estimando-se um êxodo rural ao nível nacional em torno de 3 milhões de pessoas, nos anos 1940.” (BAENINGER, 2014, p. 1).

Após a II Guerra Mundial, segundo Oliveira (2015), o Brasil apresentou uma baixa nos fluxos migratórios internacionais, que a partir deste momento começou a se direcionar para os Estados Unidos da América e para a Europa, a fim de alimentar o padrão fordista de desenvolvimento capitalista.

Contudo, a partir na década de 1960, com a implementação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o imigrante internacional era considerado uma

[...] ameaça à estabilidade e à coesão social do país, predominando, portanto, o enfoque da segurança nacional, que deveria manter de fora das nossas fronteiras aqueles que pretendiam vir causar desordem em nossas plagas. (OLIVEIRA, 2017, p. 1).

Além disso, de acordo com Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012) a vontade de aumentar a produção nacional e o interesse pela industrialização resultaram no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960. O processo de modernização da agricultura brasileira constituiu-se de maneira desigual e heterogêneo no espaço rural do país, visando os recursos principalmente para as regiões: sul, sudeste e centro-oeste. Portanto, segundo os autores houve uma modernização desigual e conservadora na qual dava preferência para serem

contemplados pelas ações do governo os grandes proprietários de terras, resultando em poucas oportunidades para os pequenos agricultores que contemplavam grande parte dos que migraram para os centros urbanos neste período. Ainda, segundo Nascimento, Vianna, Ramos, Villela e Francisco (2017) o processo de modernização do campo desassociado de um projeto de reforma agrária trouxe miséria e desemprego para o espaço rural brasileiro, resultando na migração em massa dos trabalhadores rurais para centros urbanos, “[...] despontando de uma proporção de 10.6% da população (Rural > Urbano) em 1960, para 50.2% da população (Rural < Urbano), no período de 40 anos.” (NASCIMENTO; VIANNA; RAMOS; VILLELA; FRANCISCO, 2017, p. 3). Deste modo impactando na população em geral, visto o “crescimento espantoso da população urbana devido à pobreza das regiões rurais, sem uma infra-estrutura urbana que comportasse essa migração.” (NASCIMENTO; VIANNA; RAMOS; VILLELA; FRANCISCO, 2017, p. 3-4).

Até a década de 1970 as migrações internas no Brasil, segundo Baeninger (2014), foram marcadas pelos processos de urbanização e distribuição espacial da população brasileira através de volumosos fluxos migratórios. Esse fenômeno contribuiu para transformações na estrutura da sociedade brasileira, contribuindo na passagem para uma sociedade urbano-industrial, onde o fenômeno migratório assumiu características diferentes nas fases de desenvolvimento econômico-social do país. “Nos anos 1970 inicia-se a intensificação dos deslocamentos populacionais do tipo urbano-urbano, respondendo por 47% do total da migração interna, principalmente aqueles intrametropolitanas.” (BAENINGER, 2014, p. 1).

Nos anos de 1980, segundo Oliveira (2015), no Brasil criou-se a lei 6.815, o Estatuto do Estrangeiro². Essa lei baseou-se em aspectos de segurança nacional, enxergando o imigrante como uma ameaça terrorista para o país. Ainda nesse período, o Brasil também começou a receber imigrantes bolivianos e paraguaios, frente às assimetrias do desenvolvimento econômico e social. Ainda, “em menor escala, foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que

² A lei 6.815 de agosto de 1980 conhecida como “Estatuto do estrangeiro”, decretou o procedimento das situações jurídicas de todos os estrangeiros (cidadãos não brasileiros) no Brasil. Suas disposições abordam uma ampla gama de aspectos relacionados com os procedimentos de imigração e extradição, entre outros, questões relativas a vistos, situações de asilo, naturalização e regulamentos em matéria de deportação e expulsão. Estipula os requisitos para a extradição e descreve ao mesmo tempo o processo, explicando as hipóteses em que o governo brasileiro autorizará a extradição ou não do indivíduo. (ARAUJO, 2015, p. 3).

chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras.” (OLIVEIRA, 2015, p. 48).

Em 1985, segundo Deere (2004), com a volta de um governo civil o então presidente José Sarney criou uma proposta de um Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova Republica a fim de desestimular a migração rural-urbana que se deu no regime militar impulsionado pela modernização da agricultura e consequentemente concentração de terras. O plano tinha o objetivo de expropriar 43 milhões de hectares de terra e assentar em torno de 1,4 milhão de famílias em quatro anos. No entanto, a proposta sofreu diversas modificações no Congresso Nacional, e por fim resultou em 850 assentamentos de reforma agrária e a quantidade de terra resultou em apenas 2% daquelas propostas inicialmente.

No final do século XX, de acordo com Baeninger (2014), as dinâmicas migratórias se consolidaram no Brasil a partir de duas vertentes: através da continuidade da centralidade do Sudeste no processo migratório nacional e o prosseguimento da redução das migrações de longa distância. Ainda neste período se sustentou principalmente a migração urbano-urbano, ao lado de outros fluxos, como as migrações de curta distância, de retorno e de movimentos intrarregionais.

Isso posto, no século XXI o cenário das migrações, segundo Baeninger (2014), se tornou mais complexo, induzindo em um novo dinamismo às migrações no Brasil “em que os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas, nas quais as migrações assumem um caráter mais reversível.” (BAENINGER, 2014, p. 2).

No final dos anos 2000, conforme Oliveira (2015), com a crise que atingiu os países desenvolvidos, o Brasil começou a receber uma migração de retorno, como também de imigração estrangeira. Neste processo chegaram os haitianos, os senegaleses, congolese, e bengalis, entre outras etnias africanas que fugiam das adversidades econômicas, sociais e naturais que sofriam os seus países de origens.

Recentemente, no ano de 2017, o estatuto do estrangeiro foi modificado, antes conhecido como Estatuto do Estrangeiro (1980) e agora como Lei da

Migração³. Antes o imigrante era visto como uma ameaça ao país e hoje esse imigrante é visto a partir de uma ótica de direitos humanos. A nova lei visa ao imigrante como um ser dotado de direitos, deveres e garantias, deste modo estipulando fundamentos contra a discriminação, igualdade de direitos, e combate a homofobia.

Deste modo, o cenário migratório no século XXI, de acordo com Baeninger (2014), apresenta dois vetores. O primeiro refere-se à dispersão migratória metropolitana, “que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste”. (BAENINGER, 2014, p. 2). O segundo vetor refere-se à inferiorização migratória, “com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas.” (BAENINGER, 2014, p. 2).

Quando realizamos uma reflexão a partir do gênero é notável que no cenário de migrações a figura masculina ao longo dos anos ocupou uma posição superior à das mulheres nas pesquisas, tanto dos processos de migrações internacionais como internos. Assim, considerando a mulher “apenas uma companheira nesse processo migratório, sem autonomia. Por muito tempo, as migrações masculinas ditaram as tendências teóricas e incluíram as mulheres apenas como cônjuge.” (FARIA, FERREIRA, PAULA, 2016, p. 2). Neste sentido,

(...) os estudos sobre migração têm ignorado as mulheres tornando-as invisíveis ou totalmente dependentes dos homens. Por sua vez, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos. (LISBOA, 2006, p. 152).

No entanto, estudos recentes vêm abarcando a importância da figura feminina nos processos migratórios. “A desconstrução do migrante como indivíduo do sexo

³ A Lei da Migração apresenta uma visão contemporânea e compatível com o intenso fluxo migratório em marcha no mundo. A legislação atual entende a migração como um fenômeno da humanidade e simplifica diversos procedimentos administrativos para o imigrante. (MINISTERIO DA JUSTIÇA, 2017).

masculino e a incorporação das mulheres e suas experiências às análises de fluxos migratórios foram importantes avanços dos estudos recentes.” (PERES, 2012, p. 280).

Neste contexto, a feminização das migrações é um termo que vem ganhando destaque ao longo das décadas. Conforme Brasil e Araujo (2016), a mulher passou a deixar a posição de acompanhante dos homens migrantes para começar a ganhar destaque nos estudos a partir da década de 1980. Assim, se destacando nos processos migratórios em busca, geralmente, de ascensão social, e melhoria de vida de seus filhos e parentes. Percebeu-se o aumento nos estudos que englobam essa temática, tendo em vista a suma importância para entendermos os processos sociais envolvidos pela migração, e nesse sentido a geografia se torna uma ferramenta essencial ao ressaltar essa temática. Conforme trata os autores,

[...] nas duas últimas décadas é crescente o número de pesquisadores e pesquisadoras que dedicam seus estudos a relacionar as questões de gênero e sexualidade com os contextos migratórios, tanto de imigrantes no Brasil, como fluxos migratórios de brasileiros e brasileiras para o exterior. Os estudos partem de diferentes linhas do conhecimento, com destaque para antropologia, sociologia, geografia e comunicação, os quais têm contribuído de maneira significativa para pensar os fluxos migratórios e aspectos dos mesmos associados às questões de gênero e sexualidade nos diferentes processos de inserção social dos coletivos migrantes. (BRASIL, ARAUJO, 2016, p. 2).

Deste modo, de acordo com Peres (2012) os estudos estão focados nas estratégias de migração, bem como na inserção no lugar de destino. “Entre estes dois pontos da trajetória migratória das mulheres, estão as estratégias para migrar, o planejamento de seu ciclo de vida, bem como os recursos utilizados em cada uma das etapas.” (PERES, 2012, p. 280).

A feminização da migração, desse modo, refere-se a,

[...] crescente participação da mulher na migração. A mulher desloca-se actualmente de forma mais independente e sem ser em função da posição que tem na sua família ou sob a autoridade de um homem (cerca de 48% de todos os migrantes são mulheres). (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES, 2009, p. 29).

Frente a isso, um estudo detalhado das migrações femininas nos possibilita a “captação desses processos, bem como os impactos experimentados pelas

mulheres: é através deles que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade em fenômenos migratórios.” (PERES, 2012, p. 280). Sendo assim, os estudos sobre migrações femininas se tornam essenciais para compreendermos as relações de gênero, tanto nas migrações internacionais como internas.

2.2 A migração feminina no contexto da agricultura familiar

Frente ao exposto na primeira parte desse capítulo, iremos nesta etapa estreitar nossa discussão ao tema através da abordagem das migrações internas femininas no contexto da agricultura familiar. Entendemos que o estudo das migrações internas na lógica da agricultura familiar torna-se fundamental para que possamos discutir as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres no âmbito agrário brasileiro. Entendemos, portanto a migração interna sendo a,

[...] circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência. Esse tipo de migração pode ser temporária ou permanente. O migrante interno desloca-se, mas permanece dentro do seu país de origem (por ex., migração de zonas rurais para zonas urbanas). (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES, 2009, p. 41-42).

Para discutir os processos migratórios no espaço agrário brasileiro primeiramente há a necessidade de entender a modernização da agricultura e a consequente revolução verde que se iniciaram no Brasil principalmente a partir da década de 1960. Assim a modernização da agricultura consiste “num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial.” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 30).

A Revolução Verde, de acordo com Andrades e Ganimi (2007) é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, e juntamente com a modernização do campo brasileiro, tiveram um papel significativo nas migrações rurais-urbanas no Brasil. A intenção da modernização da agricultura sempre foi a “maximização dos lucros através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e a aquisição de royalty por intermédio dos pacotes tecnológicos”

(ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 47). Deste modo, criando um sistema de dependência entre o agricultor e os pacotes tecnológicos produzidos pelas empresas transnacionais. A proposta de uma agricultura globalizada em que a produção se dá em grandes escalas “por meio das empresas hegemônicas que buscam, incessantemente, o lucro, a competitividade reflete uma luta desigual na qual aquelas que não conseguem obter a mais-valia maior estão fadadas à falência[...]” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 50).

Conforme Elias (2003), a modernização do campo deu-se de maneira não uniforme, deixando as áreas e os produtores não contemplados em papéis periféricos quanto à organização da produção agrícola. Deste modo, a modernização da agricultura brasileira “se realizou abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção e distribuição globalizadas, cada vez menos dedicada a subsistência” (ELIAS, 2003, p. 64). Assim, a produção se volta para o atendimento do crescente mercado interno e a exportação de produtos em estado bruto ou ainda com algum nível de industrialização. Ainda, segundo Nascimento, Vianna, Ramos, Villela e Francisco (2017), o processo de modernização do campo desassociado de um projeto de reforma agrária trouxe miséria e desemprego para o espaço rural brasileiro, resultando na migração em massa dos trabalhadores rurais para centros urbanos, “[...] despontando de uma proporção de 10.6% da população (Rural > Urbano) em 1960, para 50.2% da população (Rural < Urbano), no período de 40 anos.” (NASCIMENTO; VIANNA; RAMOS; VILLELA; FRANCISCO, 2017, p. 3).

Ainda, de acordo com Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde, principalmente nos anos de 1970, culminou na migração dos produtores expropriados de suas terras para as cidades grandes, como Rio de Janeiro e São Paulo, enfrentando empregos de baixa remuneração ou informais. “Populações migrantes, muitas vezes analfabetas, vão viver em condições extremamente precárias em favelas ou nas periferias das grandes cidades.” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 53). Além disso, o endividamento de pequenos agricultores para adquirir máquinas modernas resultou, também, na saída do campo, uma vez que muitos perdiam suas terras para as agências financiadoras, repercutindo deste modo nas decisões de homens e mulheres de migrarem para centros urbanos em busca de

trabalhos e qualidade de vida. “Isso provocou um intenso processo de expropriação no campo, conseqüentemente levou ao aumento da concentração fundiária e da concentração de renda.” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 52). Além disso, segundo a autora,

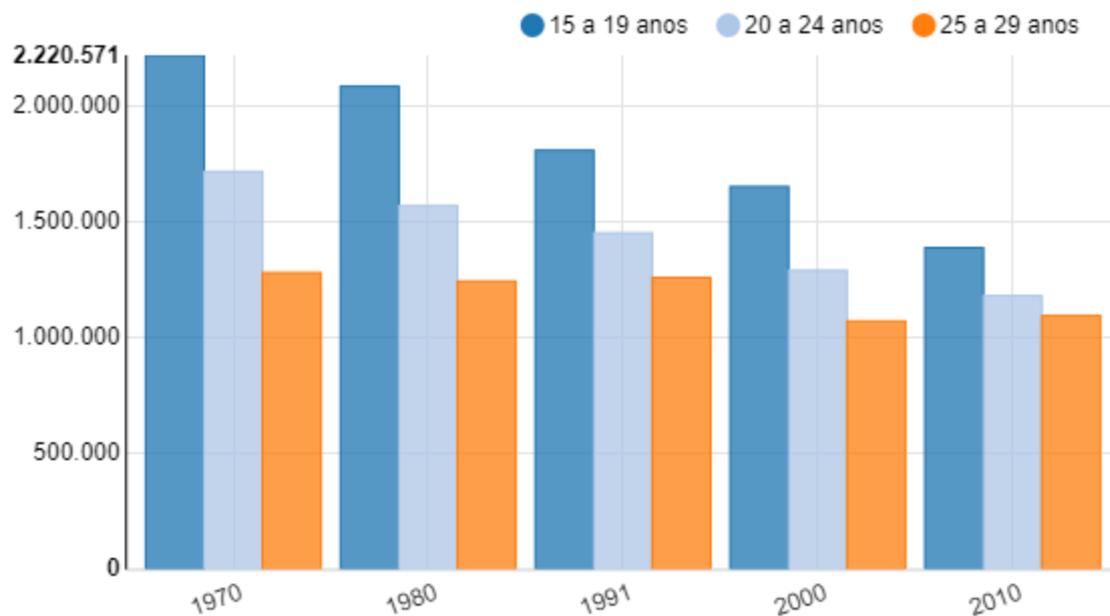
[...] graças à modernização da agricultura e à adoção de novas tecnologias, o trabalho produtivo tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos, a utilizar técnicas novas e a usar máquinas agrícolas, algumas delas bastante sofisticadas. Ao mesmo tempo, parte do trabalho que antigamente era feito à mão hoje pode ser feito com auxílio de máquinas, o que, em algumas situações, levou à diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura. (BRUMER, 2004, p. 213).

Porém, este não foi/é o único fator condicionante para o processo de migração, tendo em vista outras questões que vão além do uso da tecnologia. Quando analisamos as relações de gênero na esfera rural, conforme Brumer (2004) percebe-se que as mulheres neste meio geralmente tendem a ficar a mercê dos ordenamentos dos homens, e seus trabalhos são marcados pela desvalorização e invisibilidade. Deste modo, de acordo com Carneiro (2001), historicamente, a vida das mulheres rurais é marcada por: a prioridade dos homens ao serem titulares das terras e heranças e a falta de oportunidade oferecida às mulheres, resumidas em casar e trabalhar nas terras do marido ou permanecer na terra dos pais sujeitando-se ao irmão sucessor. Questões acerca da falta de infraestrutura no campo acabam também impulsionando as migrações, como o caso da falta de escolas de ensino médio ou de cursos técnicos nas áreas rurais.

A escolaridade também define as perspectivas de empregos nos setores mais desenvolvidos das áreas urbanas e cumpre um papel importante, tanto na decisão de migrar quanto nas oportunidades criadas e nos resultados da migração dos residentes rurais. (MAIA; BUAINAIN, 2015, p. 3).

É sabido que a migração feminina de mulheres jovens é uma realidade que vem ocorrendo no Brasil ao longo dos anos. Através dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (1970 a 2010), podemos observar a diminuição desta população ao longo das décadas, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Relação entre décadas (1970 a 2010) e idades de mulheres na área rural do Brasil



Fonte: IBGE – Censos Demográficos: 1970 a 2010.

Percebemos que em termos gerais a população feminina rural diminuiu ao longo dos anos no Brasil, isso se deve a diversos fatores que serão tratados adiante. Contudo a queda da população feminina rural principalmente entre os anos 1970 e 1980 se relacionam principalmente com a modernização da agricultura. Uma vez que as mulheres são as primeiras a serem dispensadas, pois seus trabalhos são vistos como superficiais. No entanto, podemos analisar que enquanto a população mais jovem (15 a 24 anos) cada vez diminui mais, a população de mulheres de 25 a 29 anos de certa forma se mantém. Isso pode estar atrelado com o avanço de políticas públicas voltadas a elas, como por exemplo o Pronaf Mulher que garante que muitas mulheres ainda consigam se manter no espaço rural de forma independente.

Entendemos que a seletividade nas migrações da área rural vem carregada de diversos fatores que influenciam nas decisões das mulheres em migrar. Esses fatores baseados em uma sociedade patriarcal são explicados conforme a autora a seguir.

A seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos

trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p. 210).

Deste modo, as mulheres jovens são mais afetadas do que os homens jovens, uma vez que esses têm a oportunidade de seguir produzindo nas terras dos pais e, conseqüentemente, poderá ser o herdeiro da propriedade, possibilidade esta que é geralmente inviabilizada para as mulheres, cabendo normalmente a elas casarem-se, ou viverem juntamente com a esposa do irmão sucessor ou, ainda, migrar para centros urbanos na esperança de se qualificarem. No entanto, “as mulheres já não veem no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano”. (CARNEIRO, 2001, p. 42). Assim, acabam buscando trabalhos assalariados, os quais geralmente são precários e muitas vezes sem direitos trabalhistas e com remuneração abaixo da média.

Ressaltamos que hoje existe em lei o amparo em relação a herança e a divisão das terras (Lei 10.406 de 2002)⁴, porém devemos entender a agricultura familiar como uma categoria de análise “diferente”, pois ela é cercada de características próprias e alguns “costumes” (consolidados patriarcalmente), os quais para os integrantes valem mais do que a lei que rege algum setor, como o caso da herança ou titularidade à terra dos pais. Essa “cultura”, ancestralmente construída deve ser repensada a fim de dar poder para as mulheres, uma vez que elas são responsáveis igualmente pela produção familiar.

Mesmo que em termos legais as mulheres tenham direito à titularidade da propriedade, este direito é impedido pelos valores e costumes das comunidades e pelo fato de o interlocutor privilegiado dos órgãos que executam as políticas do setor agrícola ser o homem/chefe de família, a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva. (SUÁREZ; SUAREZ; TEIXEIRA; MUSSI, 1994, p. 71).

Neste contexto, o trabalho das mulheres (jovens ou não) e também dos homens jovens, não são vistos como um real trabalho, e sim um complemento às

⁴ O código civil (Lei 10.406 de 2002) procurou atualizar os aspectos essenciais do direito de família. Incorporou as mudanças legislativas que haviam ocorrido por meio de legislação esparsa. (OLIVEIRA, 2009, p. 31). Além disso, incorporou igualdade entre as partes herdeiras, sem distinção por sexo.

atividades do “chefe da família”, o que gera um ciclo de fatores desmotivantes para a permanência neste modo de vida.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como „ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, 2004, p. 210).

Deste modo, as/os jovens participam ativamente das funções da agricultura familiar, trabalham muitas vezes igualmente, todos os dias da semana, porém no momento da remuneração elas/eles se veem sujeitados a quantias estabelecidas pelo pai, que normalmente é o responsável pela parte financeira, que os remunera de maneira inferior ao trabalho exercido. Sabemos que se tratando de agricultura familiar, o processo de remuneração é diferente do assalariamento, portanto, essa remuneração não é mensal, e sim trimestral ou ainda semestral, dependendo do tipo de produção e colheita. Porém, há a separação por sexo e idade na hora da remuneração (quando há remuneração), pois o trabalho da mulher jovem na visão patriarcal vale menos, uma vez que ela passa muito tempo no trabalho doméstico, o qual não é considerado trabalho, enquanto o homem, que trabalha todo o tempo na lavoura é mais bem remunerado do que as mulheres.

Os jovens são considerados parte da ajuda familiar, esperando-se que, com a vida adulta, constituam lares independentes. Como parte da ajuda familiar, trabalham como os outros e têm suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. Enquanto que os rapazes exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, tal como a comercialização, especialmente se feita na estrada ou nos postos de comercialização, as moças exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas. (BRUMER, 2004, p. 215).

Portanto, as tarefas designadas pelo grupo de pessoas que trabalham na agricultura e os “rótulos” adjacente a elas, também tornam-se condicionantes para a migração seletiva de mulheres. Segundo Hirata e Kergoat (2007),

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a

apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Deste modo, o trabalho do homem gera aos olhos de uma sociedade patriarcal maior valor monetário do que o trabalho da mulher, e se é difícil o reconhecimento do trabalho para as mulheres adultas, isso se torna praticamente impossível para as jovens, que geralmente partem em busca de novas oportunidades, ou partem para qualificar-se com a esperança de ainda voltar para as terras de origens. Porém, estudos apontam que as jovens migrantes acabam em “profissões menos remuneradas ou ocupam níveis inferiores nas hierarquias profissionais. As mulheres são ainda majoritárias nos setores mais precários, como o trabalho doméstico ou nas atividades do setor informal.” (FARIA, MACEDO, 2013, p. 113).

2.3 São Lourenço do Sul: história e conjuntura

A imigração alemã faz parte dos primórdios da criação do município de São Lourenço do Sul, através da colônia São Lourenço criada pelo então fundador do município, o imigrante Jacob Rheinganz em torno de 1850. “Jacob, enfim, conseguiu cumprir o contrato firmado com o governo brasileiro, dentro de sua função como diretor-colonizador.” (HAMMES, 2014, p. 75). Deste modo, segundo Hammes (2014), em 1860 vivia na colônia São Lourenço em torno de duzentas pessoas. Em 1870 a população era de 3.300 pessoas, e em 1880 a população estava perto de 6.000 habitantes. O número de pessoas cresceu ainda mais e em 1890 chegou a mais de 12.000 habitantes.

No entanto, somente em 1884, que São Lourenço do Sul foi elevado à categoria de município, criação que,

[...] está associada à colônia São Lourenço e a imigração alemã, como fatores propulsores do desenvolvimento comercial, principalmente, através do pequeno porto local, [...] e do crescimento populacional nutrido pela colonização. (BOSENBECKER, 2011, p. 25-26).

A religiosidade sempre acompanhou a criação do município e faz parte dele até os dias atuais. Segundo Hammes (2014), o fundador do município Jacob

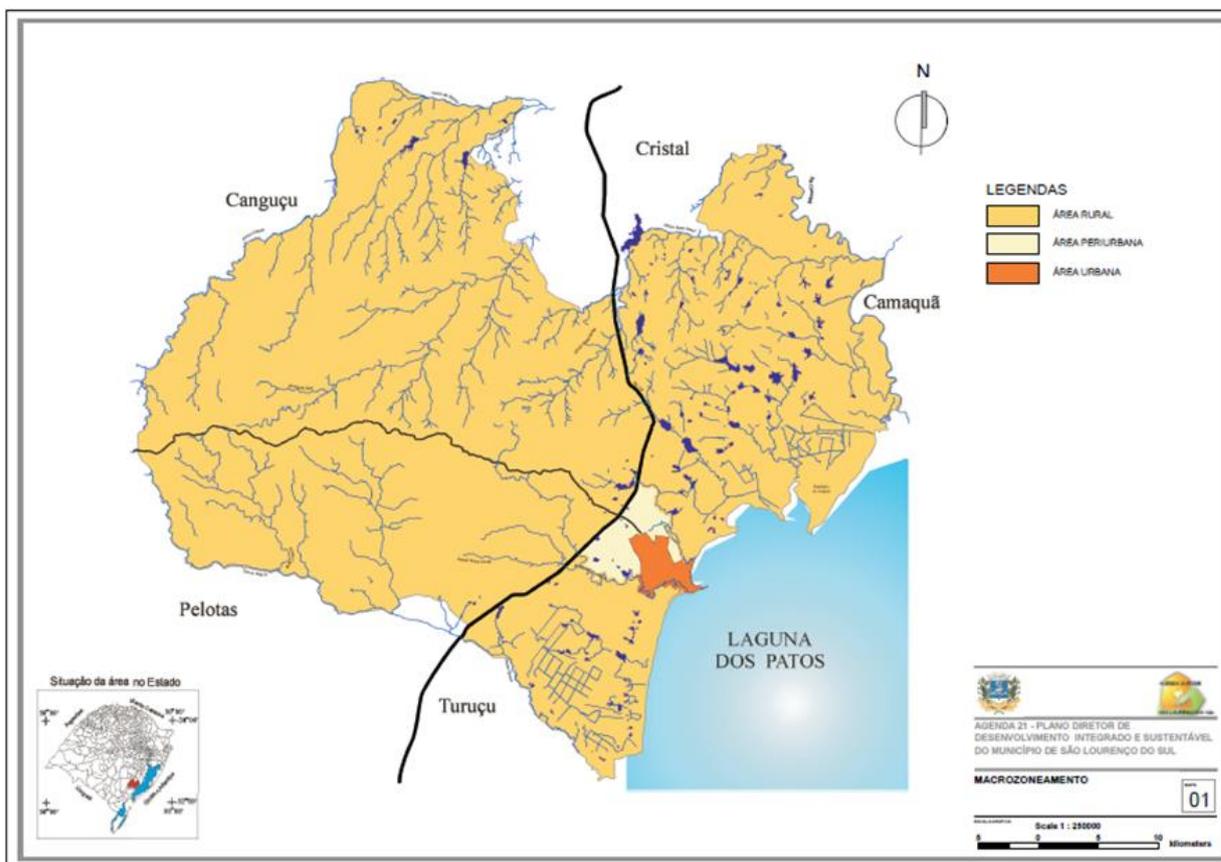
Rheinganz preocupado com os imigrantes que estavam longe de suas pátrias, de seus costumes e linguagem tradicional, procurou criar um lugar em que esses pudessem ter um alento espiritual através da crença em algo superior. Deste modo, o fundador deu início a construção da primeira igreja, no entanto “o empreendimento não avançou pela desconfiança dos colonos, [...] e ainda pela desunião que imperava entre eles próprios.” (HAMMES, 2014, p. 139). Mesmo persistindo esses problemas, o então fundador do município doou lotes de terras para os diversos credos aonde pudessem nascer uma vida religiosa no município.

Assim, a Igreja Luterana foi introduzida no município no ano de 1858 com os imigrantes vindo da Pomerânia onde não havia católicos, de acordo com Hammes (2014) a grande maioria dos habitantes da colônia São Lourenço eram luteranos. No entanto, a colônia carecia de pastores e “os primeiros representantes do luteranismo em nossa região municipal saíram do próprio meio colonial.” (HAMMES, 2014, p. 309). Ainda, no ano de 1866 o catolicismo adentrou o município, de acordo com Hammes (2014) 360 habitantes eram católicos e existiam duas capelas que eram administradas por missionários alemães neste período. Já em meados de 1902, iniciou-se também as religiosidades a partir da Igreja Adventista do Sétimo Dia, abalando muitas famílias, de acordo com Hammes (2014), pois houve a passagem de uma religião para outra gerando problemas familiares, chegando a muitos pais a expulsarem os filhos que se convertiam a religião. Atualmente, no município o catolicismo representa a crença de 44,3% da população, seguidas por 36,9% da crença luterana e apenas 3,1% da população não apresenta nenhum tipo de crença, o restante da população varia em diversas vertentes desde a umbanda ao espiritismo, (IBGE, 2010).

De acordo com o IBGE, quanto ao fator demográfico o município possui população em 2010 de 43.111 habitantes, sendo que 24.234 habitam o espaço urbano e 18.874 o espaço rural, porém, estima-se que a população no ano de 2018 chegou a 43.625 habitantes, possuindo como densidade demográfica 21,17 habitantes por metro quadrado (IBGE, 2010). O município apresenta 2.036,125 km² de unidade territorial, e faz divisa com os municípios de Pelotas, Turuçu, Canguçu, Cristal e Camaquã, conforme figura 1. Apresentando como coordenadas geográficas

a latitude: 31° 21' 46" Sul e a longitude: 51° 58' 44" Oeste e fica localizado a 165 km da capital gaúcha, Porto Alegre.

Figura 1: Mapa de localização do município de São Lourenço do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Plano Diretor.

O município de São Lourenço do Sul está dividido em sete distritos, conforme figura 2, além do Distrito Sede (Decreto Nº 2916 / 2007), sendo que cada distrito contempla diversas localidades. No 1º Distrito estão as localidades de: Boqueirão; Boqueirão Velho; Sítio; Santa Isabel; Rincão dos Azevedos; Butiá; Reserva; Pedrinhas; Passo do Pinto; Fortaleza; Espinilho; e Serra Velha. No 2º Distrito temos: Cerrito; Taquaral; Harmonia II; Santo Antonio; Santa Inês; Santa Augusta; Campos Quevedos; e Benedito. No 3º Distrito as localidades que fazem parte são: São João; Picada Gusmão; Picada Evaristo; Pinheiros; Figueira Branca; Santa Tereza; Formosa; Socorro; Passo da Capoeira; Jacaré; Costa do Arroio Grande (divisa Canguçu); Passo do Salso; Campestre; e Fazenda das Tunas. Já no 4º Distrito: Fortaleza; Sant'ana; Caipira; Picada das Antas; Harmonia; Sesmaria; Bom Jesus I e II; Reserva; Coxilha do Barão; Passo das Pedras; e Potreiros. As localidades do 5º

Distrito são: Passo do Tigre; Rincão dos Escuros; Fazenda do Pontal; Costa Alegre; Vila Maria; Fazenda Santa Rosa; Fazenda do Brejo; Pacheca; Alto da Boa Vista; Coqueiro; Rincão das Almas; Barrancos; Araçá; Prado Novo; e Sarandi. No 6º Distrito: Reserva; Boa Vista; Quevedos; Picada Sabão; Coxilha Negra; Butiá; Coxilha do Barão; Picada Moinhos; e Monte Alegre. E, por fim, o 7º Distrito contempla as localidades de: Esperança; Feliz; Evaristo II; Canta Galo; Faxinal; Pinheirinhos; Pinheiros; Cascavel; Picada Ernestina; e Campos Quevedos.

Figura 2: Mapa com as divisões distritais do município de São Lourenço do S



Fonte: Hammes, 2014.

Ainda, o município apresenta cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. São elas: Picada, Rincão das Almas, Monjolo, Torrão e Coxilha Negra.

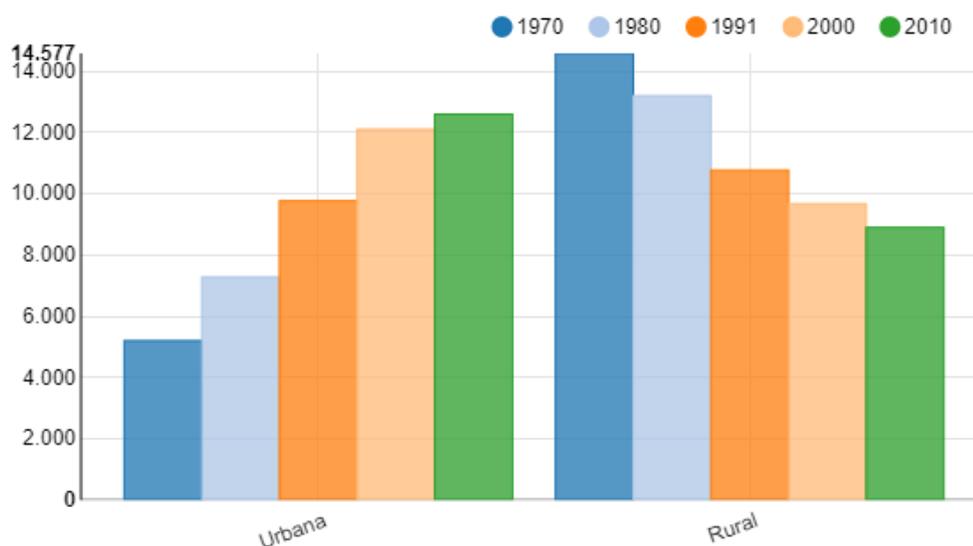
Quanto a presença de associações e cooperativas no espaço rural do município, a pioneira a se instalar foi a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), que em 3 de maio de 1956 instalou-se no município. Segundo Hammes (2014) os agricultores lourencianos não tinham nenhum tipo de

conhecimento científico. Deste modo, as autoridades municipais preocupadas com a “baixa produtividade, aliada com o abandono social em que se encontravam os agricultores à época, resolveu [...] se aliar, através de um convênio, com a Associação, trazendo para cá um escritório daquela entidade [...]” (HAMMES, 2014, p. 496). Já no ano de 1978 com a intenção de unir esforços a entidade foi absorvida pela Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS) “que além da Ascar, incorporou instituições que atuavam no campo da assistência técnica aos agricultores do Estado.” (HAMMES, 2014, p. 497). Neste meio tempo, no ano de 1967 também foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, tendo por objetivo a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. “Cerca de dezesseis anos depois, o Sindicato já atendia 4.366 associados e dependentes, prestando-lhes assistência médica, odontológica, jurídica, social, ambulatorial, assim com fazendo todo o serviço burocrático de escritórios.” (HAMMES, 2014, p. 499). Em 1981 foi fundado no município o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) surgindo para “viabilizar a pequena propriedade, organizando e preparando os agricultores, com a missão básica de trabalhar pelo desenvolvimento rural integral.” (HAMMES, 2014, p. 500). A CAPA permaneceu com sede em São Lourenço por dezenove anos, somente no ano de 2001 ela se transferiu para a cidade de Pelotas, por se tratar do maior município da região. Com o apoio da CAPA foi fundada em maio de 1992 a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda., tendo sede na localidade de Boa Vista, 6º distrito do município. Após um ano de funcionamento da cooperativa já eram comercializado: batata, cebola, hortigranjeiros em geral, milho, feijão, soja, feijão miúdo, aveia, azevém e ovos. Em 1997, de acordo com Hammes (2014) o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) começou a funcionar no município visando que os recursos obtidos em São Lourenço fossem investidos no setor agropecuário do município. No entanto, não existe nenhum registro que já existiu ou existe alguma organização de mulheres no município.

Com o passar dos anos, o espaço rural do município de São Lourenço apresentou um equilíbrio com a população urbana. No entanto, ao analisarmos com mais detalhe a população que vive no espaço rural percebemos que as mulheres em geral estão diminuindo enquanto a população masculina se mantém neste modo de

vida. Assim, através dos dados dos censos demográficos disponibilizados no banco de dados do IBGE, podemos observar que a população feminina no espaço rural de São Lourenço do Sul vem diminuindo, enquanto que no espaço urbano o número de mulheres está crescendo década após década, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: População feminina por décadas (1970 a 2010) no município de São Lourenço do Sul/RS.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A diminuição da população feminina na esfera rural está condicionada a dois fatores: a queda na taxa de fecundidade e as migrações das mulheres jovens. Quanto às migrações em âmbito geral, está ligada principalmente aos fortes fluxos migratórios a partir da década de 1970 do qual possui um propulsor: a modernização e tecnificação da agricultura. Uma vez que já não se faz mais necessário uma quantidade numerosa de filhos e, além disso, a direção de tratores e outros tipos de máquinas que auxiliam na produção agrícola não são destinados às mulheres e sim aos filhos, isso contribui, portanto para que principalmente as mulheres jovens abandonem o campo tendo em vista as poucas oportunidades que são oferecidas a estas.

Segundo os dados do IBGE (2000), as taxas de fecundidade por situação de domicílio na Região Sul do Brasil vem diminuindo ao longo das décadas, justificando a queda do número da população em geral. Atualmente as taxas de fecundidade na região são de 2,1 no espaço urbano e de 2,8 no espaço rural, conforme tabela 1. Ao observarmos a queda de fecundidade, principalmente a que acontece entre os anos

de 1970 a 1980, podemos enxergar o que tratamos acima, ou seja, devido a modernização da agricultura a mão de obra é substituída pela força mecânica e deste modo as famílias não precisam mais ter inúmeros filhos e filhas para a sobrevivência da propriedade produtiva. Percebemos ainda que a população feminina da década de 1970, conforme o gráfico 2, é predominantemente rural, e relacionando com a taxa de fecundidade com o referido gráfico podemos perceber que a população rural feminina venho diminuindo junto com a queda de fecundidade, e conseqüentemente a população urbana feminina aumentou de tamanho também ao longo dos anos.

Tabela 1: Taxa de fecundidade da Região Sul do Brasil, 2000.

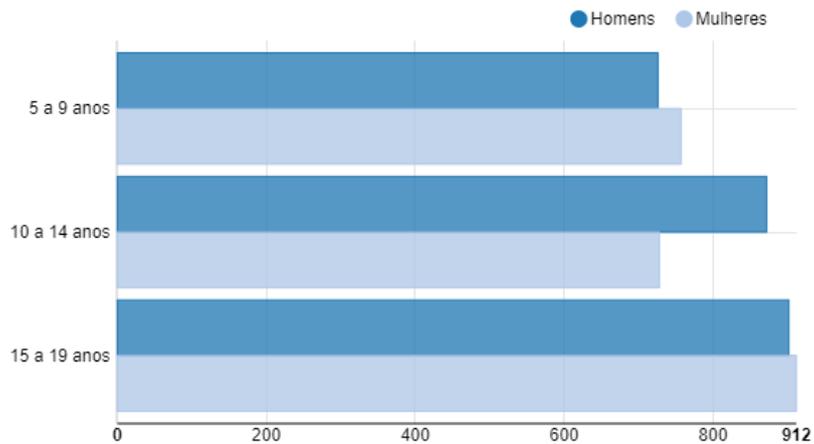
Situação Domicílio		1970	1980	1991	2000
Região Sul	Urbana	4,1	3,2	2,4	2,1
	Rural	6,8	4,6	3,1	2,8

Fonte: IBGE, 1970-2000. Organizado pela autora.

Isso posto, entendemos que o processo de modernização da agricultura acarretou tanto a diminuição da taxa de fecundidade tendo em vista que não é mais necessário grande mão de obra, e ao mesmo tempo, pelo mesmo motivo citado, impulsionou as mulheres para o espaço urbano, uma vez que já não possuíam oportunidades de permanecer no espaço rural, pois com o advindo da modernização muito do trabalho doméstico que era feito a mão é substituído por eletrodomésticos.

Desta maneira, correlacionando os dados obtidos nos Censos demográficos de 2000 e 2010 sobre a população rural, podemos observar a diminuição da população feminina no município de SLS. O gráfico 3, demonstra a quantidade de habitantes com idades entre 5 e 19 anos no ano de 2000, o que, em valores absolutos, totalizam 2.397 mulheres e 2.500 homens.

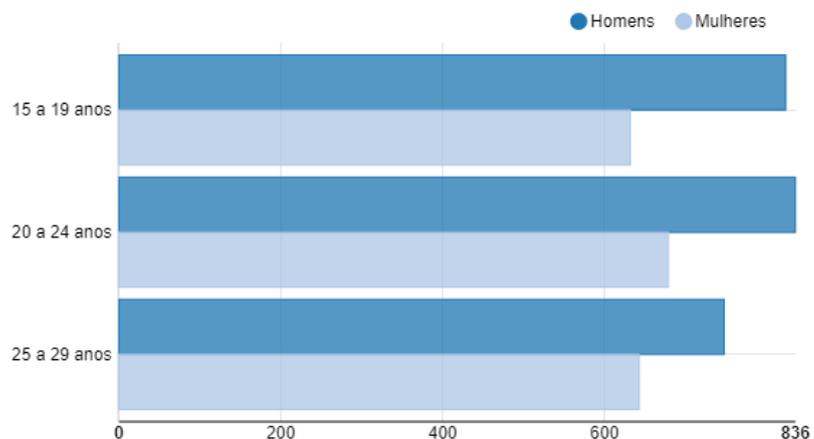
Gráfico 3: População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Para a comparação com o Censo de 2010, foram consideradas as pessoas com idades entre 15 e 29 anos, pois idealmente estariam sendo tratadas as mesmas amostras, defasadas em 10 anos. Neste caso, o número de mulheres totaliza em 1.954, enquanto que o total de pessoas do sexo masculino é de 2.408, conforme pode-se observar no gráfico 4.

Gráfico 4: População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2010.

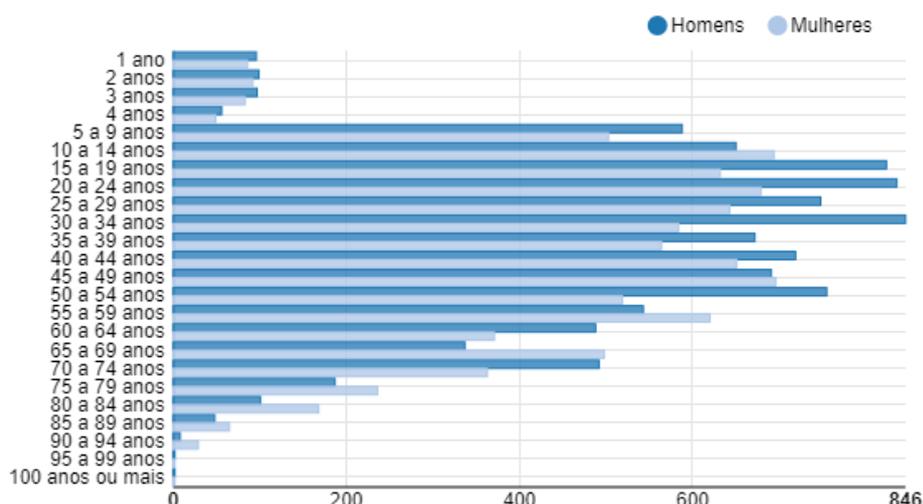


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Realizando uma comparação entre o total de mulheres no Censo de 2000 e 2010, percebemos uma redução de aproximadamente 18.5% no número de habitantes femininas no espaço rural. Por outro lado, o número de habitantes no espaço rural do sexo masculino reduziu apenas 3.7%, o que evidencia, portanto a migração da população feminina no espaço rural do município de São Lourenço do Sul.

Isso posto, no espaço rural há predominância da população masculina, principalmente nas faixas etárias mais jovens – entre 15 a 34 anos de idade. Assim, comprova-se, portanto, o que Brumer e Anjos (2008) diagnosticaram como a “masculinização do campo”, conforme gráfico 5.

Gráfico 5: População rural por sexo no município de São Lourenço do Sul/RS, 2010.



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

Ainda, para entendermos o contexto dessas migrações devemos observar características do município das quais através do Censo Agropecuário de 2006 percebemos que na agricultura familiar do município de São Lourenço do Sul a mulher normalmente não faz parte da direção da propriedade. Os dados revelam que os homens que se intitulam na direção da propriedade em valores absolutos são 3.544 (81,9%) enquanto que as mulheres que se intitulam na direção da propriedade somam apenas 268 (6,19%). Ainda, conforme a tabela 2, percebemos que a maioria tanto de homens como de mulheres estão na direção há dez anos ou mais, considerando que poucas são as jovens que assumiram a menos de cinco anos a direção da propriedade.

Tabela 2: Produtores(as) na direção dos estabelecimentos por sexo e grupos de direção dos trabalhos na agricultura familiar.

Sexo do (a) produtor (a)	Agricultura Familiar – Grupos de anos de direção dos trabalhos				Total
	Menos de 1 ano	De 1 a menos de 5 anos	De 5 a menos de 10 anos	De 10 anos ou mais	
Masculino	54	400	373	2.717	3.544
Feminino	6	23	20	219	268

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

Além disso, a área total dos estabelecimentos com proprietários masculinos somam 161.709 (94,07%) hectares enquanto apenas 10.190 (5,93%) hectares são de propriedade das mulheres (IBGE, 2006).

Na agricultura do município, dentro de todas as modalidades além da familiar, ainda o cenário de inferioridade das mulheres quanto à produção na propriedade é nítido. Na tabela 3, podemos analisar a quantidade em números absolutos de mulheres que exercem os diferentes tipos de atividade econômica no município, enquanto produtoras titulares.

Tabela 3: Grupos de atividades econômicas praticadas por homens e mulheres no município de São Lourenço do Sul.

Grupos de atividade econômica	Sexo do(a) produtor(a)	
	Masculino	Feminino
Lavoura temporária	2.901	145
Horticultura e floricultura	74	22
Lavoura permanente	10	2
Pecuária e criação de outros animais	929	124
Produção florestal - florestas plantadas	103	12
Produção florestal - florestas nativas	3	-
Aquicultura	2	-
Total	4.022	305

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Deste modo, são evidentes as relações patriarcais de gênero na vida das mulheres lourencianas. O problema de reconhecimento e espaço para que sejam as produtoras/diretoras encarregadas das propriedades se torna um grande impulsionador de migrações, pois, não as considerando como aptas a redigir a propriedade impossibilitam-se muitas vezes a permanência dessas no espaço designado. Tais dados indicam que o homem é, na maioria das vezes, o escolhido para permanecer com as terras dos pais, uma maneira totalmente discriminatória e

de caráter patriarcal que está presente na vida das mulheres agricultoras de todas as faixas etárias em São Lourenço do Sul, desencadeando, assim, o processo de migração feminina no município.

Ao analisarmos as unidades produtivas, tabela 4, identificamos que o espaço rural do município de São Lourenço do Sul é formado principalmente por unidades de agricultura familiar, que somam o total de 3.812 unidades, e correspondem a uma área de 77.056 hectares e a principal condição dos produtores é a de proprietários das terras (91,47%), seguidos por ocupantes (3,69%). No entanto, o espaço rural do município também contém 515 unidades não familiares que somam 94.845 hectares, percebendo-se assim que há uma concentração de terras em poucas unidades produtivas que são destinadas a produção em grande escala.

Tabela 4: Unidades produtivas por tipo de agricultura e condição do(a) produtor(a)

Condição do(a) Produtor(a)	Agriculturas							
	Não Familiar - unidade	%	Familiar - unidade	%	Não Familiar - Hectare	%	Familiar - Hectare	%
Proprietário	451	87,57	3.487	91,47	91.582	96,55	72672	94,31
Assentado s/ titulação	-	-	5	0,13	-	-	73	0,09
Arrendatário	27	5,24	86	2,25	2174	2,29	1161	1,50
Parceiro	19	3,68	80	2,09	519	0,54	1136	1,47
Ocupante	17	3,30	141	3,69	570	0,60	2014	2,61
Produtor s/ área	1	0,19	13	0,34	-	-	-	-
Total	515	100	3.812	100	94.845	100	77.056	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

Ainda, há uma diversificação quanto a utilização das terras na agricultura familiar do município, conforme tabela 5. No entanto a principal utilização das terras é através de lavouras temporárias (48,14%), seguidas ainda por pastagens naturais (17,55%).

Tabela 5: Área de estabelecimentos da agricultura familiar por utilização de terras.

Utilização das Terras	Agricultura Familiar	
	Hectares	%
Lavouras – permanentes	978	1,26
Lavouras – temporárias	37.099	48,14
Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	963	1,24
Lavouras - área para cultivo de flores	8	0,01

Pastagens – naturais	13.528	17,55
Pastagens - plantadas degradadas	252	0,32
Pastagens - plantadas em boas condições	2.215	2,87
Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente	3.857	5,00
Matas e/ou florestas - naturais	6.333	8,21
Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	4.590	5,95
Sistemas agroflorestais	196	0,25
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura.	485	0,62
Construções, benfeitorias ou caminhos.	2.459	3,19
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	398	0,51
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, etc.)	3.695	4,79
Total	77.056	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

Ainda podemos perceber ao analisarmos a tabela 6, que há uma grande diversificação nas culturas produzidas no município, em ênfase as que são produzidas normalmente em grande escala como o arroz, milho e soja ganham papel significativo nas áreas plantadas, colhidas e produzidas. O fumo característico da região e desenvolvido normalmente pela agricultura familiar também faz parte de 15,45% do total de hectares produtivos do município, além de gerar o maior valor da produção em 2016, ou seja, 59,6% do valor total de todas as produções. Ainda destacamos que o tomate é a cultura mais produzida no município.

Tabela 6: Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes.

Produtos das Lavouras Temporárias e Permanentes	Área Plantada ou Destinada a Colheita (hectares)	%	Área Colhida (hectares)	%	Quantidade Produzida (toneladas)	%	Rendimento médio da produção (quilograma por hectare)	%	Valor da produção (mil reais)	%
Alho	15	0,02	15	0,02	90	0,05	6.000	4,24	1.350	0,39
Amendoim (em casca)	50	0,09	50	0,09	95	0,05	1.900	1,34	238	0,06
Arroz (em casca)	9.688	17,59	9.688	17,59	64.241	39,56	6.631	4,68	51.264	14,97
Batata-doce	250	0,45	250	0,45	3.750	2,30	15.000	10,60	4.875	1,42
Batata-inglesa	400	0,72	400	0,72	2.000	1,23	5.000	3,53	4.560	1,33
Cebola	50	0,09	50	0,09	600	0,36	12.000	8,48	720	0,21
Feijão (em grão)	430	0,78	430	0,78	258	0,15	600	0,42	663	0,19
Fumo (em folha)	8.500	15,43	8.500	15,43	20.400	12,56	2.400	1,69	204.000	59,60
Laranja	200	0,36	200	0,36	600	0,36	3.000	2,12	552	0,16
Mandioca	100	0,18	100	0,18	1.000	0,61	10.000	7,06	935	0,27
Melancia	50	0,09	50	0,09	750	0,46	15.000	10,60	750	0,21
Milho (em grão)	15.000	27,24	15.000	27,24	48.720	30,00	3.248	2,29	42.874	12,52
Pêssego	100	0,18	100	0,18	1.200	0,73	12.000	8,48	1.800	0,52

Soja (em grão)	20.000	36,32	20.000	36,32	18.000	11,08	900	0,63	27.000	7,88
Tangerina	22	0,03	22	0,03	132	0,08	6.000	4,24	103	0,03
Tomate	5	0,009	5	0,009	175	0,10	35.000	24,73	350	0,10
Trigo (em grão)	200	0,36	200	0,36	360	0,22	1.800	1,27	180	0,05
Uva	2	0,003	2	0,003	10	0,006	5.000	3,53	20	0,005
Total	55.062	100	55.062	100	162.381	100	141.479	100	342.234	100

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE 2016. Organizado pela autora, 2018.

Quanto aos rendimentos da produção no espaço rural do município de São Lourenço do Sul, podemos analisar que há uma diversificação de produtos cultivados em cada propriedade. No município, como mencionado anteriormente existem 3.812 unidades de agricultura familiar e 515 unidades não familiares. Porém quando observamos a tabela 7, na qual nos dá o tipo de produção por unidades de estabelecimentos agropecuários, o número total de unidades de agricultura familiar chega a 21.984, isso demonstra que há uma diversificação de produção em cada propriedade familiar, ou seja, em cada unidade são desenvolvidos diversos tipos de produções que acabam gerando diversas receitas ao longo do ano, em destaque principalmente a produção vegetal (principalmente lavouras temporárias 40,19%) que corresponde a 43,13% da renda total da agricultura familiar. Quanto à agricultura não familiar percebemos também que a produção vegetal faz parte significativa da renda total, no entanto a produção animal, em ênfase de grande porte possui também importância no valor total.

Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários com produção no ano e valor da produção no ano por tipo de produção e agricultura.

Tipo de Produção	Agriculturas							
	Não Familiar				Agricultura Familiar			
	Unidades	%	Valor ao ano (mil reais)	%	Unidades	%	Valor ao ano (mil reais)	%
Animal	445	16,21	13.051	14,20	3.344	15,21	14.612	6,90
Animal - de grande porte	379	13,80	12.402	13,49	2.686	12,21	11.683	5,52
Animal - de médio porte	192	6,99	492	0,53	1.716	7,80	907	0,42
Animal - aves	332	12,09	131	0,14	3.042	13,83	1.870	0,88
Animal - pequenos animais	88	3,20	25	0,02	570	2,59	151	0,07
Vegetal	439	15,99	32.888	35,79	3.590	16,33	91.281	43,13
Vegetal – lav. permanentes	10	0,36	570	0,62	28	0,12	15	0,007
Vegetal – lav. temporárias	390	14,20	31.924	34,75	3.435	15,62	85.077	40,19
Vegetal - horticultura	264	9,61	89	0,09	2.199	10,00	813	0,38
Vegetal - floricultura	2	0,07	-	-	5	0,02	6	0,002
Vegetal - silvicultura	89	3,24	278	0,30	1.251	5,69	5.256	2,48
Vegetal - extração vegetal	12	0,43	17	0,01	113	0,51	115	0,05

Agroindústria	103	3,75	-		5	0,02	6	0,002
Total	2.745	100	91.867	100	21.984	100	211.641	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

A utilização de maquinário agrícola também é de suma importância para entendermos o cenário agrícola do município de São Lourenço do Sul. Na tabela 8, podemos identificar que das 4.327 propriedades, 4.119 detêm algum tipo de força animal ou mecânica, a principal forma de aquisição destas são através da compra direta, no entanto ainda temos incidência de cedida por terceiros, e contratada e com menor frequência: de uso comunitário, empreiteira e alugada, respectivamente.

Tabela 8: Estabelecimentos Agropecuários por procedência da força animal/mecânica.

Procedência da força animal e/ou mecânica	Estabelecimentos	%
Própria	3772	91,57
De uso comunitário	44	1,06
De empreiteiros	8	0,19
Cedida por terceiros	135	3,27
Serviço contratado com operador	153	3,71
Alugada	7	0,16
Total	4.119	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

Ainda ao analisarmos a tabela 9, percebemos que o número de estabelecimentos com tratores totalizam 2.196 unidades, das quais se concentram principalmente em propriedade de 5 até 50 hectares, sendo utilizada enfaticamente nas lavouras temporárias, principal atividade econômica do município.

Tabela 9: Número de estabelecimentos agropecuários com tratores por grupos de atividade econômica.

Grupos de Atividades Econômicas	Maior de 0 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha	De 200 a menos de 500 ha	De 500 e mais ha	Sem declaração	Total
Lavoura temporária	-	2	82	413	758	391	38	14	14	5	4	1.721
Horticultura e floricultura	2	1	2	2	7	-	-	-	-	-	3	17
Lavoura permanente	-	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	6
Pecuária e criação de outros	3	9	38	68	112	82	17	5	3	-	76	413

animais												
Produção florestal - florestas plantadas	-	2	4	6	16	5	-	-	-	-	6	39
Total	5	15	126	489	896	479	56	19	17	5	89	2.196

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006. Organizado pela autora, 2018.

Consideramos também que além do cenário produtivo das famílias e a invisibilidade do trabalho da mulher o fator educacional contribui para o processo de migração feminina no município. A falta de escolas de ensino fundamental e médio além de escolas de ensino técnico e superior no espaço rural do município é um agravante. Ao todo, são oito escolas que contemplam o ensino fundamental até o 9º ano, e dentre elas apenas uma conta com o ensino médio, e outra com o ensino médio e ensino técnico (técnico em agropecuária). Além disso, há precariedade na maioria das escolas, o que se traduz em poucas salas de aulas e pouca infraestrutura. Consideramos que a escola é um espaço que auxilia as mulheres a trocar experiências e se relacionaram fora do vínculo familiar, o que pode contribuir para uma experiência de libertação do sistema patriarcal no qual vivenciam em suas residências. Além disso, por não serem as escolhidas para continuar na direção/sucessão da propriedade, e por serem dificilmente reconhecidas ou remuneradas encontram na educação técnica ou superior uma possibilidade para se inserirem em um mercado de trabalho diferente do qual vivenciam. Deste modo, a escola/universidade pode contribuir para a construção de sujeitas com maior autonomia e ainda ajuda-las a empodera-las na luta contra o patriarcado.

Na presente pesquisa, visitamos as únicas duas escolas do interior que contemplam o ensino médio. A Escola Estadual de Ensino Médio Professor Rodolfo Bersch (figura 3), localizada no 6º distrito, Boa Vista, disponibiliza desde as séries iniciais ao ensino médio, possuindo ao todo 51 funcionários, 13 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátio coberto, pátio descoberto e área verde.

Figura 3: Escola Estadual de Ensino Médio Professor Rodolfo Bersch.



Fonte: Saída de campo, dezembro de 2017.

Já a Escola Técnica Estadual Santa Isabel, localizada no 1º distrito, Santa Isabel (figura 4), conta com o ensino fundamental, médio, a educação para jovens e adultos (EJA), além de proporcionar o ensino técnico para práticas agropecuárias. A instituição possui 57 funcionários, 20 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro fora do prédio, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátio descoberto, alojamento de alunos, área verde. A escola também trabalha como escola internato (somente para homens), tendo em vista que ela abarca alunos de diversos pontos do município além de municípios vizinhos.

Figura 4: Escola Técnica Estadual Santa Isabel.



Fonte: Saída de Campo, março de 2018.

Essas duas escolas são exemplos de boa infraestrutura, no entanto, a maior parte das escolas não conta com isso. Além de que o acesso se torna limitado, tendo em vista a distância, a falta de meios de transporte e a qualidade (ou falta de) das estradas rurais. Todos esses fatores impossibilitam que as/os jovens consigam estudar, e, por fim, acaba que as/os interessados por uma educação completa busquem isso no espaço urbano. Consideramos um grande problema no município a falta de escolas no espaço rural, uma vez que estas podem e são importantes na construção de sujeitos críticos. A falta destas é intrínseca a migração feminina, uma vez que as mulheres saem do campo em busca de qualificação profissional por não terem normalmente voz e autonomia dentro da propriedade familiar.

No espaço urbano do município, as escolas oferecem desde o ensino fundamental e médio até técnicos voltados para informática, contabilidade, administração e turismo. Ainda no espaço urbano, existem cursos de ensino superior proporcionados pela Universidade Federal do Rio Grande (campus São Lourenço), Universidade Federal de Santa Maria (polo à distância), e ainda alguns cursos

técnicos e superiores oferecidos pelo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (polo à distância). Também existem dois campus de universidades particulares à distância, a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Além disso, saem diariamente ônibus nos turnos da manhã e noite em direção às universidades da cidade de Pelotas.

A oferta quanto à educação no espaço urbano do município é um fator que propicia para as mulheres e homens uma oportunidade de qualificação. Quando as agricultoras jovens saem do espaço rural, pela falta de oportunidades advindas de um sistema patriarcal que as inibe de assumirem lugares de liderança em suas propriedades, muitas veem na qualificação profissional um caminho para a construção de suas vidas. Outras, no entanto, visam o trabalho assalariado, já que o salário ou pagamento não é tão comum às mulheres no espaço rural, principalmente às jovens.

No espaço urbano a população economicamente ativa feminina possui maior nível de instrução do que os homens, sendo que são elas que detêm maiores números quanto ao ensino superior completo, conforme tabela 10.

Tabela 10: População ativa do município de São Lourenço do Sul, por nível de instrução.

Nível de Instrução	Homens	Mulheres
	Economicamente ativos	Economicamente ativas
Sem instrução e fundamental incompleto	3.303	1.860
Fundamental completo e médio incompleto	1.164	964
Médio completo e superior incompleto	1.596	1.507
Superior completo	548	978
Não determinado	34	55
Total	6.646	5.363

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010, organizado pela autora.

Ainda, as funções no mercado de trabalho Lourenciano no espaço urbano estão ligados em grande parte ao comércio e serviços, no entanto, a população feminina também está atrelada ao trabalho doméstico (tabela 11). Outro fator de importância é que a maior parte das mulheres que estão vinculadas ao trabalho doméstico não possuem suas carteiras de trabalho assinadas. No entanto, o trabalho doméstico acaba sendo ao qual muitas agricultoras recorrem, por conta da

maior oferta, e assim tentam conciliar com o trabalho os estudos no período noturno. O que nem sempre é possível, levando em consideração as horas prolongadas e o desgaste físico a que elas se submetem.

Tabela 11: Atividades no mercado de trabalho de São Lourenço do Sul.

Atividade	Sexo	
	Homens	Mulheres
Militares e Empregados Públicos	304	597
Trabalhadores Domésticos	62	1.060
Trabalhadores Domésticos c/ carteira de trabalho assinada	-	416
Trabalhadores Domésticos s/ carteira de trabalho assinada	62	643
Demais empregados (comércio e serviços)	3.929	2.863
Demais empregados (comércio e serviços) c/ carteira de trabalho assinada	2.120	1.597
Demais empregados (comércio e serviços) s/ carteira de trabalho assinada	1.506	668
Autônomos	1.962	739
Empregadores	131	38
Total	6.201	4.785

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Organizado pela autora.

No trabalho formal a média salarial mensal é de 2,1 salários mínimos. O Produto Interno Bruto (PIB) no município é de R\$ 21.178,52 (IBGE, 2015) e o índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,687.

Quanto ao lazer e bem-estar, São Lourenço do Sul possui belíssimas praias à margem da Lagoa dos Patos, muito frequentada na época de verão, a qual também influencia a economia do município. Além disso, existe a praça central localizada na Rua Dr. Pio Ferreira, bem no coração da cidade. A praça dispõe de aparelhos de ginástica ao ar livre, e em alguns finais de semana oferece shows com entrada gratuita. O município é marcado pela cultura alemã, advindos da colonização alemã e pomerana, e, assim, celebram-se festas como a Südoktoberfest, marcadas pelos costumes tradicionais alemães como jogos, bebidas, danças e comidas típicas, além de festas do colono, entre outras que cultivam as tradições do povo colonizador. Acrescentando-se a isso, no município é realizado o evento Reponte da Canção, festival tradicionalista gaúcho que reúne diversos cantores nativistas do sul do Rio Grande do Sul e de países vizinhos.

Enfim, consideramos que entender e conhecer o município é extremamente importante para que possamos perceber as relações que ali se estabelecem, deste

modo auxiliando no processo de entendimento das mobilidades socioespaciais das agricultoras familiares lourencianas.

3 AGRICULTORAS FAMILIARES: ENTRE O PATRIARCADO E A LUTA POR UMA SOCIEDADE JUSTA

O presente capítulo dedica-se à situação da mulher na agricultura familiar, salientando seus trabalhos e as injustiças oriundas das relações desiguais de gênero que permeiam o meio rural brasileiro. São apontadas questões quanto à dificuldade ao acesso da terra, as relações de trabalho na agricultura familiar e o acesso a políticas públicas. Deste modo, realizando um panorama sobre suas vidas e o sistema patriarcal.

3.1 As mulheres no contexto da agricultura familiar

O período histórico, denominado Neolítico, segundo Mazoyer e Roudart (2010), iniciou-se há aproximadamente 12.000 atrás, e foi marcado por inovações revolucionárias, tal como: a construção de moradias duráveis, a cerâmica de argila cozida e os primeiros desenvolvimentos da agricultura e da criação.

Entre 10.000 a 5.000 antes de nossa era, segundo os teóricos recentemente citados, algumas comunidades já haviam começado a semear plantas e manter animais em cativeiro. Portanto, começou-se a domesticar animais e plantas, transformando, assim, as sociedades de caça e coleta em sociedades cultivadoras.

Neste contexto, as mulheres foram as pioneiras quanto à agricultura. Segundo Hevilásio (2009), as mulheres coletoras começaram a perceber que as sementes ao cair no chão após um período cresciam novamente, descobrindo, que poderiam semear estas também. Desta forma, homens e mulheres deixam de serem coletores e começam a desenvolver a agricultura, onde as mulheres eram as principais responsáveis quanto ao cultivo de sementes e os homens a domesticação de animais. Esta transformação incidiu na vida da sociedade em geral que parte de uma vida nômade para a sedentária. Esse modelo de sociedade seguiu por muitos anos, até adentrar em um sistema capitalista no qual os homens mantiveram o poder da propriedade privada e o controle da sexualidade das mulheres.

Isso posto, mesmo a mulher sendo a pioneira na agricultura, com o desenvolvimento das sociedades e com o avanço do capitalismo, o papel da mulher começou e permanecer desvalorizado e muitas vezes invisibilizado, tendo a figura masculina como o trabalhador, agricultor, e chefe de família e a mulher ocupando lugares como de ajudante do agricultor e/ou esposa de agricultor, mesmo desenvolvendo as mesmas ou mais atividades do que os homens.

O capitalismo, segundo Paulilo (2016), fez mais que separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico. Neste sistema, o único esforço que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e ser remunerado foi aquele atrelado a atividades consideradas econômicas. Deste modo, surge a valorização das atividades exercidas fora do espaço doméstico e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho doméstico, o que ocasiona complicações para o reconhecimento do trabalho feminino ao perceber que na agricultura familiar não há separação entre as unidades trabalho-produtivo e não-produtivo, uma vez que a mulher pode produzir um queijo para consumo ou para a comercialização, porém essa atividade não é vista como trabalho. Frente a isso, o trabalho do homem voltou-se para o trabalho na lavoura, uma vez que este é o mais reconhecido socialmente e monetariamente, e a mulher ficou com toda a carga do trabalho doméstico e dos espaços em volta, principalmente o cuidado da horta e pequenos animais, não gerando nenhum tipo de reconhecimento nem remuneração.

Agricultura familiar, segundo Wanderley (1996), é aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho na propriedade onde o caráter familiar não é um detalhe superficial ou descritivo, pois, “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Segundo Picolotto (2012), desde a década de 1990 os órgãos públicos brasileiros vêm reconhecendo a importância da agricultura familiar. Esse processo de reconhecimento impulsionou a criação de instituições de apoio a esse modelo de agricultura, sendo que foram criadas algumas políticas públicas para a estimulação da agricultura familiar, como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, foram criadas também secretarias específicas

para trabalhar com esse tipo de agricultura como a Secretária da Agricultura Familiar, criada em 2003. Além disso, em 24 de julho de 2006 foi criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 2006) que trouxe o reconhecimento oficial “a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar.” (PICOLOTTO, 2012, p. 159).

Deste modo, a Lei 11.326, de 2006 considera como agricultura familiar a propriedade que: não detenha, a qualquer título, área maior do 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme Brumer (2004), as mulheres e também os jovens ocupam uma situação subordinada na agricultura familiar, onde seus trabalhos não são reconhecidos e são conceituados como uma ajuda ao agricultor, mesmo esses desenvolvendo inúmeras atividades dentro da propriedade familiar, o que resulta em deixá-los inferiorizados e seus trabalhos invisibilizados.

No trabalho na agricultura familiar classificam-se os trabalhos em leves e pesados, sendo que aos trabalhos leves está atrelada a falta de reconhecimento e de remuneração. No entanto, esse sistema pode ser muito contraditório tendo em vista que o trabalho doméstico é classificado como leve no sentido de baixas remunerações e visibilidade, mas sabe-se que é um trabalho pesado, pois exige muitas horas de esforço físico. Segundo Paulilo (2016), na verdade os trabalhos são qualificados a partir de quem os executa, ou seja, os trabalhos leves são aqueles designados pela força de trabalho feminina e infantil, e os trabalhos pesados são os que detêm a força de trabalho masculina como principal. Isso ocorre mesmo que as horas trabalhadas sejam as mesmas, e também onde a atividade precisa de maior esforço físico, exigindo como contraponto a habilidade, a paciência e rapidez requeridas pelo outro.

O trabalho feminino ao mesmo tempo em que é indispensável é também desvalorizado por uma sociedade baseada em um sistema patriarcal que inferioriza

as mulheres e enaltece a figura masculina nos espaços de decisão, produção e familiar, resultando em processos que podem influenciar nas decisões principalmente das jovens em permanecer no campo e se subjugar ao que este sistema oferece.

É sabido que a mulher exerce diversos trabalhos dentro da propriedade familiar, não se limitando a uma única tarefa. No entanto, segundo Brumer (2004), seus trabalhos, como já referenciado neste capítulo, são considerados como uma ajuda ao agricultor. Deste modo, há uma inferiorização de suas atividades comparadas às dos homens que normalmente exercem somente uma função: a lida na lavoura.

Conforme Garcia Ramon (1995), em um estudo realizado na Espanha, as atividades femininas na agricultura familiar normalmente estão atreladas à reprodução, à criação das crianças, ao trabalho doméstico, sendo seus trabalhos fora do lar em torno da casa, como o cuidado da horta e dos pequenos animais.

Analisando a partir da esfera de produção e reprodução do trabalho feminino, conforme Garcia Ramon (1995), a separação entre estas duas esferas se torna superficial, visto que o trabalho da agricultora se situa em ambas as esferas e torna-se difícil classificá-las de forma separada.

Os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo circulam em torno de tarefas comerciais e não-comerciais, porém, segundo Garcia Ramon (1995), essa distinção não serve para entender e analisar corretamente o trabalho da mulher agricultora que está na esfera de mercado como na de autoconsumo. Para Paulilo (2016), não é simples separar o trabalho doméstico do trabalho produtivo, pois o conceito de trabalho produtivo foi construído através da perspectiva da extração da mais-valia, ou seja, “quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, o capitalista.” (PAULILO, 2016, p. 208).

O trabalho da agricultora, de acordo com Garcia Ramon (1995), possui caráter permanente e a remuneração é baixa. Já quanto às mulheres assalariadas no campo normalmente se concentram em atividades consideradas femininas e sofrem discriminação salarial quando comparadas aos homens.

O cenário de desvalorização é ressaltado principalmente por as mulheres ocuparem muito tempo na atividade doméstica que, dentro desse sistema, não é considerada como trabalho, e, sim como atividades originalmente femininas. Deste modo obtém-se a noção que, “a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural [...]” (SORJ, 2004, p. 107).

Neste contexto, há uma discriminação quanto à remuneração. No Brasil, segundo Cordeiro (2007), as mulheres trabalham e não recebem rendimento, possuem pouco acesso à terras, tecnologias e assistências. “Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalham; as mulheres apenas ajudam.” (CORDEIRO, 2007, p. 7).

Na questão da remuneração percebe-se que na agricultura familiar há uma hierarquia de gênero e etária, ou seja, as jovens agricultoras não possuem os mesmos direitos que os jovens agricultores. Quanto à remuneração, enquanto as mulheres jovens trabalham com suas mães principalmente nas tarefas domésticas, os homens jovens trabalham juntamente aos pais na lavoura e normalmente assumem a responsabilidade por alguma atividade específica. Deste modo, as mulheres quando reivindicam alguma remuneração geralmente essa é inferior daquela designada aos homens, visto que os homens ocupam tarefas mais importantes e as mulheres “apenas ajudam” dentro da lógica do patriarcado e da divisão sexual do trabalho. Esse contexto, segundo Cordeiro (2007), está pautado em relações de poder, hierarquias e conflitos.

No entanto, as mulheres agricultoras vêm lutando há algumas décadas em busca de seus direitos, reconhecimento e melhor qualidade de vida. As primeiras reivindicações das mulheres agricultoras, segundo Kreter (2005), datam da década de 1970. Nesse período, elas reivindicavam por um serviço de assistência médica de qualidade. As agricultoras normalmente se desfaziam de pertences pessoais e da propriedade (porcos, galinhas, vacas, etc.) para custear os médicos particulares se alguém da família adoecesse. Porém, devido às longas distâncias, o acesso era

precário e não garantia o atendimento e nem a sobrevivência caso a doença fosse mais grave.

Além disso, de acordo com Deere e Léon (2002), os movimentos de mulheres em 1970 no Brasil se deram em duas frentes: como parte do movimento nacional de retorno a democracia, e como novo componente na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e pelo fim da discriminação. Assim, em 1980 surge o movimento das mulheres rurais, no contexto da abertura democrática desse período. Deste modo, o movimento de mulheres rurais tinham duas principais reivindicações: a primeira que a mulher pudesse fazer parte dos sindicatos rurais e a segunda referia-se a obtenção do direito aos benefícios da Previdência Social. Essas reivindicações causaram visibilidade para a participação feminina no trabalho agrícola, além de denunciar as discriminações que elas enfrentavam no âmbito do trabalho e dentro dos próprios sindicatos.

Assim, segundo Deere e Léon (2002), em 1985 a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizou a quarta conferência de trabalhadores agrícolas e tratou de temas ligados as reivindicações das mulheres rurais. Portanto, com essa abertura a CONTAG resolveu incorporar a mulher nos sindicatos, incentivando que os sindicatos municipais admitissem as mulheres e incentivassem-nas a tomarem postos de liderança dentro destes. Assim, foi criado “um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina.” (CARNEIRO, 1994, p. 13). Essa abertura da CONTAG em admitir e discutir as reivindicações femininas se deu principalmente pela criação e crescimento de um novo sindicato chamado Central Única dos Trabalhadores (CUT) que vinham disputando com a CONTAG por novos membros. Por volta de 1987 as mulheres constituíam 29% dos sindicalizados na CONTAG.

Em 1986 a CUT, de acordo com Deere e Léon (2002), organizou uma comissão composta somente por mulheres, a Comissão Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora, que buscava discutir as reivindicações das mulheres urbanas e rurais. Nesse mesmo período, o Ministério da Agricultura realizou o primeiro Congresso Nacional das Mulheres Rurais, resultado do trabalho em

conjunto dos Movimentos de Mulheres Rurais e do Conselho Nacional da Mulher, a principal exigência era que as mulheres chefes de família pudessem fazer parte da distribuição de terras da reforma agrária, e, além disso, os casais tivessem titulação conjunta. Assim, neste período os principais movimentos engajados nas lutas foram às mulheres do Movimento de Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Brejo, Paraíba e do Nordeste do Brasil, principalmente ligadas aos temas de titulação conjunta e distribuição justa das terras de reforma agrária. No sul, segundo Deere (2004), o texto redigido para o congresso de mulheres trabalhadoras no Rio Grande do Sul em 1986, suscitava a proposta que o título da propriedade de reforma agrária fosse expedido no nome do casal, independentemente da situação legal do relacionamento, e ainda que a mulher chefe de família, independentemente de ser viúva, solteira ou divorciada, também tivesse seus direitos a propriedade reconhecidos perante a reforma agrária.

Ao longo da década de 1980, os movimentos de mulheres rurais foram aumentando no Brasil, conforme trata a autora,

[...] ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região. Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986. (AGUIAR, 2016, p. 266).

Devido ao aumento de mulheres nos sindicatos, o Movimento de Mulheres Rurais (MMTR) se espalhou por muitos estados. “Os MMTRs estaduais surgiram no final da década de 1980 no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. [...] Esses encontros eram geralmente antecipados por encontros em níveis municipais e regionais em um dado estado [...]” (DEERE, 2004, p. 182).

Os MMTRs eram formados, de acordo com Deere (2004), por mulheres sindicalizadas da CONTAG ou da CUT, que buscavam um maior espaço para a discussão das questões de gênero. Nos sindicatos, por mais que as mulheres chegassem a ocupar cargos de liderança, a discussão das desigualdades de gênero não era considerada importante, frente aos problemas de classe e econômicos.

Apoiados pela CUT e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), segundo Deere (2004), em 1986 foi realizado o primeiro encontro nacional das mulheres rurais autônomas, em São Paulo. Contudo, foi considerado que uma organização nacional ainda era prematura, e que os esforços do movimento deveriam abster-se ao âmbito regional. No entanto, esse encontro foi fundamental para a organização da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos cinco estados do sul (AIMTR-Sul). A AIMTR-Sul foi criada em 1988 e tinha como objetivo a criação de fóruns para a discussão “do que era considerado questões de mulheres, entre elas saúde, sexualidade, reconhecimento da profissão de mulheres trabalhadoras rurais e gênero”. (DEERE, 2004, p. 182). A AIMTR-Sul foi a responsável por campanhas sociais que reivindicavam os direitos das mulheres rurais a previdência e ao reconhecimento da profissão agricultora.

Em consequência dos congressos, reivindicações e reuniões de mulheres realizadas neste período, de acordo com Deere e Léon (2002), diversas propostas em relação a gênero foram apresentadas na constituinte de 1988, inclusive a cláusula que as terras distribuídas na reforma agrária fossem registradas no nome da mulher, homem, ou casal sem relação ao estado civil. “A importância desta medida está em que pela primeira vez foi explicitamente declarado que as mulheres poderiam ser beneficiárias da reforma agrária.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 249). Consequentemente o Incra¹ passou a modificar suas práticas mais discriminatórias que permitiam a titularidade das terras somente ao homem, “chefe de família”.

Outro ganho que as reivindicações dos movimentos de mulheres trouxeram para a Constituição de 1988, segundo Deere e Léon (2002), foi a igualdade de direitos previdenciários e trabalhistas aos homens e mulheres rurais e urbanos. As mulheres trabalhadoras familiares que antes no sistema previdenciário ficavam como dependentes do marido assumiram posição como beneficiárias diretas da

¹ Órgão responsável pela Reforma Agrária.

aposentadoria, além de obterem o direito a licença maternidade remunerada de 120 dias. Segundo Kreter (2005), outro fator fundamental foi a diminuição da faixa etária para obtenção do direito da aposentadoria que passou de 60 anos ou mais para 55 anos de idade para as mulheres, desse modo levando em consideração a dupla jornada e a invisibilidade do trabalho feminino.

Contudo, nos encontros que acompanharam o final da década de 1980 e início da década de 1990, segundo Deere e Léon (2002), por mais que as questões de reivindicação do reconhecimento dos direitos a terra para as mulheres chefes de família e a titulação conjunta de terras da reforma agrária fossem primordiais nas discussões, essas não eram as principais reivindicações dos movimentos de mulheres rurais. Isso ocorre pela “a composição multiclassista do movimento das mulheres rurais, o que inclui além das trabalhadoras sem-terra, trabalhadoras rurais assalariadas temporárias e permanentes, produtoras camponesas e semiproletárias.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 251). Assim uma das principais causas da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) foi uma campanha para que todas as mulheres trabalhadoras rurais pudessem ter os documentos para que assim todas conseguissem ter o cadastro na Previdência Social.

Em 1988 no sétimo Congresso da CONTAG, segundo Deere e Léon (2002), a CONTAG redigiu uma resolução para que o Incra distribísse as terras para os casais e não somente para os homens. Deste modo sendo uma das principais reivindicações da Marcha das Margaridas em agosto de 2000, organizada pela Comissão Nacional da Mulher da CONTAG em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais além de outros grupos. Assim, no período de 2000 a 2015 foram realizadas cinco Marchas das Margaridas: 2000, 2003, 2007, 2011, 2015. A fim de “dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado.” (AGUIAR, 2016, p. 280). Deste modo, a união das mulheres trabalhadoras rurais com organizações e grupos feministas pode auxiliar nas lutas por reconhecimento e direitos além, de denunciar o cenário de desvalorização e discriminação vivenciado pelas mulheres.

Segundo a cartilha de políticas públicas para mulheres rurais, desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), tem-se implementado e ampliado

políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia, em suas diferentes condições etárias.

Essas políticas, por conseguinte, tentam garantir os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais. Deste modo, foram desenvolvidas junto ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Apresentaremos no apêndice A um resumo de todas as políticas públicas voltadas para as mulheres que constam na referida cartilha. Essas políticas públicas são um ganho de lutas e reivindicações das mulheres rurais ao longo das décadas, no entanto, entendemos que no Brasil o avanço das políticas que amparam as mulheres rurais ainda é lento em face das necessidades e os problemas de desigualdades de gênero ainda presentes no espaço rural. E, além disso, há a falta de divulgação e o sistema patriarcal impede a disseminação desse conhecimento, principalmente em lugares mais afastados e entre a população de maior faixa etária, o que dificulta ainda mais as mulheres de obterem seus direitos. Consideramos que as políticas públicas ainda não são suficientes nem totalmente efetivas, levando em consideração o que ainda é vivido no espaço agrário brasileiro. Contudo, devem ser valorizadas e servirem de apoio para que a luta continue e a mulher possa se afirmar como agricultora e ocupar todos os lugares que ela tem direito.

3.2 Herança e sucessão: uma ordem patriarcal de gênero

Na América Latina, até início do século XX, de acordo com Deere e León (2002), “um dos principais fatores que limitavam a posse da propriedade por parte da mulher era a natureza restrita dos direitos da propriedade da mulher casada.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 27). Sendo assim, a primeira onda do feminismo trouxe a luta por igualdade de direitos de posse para as mulheres casadas, essa luta estava ligada a garantia também de outros direitos às mulheres, como os direitos civis e políticos. Até a primeira metade desse século, segundo as autoras, as mulheres na América Latina conseguiram “maiores direitos de propriedade e de voto apenas de modo fragmentário.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 27).

Em 1979, frente à segunda onda do feminismo internacional, foi realizada a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher da ONU. “A maioria dos Estados latino-americanos que ainda não o haviam feito revisou posteriormente suas constituições para garantir igualdade explícita entre homem e mulher perante a lei e reformou seus códigos civis [...]”. (DEERE; LÉON, 2002, p. 27). Contudo, mesmo existindo a legalidade formal dos direitos igualitários entre homens e mulheres, na realidade isso normalmente não se aplica, principalmente “ao que se refere aos direitos de propriedade da mulher rural e a sua posse e controle de terra.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 28).

O acesso à terra pelas mulheres na lógica do sistema patriarcal é um problema no espaço rural, uma vez que os homens “culturalmente” sempre tiveram a preferência dos pais para a questão sucessória e para serem os herdeiros, além da morosidade burocrática nos processos quanto à efetivação dos direitos garantidos às mulheres para a herança através da Lei 10.406 de 2002, tornam-se obstáculos para que elas consigam adquirir os lotes de terras que são seus por direito.

Em uma pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Socioeconômico Rurais (DESER, 2000) foram entrevistados 141 jovens e 240 adultos de ambos os sexos acerca da questão da herança. Na pesquisa, quando foi questionado quais as chances de as mulheres e os homens herdarem a propriedade dos pais “32% preferiram não responder e, embora 40% tenham respondido que as chances eram iguais, 51% não conheciam nenhuma moça que tivesse herdado.” (PAULILO, 2016, p. 191).

Esse contexto denuncia a dificuldade que as pessoas do espaço rural possuem para discutir esta temática. As desigualdades de gênero estão presentes no cotidiano das agricultoras e agricultores, porém quando se deparam para a reflexão direta destes temas, seja pela evidente desigualdade, ou pela tentativa de mascarar essas, muitos preferem não responder e se abster de discutir estas questões.

Paulilo (2016) afirma que nas regiões de colonização alemã e italiana dos três estados do sul do Brasil, há um padrão quanto à herança. “Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdam a terra. O acesso de mulheres a esse bem se faz pelo casamento.” (PAULILO, 2016, p.191).

Prosseguindo, o acesso à terra quando os pais possuem um lote pequeno também ocorre de maneira diferenciada. De acordo com Paulilo (2016), quando a terra dos pais é pouca e esses possuem mais do que um filho e filhas, a terra vai pertencer a um único filho. No entanto, há mecanismos de compensação para os homens que não ficaram com o lote, “que tentam respeitar uma correspondência entre o que foi perdido e o que foi ganho.” (PAULILO, 2016, p. 191). Todavia, para as mulheres a compensação é o dote por ocasião do casamento, composto por “roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite ou uma porca e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva como pelos pais de ambos os cônjuges.” (PAULILO, 2016, p. 255).

Mesmo com o Código Civil estabelecendo a igualdade nas questões de herança no Brasil, segundo Carneiro (2001) as regras culturais modificam a lei de acordo com os interesses da família. “Nesses casos, observa-se que as regras de transmissão recebem a legitimidade (com maior ou menor conflito) dos envolvidos na transação, sustentados que se encontram pelo “valor família.”” (CARNEIRO, 2001, p. 24). A justificativa para que, principalmente, as mulheres não recebam suas partes na propriedade das famílias advém da decisão da própria família e como culturalmente é ela que decide (mesmo essas decisões estando acima da lei, pois nestas não são todos os filhos que têm direito à herança) acabam todos ficando de acordo, e, obviamente, as mulheres que são mais prejudicadas, porém, por respeito a essa “cultura” a maioria não procura seus direitos na legislação. Deste modo, o

que for decidido dentro do âmbito familiar deve ser respeitado e acatado por todos os membros que se reconhecem e são reconhecidos como parte da família.

Neste sentido, segundo Carneiro (2001), quando as mulheres herdaram algum lote, geralmente é o que possui menos ou nenhuma atividade produtiva e/ou com relevos acidentados, impossibilitando a prática da agricultura. Normalmente, os pais durante a vida, passam por doação a herança para filho herdeiro, assim evitando possíveis confusões após suas mortes; às filhas mulheres cabem apenas assinar o documento de doação. Se a partilha acontecer somente após a morte dos pais, a parte que cabe às filhas é “vendida” para o irmão sucessor, o qual foi escolhido previamente. Esse ato de vender não rende, muitas vezes, nenhum fim lucrativo às mulheres; é somente uma forma de legalizar a transação perante o código civil brasileiro, acarretando, então, apenas em um valor simbólico e um “dever” cultural que elas constituem com suas famílias.

Para Paulilo (2016), nas famílias, quando é preciso excluir alguém da herança, essa vai ser a mulher. “Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que também identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem.” (PAULILO, 2016, p. 255). Além disso, mesmo que as terras sejam das mulheres por herança, o marido que é normalmente considerado como o responsável.

Ainda, Paulilo (2016) ressalta que esta é, até os dias de hoje, a realidade no meio rural, principalmente no sul do Brasil. Mesmo existindo a ilusão ao pensar que estas são características do passado e que atualmente a situação das mulheres no meio rural é diferente, onde a exclusão das mulheres da herança não ocorre mais, torna-se difícil encontrar um exemplo concreto para tanto.

Contudo, segundo Deere e Léon (2002), associados com a modernização da agricultura está ocorrendo algumas mudanças no âmbito familiar, “o aumento das oportunidades educacionais para homens e mulheres e à expansão das oportunidades alternativas de geração de renda levaram a uma série de outras mudanças nestas colônias do sul.” (DEERE; LÉON, 2002, p. 349). As autoras afirmam que cada vez mais as partes das heranças estão tomando forma de investimentos educacionais dos filhos e filhas, assim esperando que estes que

estudaram mais na família renunciem das terras as deixando ao irmão que ficou na propriedade. Ainda, o cenário de modificações também apresenta que atualmente as famílias estão menores, e “um número cada vez maior de famílias se vê sem qualquer herdeiro ou com apenas uma filha solteira que ainda permanece em casa”. (DEERE; LÉON, 2002, p. 349). Ainda, as autoras ressaltam que cada vez mais as filhas estão exigindo seus direitos, advindas do crescimento educacional que elas vêm obtendo.

Concordando com as afirmações das autoras acima, consideramos que a modernização da agricultura gerou muitas mudanças a respeito da herança. Contudo, entendendo que a ordem patriarcal de gênero não foi alterada, pois ainda se dá preferência ao homem para ser o herdeiro, ainda é a mulher que tem que sair do meio rural para buscar estudo por falta de reconhecimento e oportunidades para ficar, e ainda a mulher jovem e solteira não é considerada apta a gerir uma propriedade familiar, o que não se aplicaria se fosse um homem jovem e solteiro.

Outro sim é a dificuldade da mulher viúva em permanecer na terra. Segundo Deere e Léon (2002), no Brasil a viúva está em uma posição difícil, “pois se o marido morre intestado, a viúva herda um quarto fixo de sua propriedade, mas apenas em usufruto.” (DEERE, LÉON, 2002, p. 352). Essa situação reduz seus plenos direitos de posse da terra e contribui para a visão que as mulheres viúvas apenas detêm o poder da propriedade temporariamente para os filhos. Ainda, as mulheres viúvas normalmente quando herdarem uma maior quantidade de terra normalmente não administram, sendo o filho sucessor que toma o espaço de “novo chefe de família”.

Em suma, a busca por direitos e pelo fim das desigualdades de gênero no âmbito rural ainda se torna importante, tendo em vista as dificuldades impostas às mulheres de ocuparem lugares como sucessoras e serem titulares das propriedades a que tem direito. Mesmo que se tenha avançado ao longo dos anos no âmbito político, econômico e social, ainda não basta para eliminar as injustiças de gênero presente no espaço agrário brasileiro.

4 GEOGRAFIA, RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo, trataremos de como os movimentos sociais auxiliaram na formação das geografias feministas brasileiras, além disso, iremos desenvolver os conceitos de patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho. Desse modo, o capítulo é parte fundamental para o entendimento de como a ordem patriarcal de gênero pode influenciar a vida das mulheres. Por fim, iremos abordar a metodologia que utilizamos para a construção da pesquisa, salientando os métodos de coleta de dados, bem como de análise.

4.1 Sobre os movimentos sociais, feminismos e a ciência geográfica brasileira

Os movimentos feministas culminaram no Brasil na década de 1960. Segundo Veleda da Silva (2000), as principais reivindicações no período eram voltadas a melhorias nas questões como: necessidades básicas, creches e melhores salários. Deste modo, modificando o espaço urbano e as mentalidades.

Neste contexto, nascem os primeiros trabalhos acadêmicos que versavam sobre trabalho e mulher, “com destaque para os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti (1978/ 1979/ 1981) e Eva Altermann Blay (1978).” (VELEDA DA SILVA, 2000, p. 4).

No decorrer dos anos, de acordo com Veleda da Silva (2000), as mulheres percebendo as diversas desigualdades em que viviam começaram a reivindicar seus direitos. Deste modo, “algumas assumem-se feministas, outras não. Os movimentos de mulheres podem assumir um caráter reivindicatório específico, mas alguns não excluem reivindicações universais como os movimentos feministas.” (VELEDA DA SILVA, 2000, p. 5).

Por conseguinte, os movimentos feministas começaram a se espalhar pelo Brasil, principalmente na década de 1980. Neste período as pesquisas tomam a necessidade de “apontar também o carácter relacional entre os sexos que é

construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social.” (VELEDA DA SILVA, 2000, p. 6). Desta forma, incluindo nas pesquisas experiências quanto às relações sociais entre os sexos.

No âmbito rural, os movimentos sociais feministas também ganharam força na década de 1980, no entanto isso não quer dizer que as mulheres já não participassem de reivindicações antes desse período. Contudo, foi a partir de 1980 que a união das mulheres trouxe com mais incidência as lutas pelas questões de gênero. Deste modo, juntamente com outros “segmentos sociais que reivindicavam, ainda no modo regime militar, espaços de expressão política, esses movimentos se inseriam no que comumente passou a ser denominado de “novos movimentos sociais””. (AGUIAR, 2016, p. 262). Ao longo deste período, como já tratado no capítulo anterior, as mulheres rurais lutaram para terem espaços nos sindicatos e assim reivindicaram por direitos igualitários na previdência social, além de lutarem pelo reconhecimento da profissão agricultora. Assim no final da década de 1980, conseguiram o tal reconhecimento na Constituição de 1988, decorrente de muitas lutas, reivindicações e protestos.

Segundo Vele da Silva (2000), nos anos de 1990 houve uma dispersão e uma institucionalização dos movimentos feministas no Brasil. Essas mudanças, conforme a autora pode ser identificada pelo número crescente de organizações não governamentais feministas que surgiram no período, participando de fóruns nacionais e internacionais e na presença destas frente ao Estado. As pesquisas também demonstravam uma nova perspectiva, abordando temas como: meio ambiente, saúde, violência, entre outros.

Desta maneira, os movimentos feministas foram essenciais para a construção das geografias feministas, pois o “feminismo deve perpassar todas as áreas da geografia.” (VELEDA DA SILVA, 2009, p. 306). Considerando que a categoria gênero é importante para compreendermos “fenômenos e/ou processos geográficos, mas a perspectiva feminista vai além desta categoria e amplia o leque de possibilidades de se produzir um conhecimento comprometido com mudanças sociais.” (VELEDA DA SILVA, 2009, p. 306). Assim, a perspectiva feminista é fundamental não somente na geografia, mas em todas as esferas da ciência, a partir

dessa ótica podemos problematizar conceitos e desconstruir pensamentos, assim contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, segundo Veleda da Silva (2000), as relações entre os movimentos sociais e a ciência acadêmica foram muito valiosas, gerando delas encontros, seminários e revistas de disseminação desses conhecimentos. A autora destaca a Revista Estudos Feministas que vem contribuindo para a reflexão destas temáticas desde 1992. Eventos como o Seminário Internacional Fazendo Gênero, e o Mundo de Mulheres são espaços de encontros e trocas de conhecimentos e vivências que aproximam e convidam as mulheres a pensar e reivindicar seus direitos.

Na Geografia, percebemos, também, o avanço deste cenário nos principais eventos como o Seminário Internacional de Geografia Agrária que possibilita dentro do conjunto de grupos de trabalhos uma área que versa sobre gênero e sexualidades. Ainda neste contexto, um dos maiores encontros da geografia brasileira, o Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, possui também entre seus grupos de trabalhos lugar para a discussão de gênero e sexualidades. Isto demonstra, que mesmo que a geografia precise dar maior espaço e dar maior visibilidade, estes temas estão cada vez mais ganhando espaço dentro da ciência geográfica.

Isso posto, a geografia feminista, segundo Veleda da Silva (2016), apesar de existir certa invisibilidade está consagrada na investigação e no ensino brasileiro. Ainda de acordo com a autora, as geografias feministas brasileiras a partir do conhecimento local, regional e nacional está construindo um caminho para reflexões. No entanto o desafio primordial é *“incorporar la dimensión espacial y la dimensión de los seres humanos que se constituyen en cuanto sujetos situados en estas relaciones.”*² (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 84). Nesta perspectiva,

[...] el proceso se consolidara a través de investigaciones que consideren los estudios y las reflexiones realizadas en los últimos cuarenta años y producir explicaciones que contemplan la historia, la

² "Incorporar a dimensão espacial e a dimensão dos seres humanos que se constituem como sujeitos situados nessas relações". Traduzido pela autora.

*geografía y la diversidad cultural brasileña.*³ (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 84).

Conversando com o exposto, Silva (2009), destaca que “qualquer ciência que tenha como foco de análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise.” (SILVA, 2009, p. 60). Deste modo, a inclusão de temas que incorporem as questões feministas é crucial para qualquer ciência, pois situam as pessoas na sociedade.

De acordo com Silva (2009), uma das principais contribuições das geografias feministas foi a crítica à geografia neutra, objetiva e universal e a denúncia que invisibilizava diversos sujeitos que não se enquadrassem no perfil: homem, branco, cristão, ocidental e heterossexual.

Deste modo, para Silva (2009), o movimento feminista adentrou o saber científico onde foi batizado de epistemologias feministas. A referida denominação nasce como um “movimento científico político de mulheres cientistas que acabaram por produzir novas formas de conceber a ciência como um conhecimento posicionado e situacional, e, portanto, embebido em relações de poder”. (SILVA, 2009, 57). Porém, a autora salienta que este movimento não se baseou somente em mulheres, possuindo homens “inconformados com a falácia das verdades universais e da naturalização das hegemonias de determinadas versões de saber.” (SILVA, 2009, p. 57).

Os trabalhos desenvolvidos atualmente na geografia feminista brasileira, conforme Veledda da Silva (2016) partem de análises empíricas, desde uma perspectiva descritiva a um olhar preocupado a dar visibilidade aos oprimidos, sendo os principais sujeitos de investigação as mulheres: “*trabajadoras urbanas, agricultoras, ribereñas, migrantes o prostitutas, seguidos de estudios sobre travestis y jóvenes*⁴.” (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 88). A principal metodologia utilizada é a qualitativa, constituinte na maior parte das vezes por entrevistas como ferramenta de coleta de dados.

³ “[...] o processo será consolidado por meio de pesquisas que considerem os estudos e reflexões realizados nos últimos quarenta anos e produzam explicações que contemplem a história, a geografia e a diversidade cultural brasileira”. Traduzido pela autora.

⁴ “Trabalhadoras urbanas, agricultoras, ribeirinhas, migrantes ou prostitutas, seguidos de estudos sobre travestis e jovens”. Traduzido pela autora.

A geografia feminista brasileira, segundo Veleda da Silva (2016), está ligada e influenciada pelas geografias feministas europeias e estadunidenses. Ela ainda possui um caminho longo para construir-se uma geografia brasileira que converse com as latinoamericanas *“a través de un esquema teórico y conceptual propio que dé cuenta de la diversidad y de las interseccionalidades que dialécticamente se mezclan con diferentes pesos y maneras.”*⁵ (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 88).

Neste sentido, Silva (2009) aponta que o feminismo latino-americano “combina reflexões teóricas e um ativismo político marcado pelo compromisso com a melhoria da sociedade por meio de relações de gênero, e passam despercebidas pela geografia brasileira.” (SILVA, 2009, p. 60). A autora ressalta que “apesar da crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a geografia brasileira continua negligenciando a perspectiva de gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade social.” (SILVA, 2009, p. 60). No entanto, isso não significa que o campo científico não tenha sofrido mudanças, incorporando crescentemente o trabalho feminino.

Por fim, sabe-se que as geografias feministas vem ganhando espaço no Brasil, no entanto, ainda são enfrentadas diversas dificuldades. Contudo, a persistência de geógrafas e geógrafos faz com que ela se afirme e se consagre dentro da ciência geográfica brasileira, sendo importante para refletirmos as injustiças de gênero vivenciadas pelas mulheres e também para a contribuição de uma sociedade mais justa.

4.2 Relações patriarcais de gênero

No Brasil, segundo Saffioti (2004), o conceito de gênero ganhou força em meados da década de 1990 ressaltando-se como categoria analítica. Uma das razões das utilizações deste conceito foi a recusa ao essencialismo biológico. Conforme a autora, gênero não somente é uma categoria analítica, mas também histórica, “sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento, que pode,

⁵ "A través de un cuadro teórico e conceitual que explica a diversidade e interseccionalidade que dialeticamente se misturam com diferentes pesos e formas". Traduzido pela autora.

perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher”. (SAFFIOTI, 2004, p. 111).

O conceito de gênero de acordo com Saffioti (2004) refere-se à construção social do feminino e do masculino. No entanto, este conceito não explicita as desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres. Quanto à escala temporal, este foi construído muito antes do que o conceito de patriarcado, pois nem sempre houve as desigualdades entre os sexos. “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação.” (SAFFIOTI, 1987, p. 47). O conceito de patriarcado, portanto, surge recentemente no plano histórico (seis ou sete milênios da história recente), para denunciar as hierarquias e as desigualdades presentes entre homens e mulheres.

Entendemos que o conceito de gênero é muito mais vasto que o patriarcado, pois, de acordo com Saffioti (2004), o patriarcado manifesta as hierarquias e desigualdades, o que o conceito de gênero não o faz, englobando a questão da igualdade em seus preceitos. Portanto, o patriarcado é um caso das relações de gênero. Porém, não se trata de eliminar o conceito de gênero, mas sim de sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito amplo, e o patriarcado ao contrário, “só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando explícito o vetor da dominação-exploração.” (SAFFIOTI, 2004, p. 139).

No entanto, conforme Saffioti (2009, p. 33), o conceito de gênero é muito importante ainda no que tange: a) utilidade do conceito, pois ao contrário do patriarcado, o primeiro é datado pelo menos há 250 mil anos, sendo, portanto, muito mais amplo; b) o uso concomitante dos conceitos gênero e patriarcado possibilitam, uma vez que o primeiro engloba toda a história da sociedade e o segundo apenas um determinado período, entender e denunciar a ordem patriarcal de gênero; c) a inadmissível troca entre um conceito e outro, levando em consideração a coerência teórica.

Assim, segundo Saffioti (2004), a não utilização do conceito de patriarcado conjuntamente com o de gênero parte de uma lógica patriarcal que tenta neutralizar

as hierarquias existentes, o que torna normal a dominação-exploração. “Tratar essa realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina.” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Ainda, o patriarcado, segundo Saffioti (2004), parte de uma lógica entre homens para garantir a opressão das mulheres, nesse sentido “este regime ancora-se em uma maneira de os homens assegurarem para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários a produção diária e a reprodução da vida.” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Continuando, o modo patriarcal “não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração.” (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Por conseguinte, a dominação e exploração acontecem concomitantemente, sem uma ordem específica, ocorrendo dentro do lar, na área de trabalho ou de convivência social das mulheres.

Essa relação de exploração-dominação das mulheres é nítida em vários setores, “no seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas.” (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Isso se torna mais nítido quando analisamos a estrutura heteronormativa da agricultura familiar, ou seja, nesta, a família é considerada aquela composta por um pai do gênero masculino, uma mãe do gênero feminino e as filhas e filhos. Nessa estrutura espera-se que a mãe cuide dos filhos, os eduque, faça os afazeres domésticos e ainda trabalhe na produção agrícola da propriedade. O pai espera-se que trabalhe na produção agrícola e que seja o responsável financeiramente pela família, e chegando em casa esse possa apenas esperar as refeições sentado a mesa e possa contemplar uma casa limpa e os filhos educados.

Neste sentido, as mulheres sofrem com desigualdades de todos os tipos. Em seu livro Saffioti (2004) aponta dados de uma pesquisa realizada no ano de 2001⁶, na qual foi constatado que as mulheres trabalhadoras ganhavam 64% dos rendimentos médios dos trabalhadores masculinos, evidenciando a exploração

⁶ A pesquisa aqui referida, foi feita pela Fundação Perseu Abramo em 2001 e referenciada pela autora em sua obra *Gênero, Patriarcado, Violência* de 2004.

vivida pelas mesmas. No ano de 2017, uma pesquisa realizada pelo Catho Empresas⁷, apontou que as mulheres ainda ganham menos do que os homens em todos os cargos pesquisados. No cargo de consultor, por exemplo, os homens chegam a ganhar cerca de 60% a mais do que as mulheres. Evidenciando, portanto, que a exploração-dominação ainda continua presente.

Enfatizemos o que Saffioti (2004) apontou: as mulheres no regime do patriarcado “são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutora de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Deste modo, sendo exploradas e dominadas jogadas à precariedade e invisibilidade de seus direitos.

Há sempre uma economia doméstica que sustenta o patriarcado. Segundo Saffioti (2004), há hierarquias a partir das divisões etárias entre os homens, de modo que cada uma tem seu papel social e seu significado. No entanto, esta hierarquia não é suficiente para que não tenha solidariedade entre eles. No meio rural, há hierarquias não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens de diferentes faixas etárias, ou seja, um homem jovem não ganha a mesma remuneração do que o homem “chefe de família”, porém, essa diferença entre eles não os inferioriza. O homem mesmo jovem ainda ganha maior remuneração do que a mulher jovem e ao contrário do que acontece com o trabalho feminino, o seu trabalho é visibilizado. Mesmo havendo uma hierarquia etária entre os homens, isso não é suficiente para quebrar o vínculo que possuem em manter a ordem patriarcal de gênero.

Essa máquina do patriarcado, de acordo com Saffioti (2004), pode ser movida não só por homens, o poder é tão grande que mesmo sem a presença do patriarca as mulheres podem contribuir para esse sistema “disciplinando filhos ou outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo.” (SAFFIOTI, 2004, p. 102). Isso implica em como elas se enxergam e se ajudam, o patriarcado é tão metucioso que

⁷ A empresa avaliou oito funções entre cargos de estagiários até cargos gerenciais, no ano de 2017. Apresentou como resultado geral diferenças salariais entre homens e mulheres em cargos de: especialista graduado (51,4%), especialista técnico (43,7%), coordenação, gerência e diretoria (46,7%), supervisor e encarregado (28,1%), analista (20,4%), trainee e estagiário (16,4%) e assistente e auxiliar (9%).

alimenta um sentimento de rivalidade entre as mulheres, ajudando no processo de afirmação deste sistema. A desconstrução de pensamentos que alimentam o patriarcado é essencial para a quebra desse sistema.

Cabe enfatizar que ainda que existam os avanços feministas na área profissional e política, conforme Saffioti (2004), a base material do patriarcado não foi destruída. “Nem sequer nos países nórdicos, nos quais a representação política das mulheres é incomparavelmente maior, tal base material sofreu fissuras importantes.” (SAFFIOTI, 2009, p. 11). A base material deste não se sustenta apenas na intensa indiscriminada diferença salarial das trabalhadoras, na marginalização de papéis econômicos ou políticos, mas também no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva. Seja para controlar o número de filhos, ou o tempo entre eles, “o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos.” (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Não basta que as mulheres ocupem os lugares que antes eram dos homens, altos cargos políticos, econômicos. Para Saffioti (2004), qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pelos homens, tudo garante para que a natureza do patriarcado vai continuar a mesma. Portanto, desconstruir o patriarcado “exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade.” (SAFFIOTI, 2009, p. 14).

Para existir uma sociedade de uma ordem não-patriarcal-de-gênero onde não exista hierarquias entre homens e mulheres é imprescindível discutir a divisão sexual do trabalho como parte das relações patriarcais de gênero, analisando assim o cenário apontado por Saffioti (2004) quanto a exploração-dominação.

Vamos lembrar que a noção moderna de trabalho surgiu através do “impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado, a força de trabalho, de outro.” (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66). Regidos, de acordo com os autores, pelo tempo que era capaz de controlar a produtividade entre o trabalho e o trabalhador. Desse modo, a separação do citado

ocorre com o surgimento do trabalho assalariado, ou seja, “o trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas.” (HIRATA; ZAFIRIFIAN, 2003, p. 66). Com o sistema capitalista, no qual os trabalhadores e trabalhadoras são obrigados a vender sua mão de obra para a sobrevivência, assim promovendo o assalariamento a exploração principalmente das mulheres se torna evidente. Através da mais valia a força de trabalho feminina, mais do que a masculina, fundamentou a formação da sociedade capitalista, principalmente pelo fator de submissão das mulheres o que as tornavam mais difíceis de criarem reivindicações.

O trabalho doméstico de acordo com Hirata e Zafirian (2003) tem sua concepção ligada à família, à mãe, possuindo sentido maternal. Considerado uma expressão de amor “os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e de educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente pretender escapar deles.” (HIRATA; ZAFIRIAN, 2003, p. 67). Deste modo, não sendo considerado um trabalho que exige remuneração, as mulheres tornam-se seres de múltiplas jornadas conciliando o trabalho assalariado com o doméstico, sofrendo com longas horas de trabalhos e com a falta de reconhecimento. Ou ainda, no espaço rural as mulheres além de exercerem todo o trabalho doméstico conciliam este com o trabalho na lavoura, que diferentemente do que acontece no espaço urbano, normalmente não é remunerado, acabando por trabalhar longas jornadas ou nos três turnos do dia.

Para discutir a questão do trabalho dentro desse sistema patriarcal de gênero precisamos entender o conceito de divisão sexual do trabalho. Portanto, ele surgiu na França no início da década de 1970, impulsionado pelo movimento feminista que tinha como principal objetivo, segundo Hirata e Kergoat⁸ (2007), repensar o “trabalho”. Nesta perspectiva acreditava-se que o trabalho doméstico também se configurava “trabalho” e, portanto também tinha que pertencer a este grupo com os mesmos direitos e com remuneração.

⁸ Utilizaremos a autora Danielle Kergoat, juntamente com outras autoras francesas, para explicar sobre a divisão sexual do trabalho, mesmo entendendo as dicotomias entre o pensamento das autoras francesas com Heleieth Saffioti. No entanto, entendemos a divisão sexual do trabalho como parte das relações patriarcais de gênero, deste modo existindo relações de poder, hierarquias, no qual as mulheres são as prejudicadas, exploradas, dominadas e inferiorizadas.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kergoat (2007), configura-se em,

[...] um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

No entanto, não somente isso, segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho possui princípios e modalidades. Neste contexto, existem dois princípios organizadores: o da separação e da hierarquia. O da separação consiste que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, enquanto o princípio hierárquico consiste que o trabalho de homem vale mais do que o trabalho da mulher. Esses princípios, de acordo com as autoras, são válidos para todas as sociedades conhecidas. “Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho possui plasticidade, conforme Hirata e Kergoat (2007), suas modalidades (concepção do trabalho produtivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil, etc.) modificam-se no tempo e espaço. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

No entanto, a divisão sexual do trabalho nem sempre possuiu o caráter de desvalorização das mulheres. De acordo com Saffioti (2004), nas sociedades de caça e coleta a mulher era responsável por mais da metade das funções necessárias para a sobrevivência do grupo, possuindo uma posição igualitária a dos homens. No entanto, com o avanço da sociedade passando para um sistema sedentário os homens começaram a controlar a sexualidade das mulheres, bem como buscaram o controle da propriedade privada, estabelecendo-se, assim, o patriarcado, gerando as desigualdades e uma ordem patriarcal de gênero.

A partir do avanço das tecnologias e busca de pessoas para suprir a emergência de novas ocupações decorrentes das transformações no trabalho e na

produção “redefinem e redesenham a divisão sexual do trabalho, mas não a superam.” (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p.102). De acordo com os autores, as ocupações que exigem maiores qualificações ainda são preenchidas por homens e mesmo que as mulheres tenham em termos gerais maior escolaridade, elas ainda acabam preenchendo postos de trabalhos menos qualificados.

As mudanças na divisão sexual do trabalho quanto ao trabalho doméstico, de acordo com Hirata (2003), são muito lentas. Por meio do desenvolvimento de tecnologias, que amparam o trabalho doméstico, estas atividades têm se tornado menos penosas, no entanto, a divisão sexual do trabalho e a atribuição das mulheres a estes trabalhos ainda continua pouco modificada. No espaço rural, não é mais necessário um grande número de filhas para trabalharem no trabalho doméstico, com a implementação de eletrodomésticos que diminuem e otimizam o tempo somente uma ou duas mulheres são suficientes. No entanto, essa modernização do trabalho doméstico não quebrou a divisão sexual do trabalho, uma vez que ainda são as mulheres as designadas a executá-lo.

Conforme Saffioti (1987), os homens não devem “ajudar” no trabalho doméstico, pois a “ajuda” implica na responsabilidade do outro. Logo, devem partilhar a vida doméstica assim como as demais atividades que garantem o sustento da família. “Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da “ajuda” que os primeiros podem oferecer as últimas.” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). A máscara da “ajuda” se encontra em diversas esferas, ou seja, ela é utilizada para aliviar a responsabilidade do homem nas tarefas domésticas, mas serve também para inferiorizar as mulheres. Um exemplo disso são as mulheres trabalhadoras da lavoura que são caracterizadas como “ajudantes”, esse rótulo de ajudante serve para inferiorizar seu trabalho além de remeter à baixa ou nenhuma remuneração.

É sabido, então, que, a divisão sexual do trabalho está consagrada dentro das relações patriarcais de gênero, onde aos homens são atribuídas posições de chefia, e as mulheres ocupam o espaço de subordinadas. No entanto, isso não significa que não houve mudanças, pois, aliados aos movimentos feministas, a situação das mulheres vem sendo modificada mesmo que gradualmente no Brasil, possuindo espaço em lugares políticos e econômicos. Contudo, comparados a forte influência

do patriarcado, o caminho ainda é muito longo para que seja quebrada a ordem patriarcal de gênero vigente.

4.3 Metodologia

A pesquisa é uma conexão entre Geografia da população e agrária considerando categorias e conceitos oriundos dos estudos feministas. A metodologia e a análise se dão a partir de uma abordagem qualitativa, na qual o delineamento do objeto de pesquisa se insere “[...] numa problemática do avanço dos conhecimentos: o pesquisador escolhe seu objeto em função das faltas que ele detecta no corpus constituído das ciências sociais” (DESLAU RIES; KÉRISIT, 2012, p.132). Em suma, identificamos que objeto de estudo da pesquisa ainda é uma lacuna no campo geográfico.

A pesquisa constitui-se feminista, pois “[...] concentra-se nas diversas situações femininas, problematizando-as, e também nas instituições que compõem essas situações.” (OLESEN, 2006, p. 220). A metodologia feminista, segundo Moss (2002), trata-se sobre a abordagem da pesquisa incluindo os aspectos convencionais (coleta de dados, análise, etc.) como também os aspectos menos conhecidos, como as relações das pessoas envolvidas no processo de pesquisa. Deste modo, de acordo com Narvaz e Koller (2006), o uso de metodologias feministas possui o comprometimento com uma mudança social, tendo em vista o resgate das experiências femininas e uma análise focada em linguagens não-sexistas.

Quando tratamos de realizar uma pesquisa com uma metodologia feminista, de acordo com Bartra (2012), estamos fazendo uma pesquisa com uma metodologia não-sexista, pois não discrimina em virtude do sexo, e não-androcêntrica, pois não está centrada nos homens. Além disso, os estudos feministas além evidenciarem a vida das mulheres, devem ter o compromisso de contribuir para melhorar suas condições.

Segundo Bartra (2012), para a realização da pesquisa feminista há o que se chama de “visão feminista” que vai nos acompanhar ao longo de todo o processo investigativo. Isso significa que com essa visão toda a bibliografia e os discursos, serão analisados a partir dessa ótica. Deste modo, “*se puede hacer investigación sobre mujeres e investigación feminista diferentes entre sí y hay múltiples maneras de hacer una y la otra.*”⁹(BARTRA, 2012, p. 70-71). Neste sentido, são múltiplos os métodos para desenvolver uma pesquisa feminista, comumente são utilizadas entrevistas, história oral, além de categorias de análise como gênero e patriarcado. Conseqüentemente,

*quien emprende una investigación feminista no mira la realidad de la misma manera que una persona insensible a la problemática de la relación entre los géneros. Por lo tanto, las preguntas que se planteará desde su ser, su sentir, su pensar, no pueden ser iguales, serán necesariamente diferentes en la medida del interés por saber cuál es el papel de las mujeres en determinados procesos.*¹⁰
(BARTRA, 2012, p. 71).

Assim, segundo Bartra (2012), as técnicas que escolhemos para realizar uma pesquisa sempre estão dentro de uma metodologia, e sendo essa feminista, a maneira em que lemos, interpretamos, escutamos, observamos e perguntamos tem uma abordagem diferente, uma abordagem não-androcêntrica e não-sexista.

Portanto, as metodologias feministas servem para desenvolver um conhecimento novo, de acordo com Bartra (2012), que não podem ser obtidos de outra maneira. Ainda, o uso de metodologias feministas serve para criar um conhecimento com menos falsificações ao levar em consideração questões que até agora são ignoradas e marginalizadas. Assim,

quiere decir que en lugar de ignorar, marginar, borrar, hacer invisible, olvidar o incluso deliberada y abiertamente discriminar el que hacer de las mujeres em el mundo, se busca indagar en dónde están y qué hacen o no hacen, y por qué. Además, nos permite entender la conflictiva relación entre los géneros y, por lo tanto, comprender

⁹ Você pode fazer pesquisas sobre mulheres e pesquisas feministas diferentes umas das outras e há várias maneiras de fazer elas. (BARTRA, 2012, p. 70-71). Traduzido pela autora.

¹⁰ “quem empreende uma investigação feminista não olha para a realidade da mesma forma que uma pessoa insensível ao problema da relação entre os gêneros. Portanto, as perguntas depender de seu ser, seu sentimento, seu pensamento, elas não podem ser as mesmas, elas serão necessariamente diferentes na medida de interesse em saber qual o papel das mulheres em determinados processos.” (BARTRA, 2012, p. 71). Traduzido pela autora.

*mejor el que hacer de los hombres quienes no están solos en este planeta.*¹¹ (BARTRA, 2012, p. 75).

Portanto, para desenvolver a pesquisa a partir dessas perspectivas utilizamos diversos recursos metodológicos a fim de entender o processo que envolve as migrações femininas. Segundo os autores,

[...] construir uma metodologia para o estudo da migração feminina nada mais é do que buscar uma forma de refletir empiricamente os recentes avanços teóricos resultantes da intersecção dos debates dos estudos de gênero e migração. Neste sentido, as “fontes de dados tradicionais” (Maguid, 1995) muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos. (PERES; BAENINGER, 2012, p. 9).

Em vista do exposto, primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica para a compreensão do universo estudado. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50). Analisamos: artigos, livros e teses, auxiliando no processo de formação dos conceitos que serão desenvolvidos na pesquisa. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2008, p. 50).

As sujeitas investigadas na pesquisa são as jovens agricultoras familiares. O Estatuto da Juventude de 2013 considera como jovem a pessoa que estiver na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Na pesquisa utilizaremos o recorte de 18 a 29 anos, por entendermos que é este o momento em que as mulheres podem decidir e, também, executar sem interferência familiar ou legal, a migração campo–cidade, pois atingiram a maioridade (Lei Nº 10.406/ 2002). Assim, entendemos a faixa etária de 18 a 29 anos como um período de possibilidades de mudanças e reafirmações de suas decisões.

¹¹ “quer dizer que em vez de ignorar, marginalizar, apagar, tornar invisível, esquecer ou até mesmo deliberadamente e abertamente discriminar o trabalho das mulheres no mundo, procuramos descobrir onde elas estão e o que elas fazem ou não, e por quê? Além disso, permite-nos compreender a relação conflituosa entre gêneros e, portanto, entender melhor o trabalho dos homens os quais não estão sozinho neste planeta.” (BARTRA, 2012, p. 75). Traduzido pela autora.

O percurso metodológico contou com duas etapas de coleta de dados: na primeira etapa aplicamos um questionário aberto (apêndice B), ou seja, “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p.121). Esta etapa foi realizada com as jovens que estavam cursando o último ano do ensino médio e o ensino técnico em escolas rurais no município de São Lourenço do Sul. O objetivo da coleta por questionário foi identificar e caracterizar as jovens, obtendo um meio de chegar até elas para a próxima etapa da pesquisa. Assim, “as respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.” (GIL, 2008, p.121). Lembramos que a opção de aplicar questionário somente no último ano do ensino médio justifica-se por entendermos que este é um momento propício para decisões, pois estão encerrando um ciclo de estudos.

Ao todo são duas escolas do interior do município citado que possuem o ensino médio, sendo que uma dessas contempla também o ensino técnico. Citamos a primeira escola visitada, no final do ano de 2017, a Escola Estadual Rodolfo Bersch. Nessa escola, aplicamos um total de 16 questionários. Por se tratar de alunas com 18 anos ou mais e estudantes do último ano do ensino médio, o número de meninas que se encaixam neste perfil não é vasto, visto que a maior parte das estudantes que estão regulares nas escolas acaba o ensino médio com dezessete anos de idade. Nessa instituição, contemplamos o turno da manhã e noite todas as estudantes que se enquadravam na pesquisa, totalizando dezesseis jovens.

A segunda escola visitada foi a Escola Técnica Santa Isabel, onde além do ensino médio também existe o ensino técnico. Lá, obtivemos um total de quatro questionários. A escola apresenta duas turmas de ensino médio, das quais, segundo a direção da escola, todas as meninas têm até dezessete anos (não se encaixando na faixa etária pesquisada), no entanto, no ensino técnico (agropecuária), somente seis mulheres frequentam o curso e no dia em que a pesquisadora visitou a escola, somente quatro estavam disponíveis para a participação na pesquisa. Deste modo, ao todo chegamos ao número de vinte mulheres jovens agricultoras familiares que

responderam o questionário proposto. Os dados quantitativos coletados com os questionários foram analisados e apresentados em forma de gráficos e/ou tabelas.

Na segunda etapa, realizamos entrevistas em profundidade com dois grupos de mulheres, cada qual composto por três mulheres, um dos grupos contemplou as jovens agricultoras que residem no espaço rural de São Lourenço do Sul (apêndice C). A entrevista “é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação.” (GIL, 2008, p. 109). Consideramos como entrevistas de profundidade,

(...) encuentros éstos dirigidos hacia la comprensión de las perspectivas que tienen los informantes respecto de sus vidas, experiencias o situaciones, tal como las expresan con sus propias palabras.¹² (TAYLOR; BOGDAN, 1987, p. 101).

O segundo grupo contemplou as jovens que viviam no espaço rural e migraram para centros urbanos (apêndice D), deste modo buscando salientar os motivos para migrarem e suas atuais condições de vidas na cidade. “A entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano”. (GIL, 2008, p.111).

Para realizar as entrevistas em profundidade, entramos em contato com todas as participantes que responderam o questionário aberto nas escolas, assim entrevistamos aquelas que tiveram interesse em continuar participando da pesquisa. Chegamos ao todo no número de seis entrevistas em profundidade percebendo que por se tratar de uma pesquisa qualitativa a quantidade de pessoas não se faz importante, frente à qualidade dos dados. Por se tratar de entrevistas em profundidade a participação de cada uma é longa, gerando em média mais de dez folhas transcritas por entrevista. Os encontros foram agendados previamente, e foram realizados em lugares públicos, longe de suas famílias e amigos. Entendemos que é necessário afastar as jovens do seu lugar de convivência para que elas consigam falar sem nenhuma restrição sobre suas vidas, angústias e opiniões. Assim, nesta pesquisa foi prezado o caráter anônimo das participantes. As referidas entrevistas foram gravadas e transcritas com a autorização das entrevistadas. E por

¹² “(...) encuentros que visam compreender as perspectivas que os informantes têm sobre suas vidas, experiências ou situações, na medida em que as expressam as próprias palavras.” Traduzido pela autora.

consequência do anonimato não iremos expor nenhum registro fotográfico das entrevistadas ou de suas propriedades, pois consideramos que qualquer registro pode gerar a identificação das participantes e conseqüentemente gerar conflitos.

Utilizaremos como método de análise dos dados qualitativos uma aproximação da técnica de análise do discurso, baseada nos autores Foucault (2008) e em Orlandi (2009).

A análise do discurso segundo Orlandi (2009) trata do discurso e não exclusivamente da gramática ou da língua. O estudo do discurso, portanto, estuda a fala do ser humano. Deste modo, podemos conhecer melhor o que torna o ser humano capaz de significar e significar-se. Assim, tal análise torna possível a linguagem como mediação entre o ser humano e a realidade natural e social.

Não há linearidade na análise do discurso, com base em Orlandi (2009), não existe uma regra em que o discurso é falado ou escrito e o analista o lê e o descodifica. A análise do discurso ocorre de maneira concomitante entre todos os envolvidos, englobando todas as esferas ao mesmo tempo, sem uma ordem específica. (Figura 5).

Figura 5: Relação da análise do Discurso.



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Dessa maneira, a análise do discurso tem por objetivo entender e “compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”. (ORLANDI, 2009, p. 26). Portanto, trabalha seus limites, mecanismos, desde a parte constituinte dos processos de significação.

Quanto à responsabilidade do analista, essa paira nas formulações das questões na qual irão se desencadear as análises. Todavia, cabe uma boa formulação de maneira que instigue e consiga atingir o que se pretende, de modo a não comprometer a análise.

É preciso estar pronto para abrigar o discurso em sua totalidade, ou seja, “em sua irrupção de acontecimentos, nesta pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços.” (FOUCAULT, 2008, p. 28).

A construção de um dispositivo de interpretação com base em Orlandi (2009), baseia-se em colocar o dito em relação ao não dito no discurso, ou seja, “o que um sujeito diz em algum lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro.” (ORLANDI, 2009, p. 59). Procurando, deste modo, aquilo que um sujeito não diz, mas faz parte da significação de seu discurso. Assim, evidenciando não um sentido verdadeiro, mas um sentido real em sua materialidade linguística e histórica.

Segundo Orlandi (2009), a interpretação ocorre em dois momentos:

a) O primeiro considera que “é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise.” (ORLANDI, 2009, p. 60).

b) O segundo considera que não há descrição sem interpretação, ou seja, o próprio analista está envolvido na interpretação. Deste modo, “é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação.” (ORLANDI, 2009, p. 61). Esse dispositivo teórico é o que vai

permitir, portanto, que o analista consiga trabalhar no intervalo da descrição com a interpretação.

Deste modo, considera-se que o analista do discurso, de acordo com Orlandi (2009), trabalha nos limites da interpretação, ou seja, ele não se coloca pra fora da história, ele se coloca em uma posição deslocada que permite considerar a produção de sentidos em suas condições.

Portanto, a análise do discurso busca compreender o enunciado em sua limitação e em sua peculiaridade situacional, mas também preocupa-se em “determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

“A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites.” (ORLANDI, 2009, p. 67). Deste modo, reiterando noções e conceitos, a análise do discurso é um constante ir e vir entre a teoria e a consulta do corpus e análise. Os processos de paráfrase, metáforas, sinonímia são a presença da historicidade da língua, funcionando como unidade de análise.

Assim sendo, o discurso, segundo Foucault (2008), é um conjunto em que “podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.” (FOUCAULT, 2008, p. 61). Em sua análise, devemos “procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações desta com a ideologia.” (ORLANDI, 2009, p. 71).

Conseqüentemente, podemos afirmar que a análise do discurso (ORLANDI, 2009), tem no texto sua base para que possa chegar-se ao discurso. O trabalho do analista, portanto, é entender como a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto, ou seja, como o discurso se textualiza.

Frente ao exposto, a formação do discurso é um sistema enunciador ao “qual obedece um grupo de performances verbais - sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, linguístico, psicológico.” (FOUCAULT, 2008, p. 131).

A análise do discurso mostra-se como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época. (FOUCAULT, 2008, p. 134).

Em vista de elucidar também o que o sujeito “queria dizer”, não apenas em suas palavras, ou textos, mas em seus discursos, instituições, em suas práticas, e técnicas.

Assim, feita a análise “o analista prescinde dos textos. Uma vez atingido o processo discursivo este é que dá ao analista as indicações de que ele necessita para compreender a produção dos sentidos. Os textos deixam de ser seus objetos.” (ORLANDI, 2009, p. 73).

Por fim, “a etapa de análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente.” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 140). Pretendemos dar significado aos dados coletados a partir da epistemologia feminista, considerando as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho delas decorrentes.

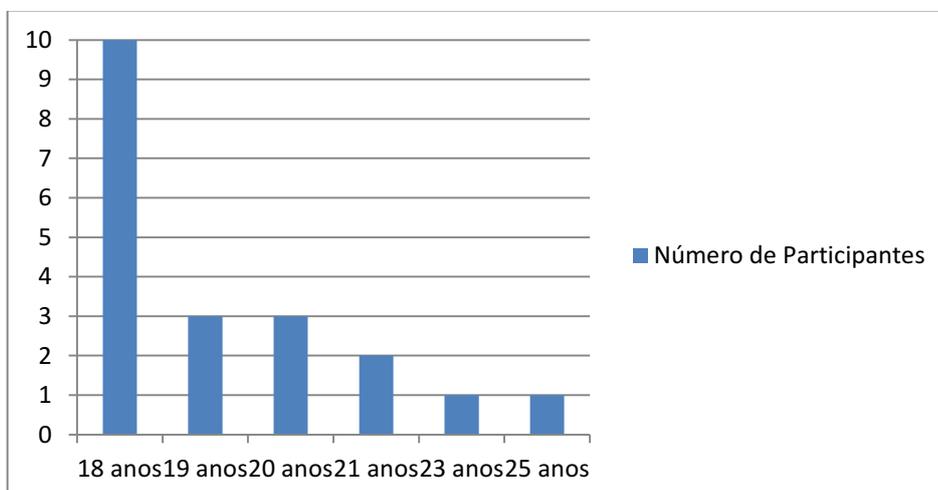
5 AGRICULTORAS E MIGRANTES: A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO COMO PROPULSORA DAS MIGRAÇÕES SELETIVAS

Este capítulo é dedicado a análise dos discursos das seis entrevistadas na pesquisa, além disso, também serão apresentados dados coletados através dos questionário nas escolas rurais do município. Os discursos foram analisados a partir dos conceitos de relações patriarcais de gênero, englobando também os conceitos de divisão sexual do trabalho e agricultura familiar.

5.1 As jovens agricultoras familiares de São Lourenço do Sul – características e perspectivas

Neste primeiro momento, iremos realizar uma caracterização que foi desenvolvida a partir dos questionários aplicados na primeira fase de coleta de dados. A caracterização é importante para podermos ter uma visão geral das jovens que residem no espaço rural do município, assim auxiliando no entendimento das questões a serem tratadas a posteriori aqui. O questionário foi aberto e contou com 32 questões acerca da vida profissional e pessoal das participantes, sendo desenvolvido com 20 mulheres entre as faixas etárias de 18 a 25 anos, conforme o gráfico 6.

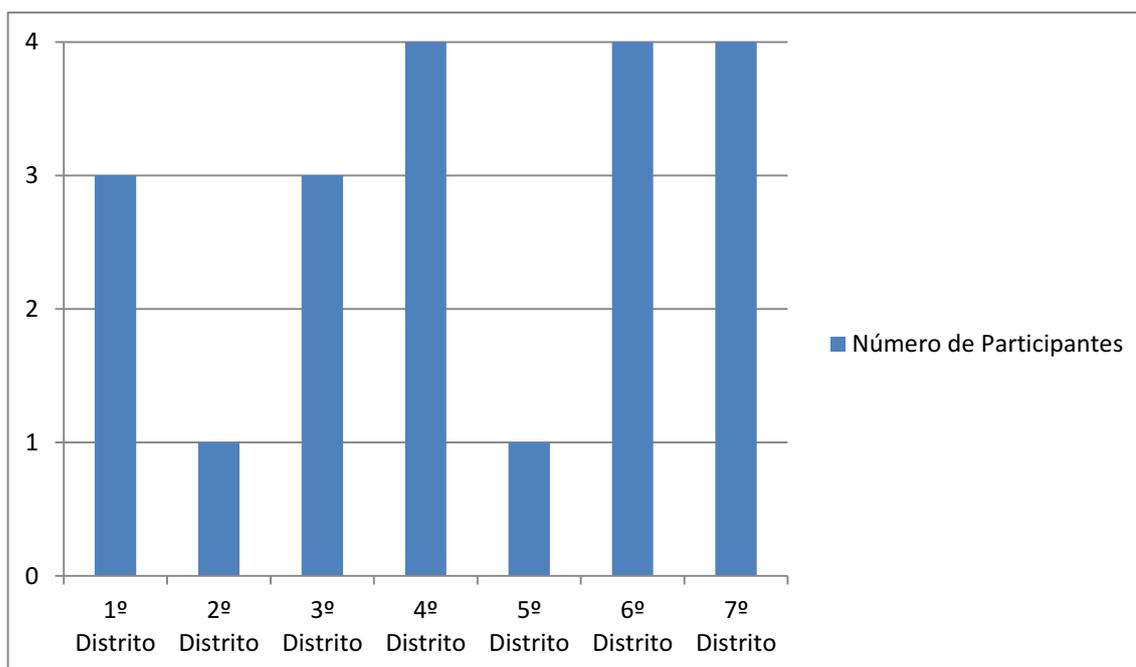
Gráfico 6: Faixa etária das participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Quanto ao lugar onde residem, a pesquisa contemplou todos os distritos, sendo as localidades mais citadas: Quevedos, Picada das Antas, Santa Isabel, Boa Vista e Pinheiros. Abaixo, no gráfico 7, está uma relação entre os distritos das participantes e a quantidade referente a cada.

Gráfico 7: Relação entre o distrito e a quantidade referente de participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

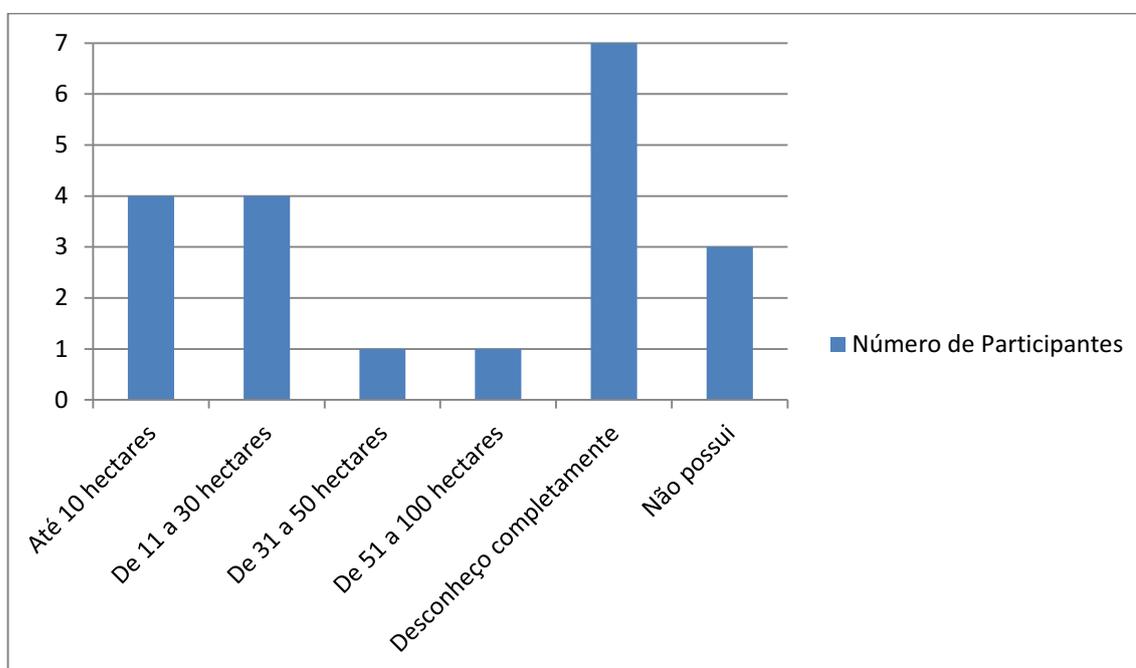
Quanto ao estado civil, as participantes apontaram 85% (17 mulheres) que estão solteiras e os 15% (3 mulheres) restantes, responderam como estado civil “namorando”. Do total, dezesseis delas estão no último ano do ensino médio, e quatro estão cursando o ensino técnico.

A composição familiar é muito diversa, ou seja, existem famílias que são compostas de três pessoas, bem como famílias compostas por nove membros. No entanto, há uma incidência de 45% (9 casos) em que a família é composta somente por filhas, seja uma (somente a participante da pesquisa) ou duas (participante da pesquisa mais uma irmã). A composição familiar que conta com irmãos (sexo masculino) é de 35% (7 casos), e neste os números variam entre 1 a 4 irmãos além

da participante da pesquisa. Os 20% (4 casos) restantes apresentaram outros membros, como cunhados, tios e “outros”¹.

A quantidade de terras pertencentes à família também foi uma questão pertinente para a caracterização da amostragem, pois deste modo podemos avaliar a migração também a partir da variável da quantidade de terras para partilha. No entanto, a maior parte das participantes apontou desconhecer a quantidade de terras que suas famílias possuem, e a maior parte possui “poucas” terras, ou seja, até 30 hectares que dificilmente poderá ser partilhado, conforme o gráfico abaixo 8.

Gráfico 8: Número de hectares por participante da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os principais cultivos nas propriedades familiares são as culturas de milho e fumo, seguidas pela produção da pecuária leiteira e de corte. Conforme tabela 12.

¹ No questionário, existia a opção outros para caso as opções citadas não fossem suficientes para a resposta.

Tabela 12: Relação entre culturas e número de famílias que a produzem (sendo que uma família pode produzir uma ou mais culturas).

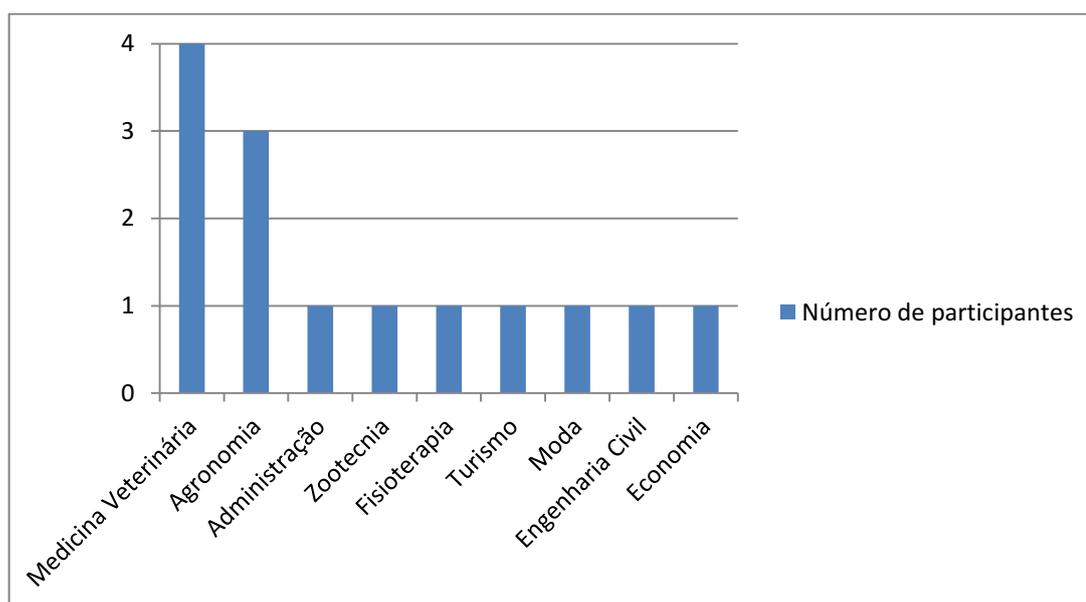
Culturas	Número de Famílias
Cultivo de Milho	10
Cultivo de fumo	10
Pecuária Leiteira	5
Pecuária de corte	3
Cultivo de soja	2
Silvicultura (cultivo de eucalipto, acácia)	1
Cultivo de feijão	1
Policultura	1
Outras	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O questionário contemplou algumas questões que visaram captar as expectativas que as jovens têm sobre os estudos e quanto às profissões que desejam atuar no futuro. Percebemos que após finalizar as atuais etapas que estão cursando 70% (14 mulheres) pretendem continuar com os estudos, e 30% (6 mulheres) não possuem o desejo de continuar estudando. Nesse sentido, 60% (12 mulheres) querem ir para o espaço urbano assim que acabarem a etapa que estão cursando, para tentar novas oportunidades tanto de estudos, como conseguir um trabalho, e o restante tem o desejo de continuar vivendo no espaço rural.

Daquelas que pretendem continuar os estudos (70%), os cursos apontados são os seguintes, gráfico 9:

Gráfico 9: Relação dos cursos superiores que as participantes desejam cursar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A principal cidade/instituição indicada para cursar os determinados cursos foi Pelotas e a Universidade Federal de Pelotas (85,7%). O restante das participantes (2 mulheres), apontaram as cidades de Camaquã e Porto Alegre para efetivarem seus estudos.

No entanto, a maior parte das participantes (65% ou 13 mulheres) pretende trabalhar no espaço rural, mesmo realizando ou não um curso superior no espaço urbano. Apenas 35% almeja exercer suas atividades em centros urbanos. As mulheres apontaram também outras profissões que gostariam de exercer sem que precisem frequentar uma universidade, são elas: agricultora e orientadora de empresas fumageiras.

5.2 Através do discurso: análise a partir das entrevistas em profundidade

Como já explicado no capítulo de metodologia, a pesquisa contou com a etapa de entrevistas em profundidade com dois grupos de mulheres (com três entrevistadas em cada grupo): as que residem no espaço rural (representadas por: 1R, 2R e 3R), e as que migraram para o espaço urbano (representadas por: 1U, 2U e 3U). As entrevistas foram analisadas pela uma aproximação da técnica de análise do discurso baseada em Foucault e Orlandi. Buscamos identificar nos discursos dessas mulheres como elas estão inseridas no cotidiano de suas famílias, trabalho, e estudo correlacionando com os conceitos de ordem patriarcal de gênero e divisão sexual do trabalho.

Analisando os grupos de mulheres que permanecem no espaço rural e as que migraram para o espaço urbano identificamos que todas estão, ou estavam no momento antes de migrarem, inseridas em uma família que contém pai, mãe, e irmãos. Outra semelhança entre elas é o cultivo de fumo como principal atividade econômica. Neste cenário, buscamos entender como as atividades diárias são ou eram (antes da migração) divididas dentro de cada núcleo familiar. Logo identificamos em seus discursos uma ordem patriarcal de gênero presente na estrutura familiar dos agricultores do município. Afirmando-se assim, que “a invasão desta organização social de gênero é total” (SAFFIOTI, 2004, p. 122), ou seja,

“pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia. Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal.” (SAFFIOTI, 2004, p. 122). Na agricultura familiar este cenário não é diferente uma vez que as mulheres, como trata Brumer (2004) são as responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com os animais e do cultivo ao redor da casa, além, é claro, de trabalhar na lavoura. O trabalho dobrado, as longas horas de cansaço e desgaste logo foram ressaltadas em cada discurso, como os abaixo:

Os serviços da casa assim né: cozinha e limpeza era a mãe e minha irmã mais velha, que também ajudou a nos cuidar quando a gente era pequena ela tinha sete anos quando a gente nasceu aí ela ajudou a mãe, porque o mano tinha um ano e seis meses. Aí a mãe não vencia com três crianças pequenas, a minha irmã também era pequena com sete para já ficar cuidando das outras. Aí depois que ela saiu eu e a mana já era maior e a gente ajudava a mãe nesses trabalhos de casa, e ia para a lavoura. A mãe também fazia os serviços de casa, comida, limpeza e também ia para a lavoura. O pai só trabalhava na lavoura. O mano também só trabalhava na lavoura. (Entrevistada 1U - residente do espaço urbano).

É ruim de trabalhar lá fora, eu mesmo, eu vivo na colônia só que tô mais em casa. Só que eu vou pra lavoura quando tem fumo para plantar e fumo pra colher, o resto é tudo com eles. Aí eu faço tudo em casa! Que nem no verão. tem a estufa para cuidar, e é tudo comigo, eu que cuido! Nisso que meu pai, minha mãe e meu irmão eles fazem tudo na lavoura, voltam e a gente janta, eles tomam banho e vão dormir aí o resto é comigo. A minha mãe não faz nada em casa, tudo na lavoura. O trabalho doméstico é todo meu. A gente tinha horta, agora não, porque era difícil de cuidar no verão, porque tinha muita coisa para fazer, aí ficava muita coisa, muita tarefa para mim fazer durante o dia. Os pequenos animais quem cuida sou eu e o pai, agora no inverno é o pai, mas no verão sou eu, pequenos, grandes, vacas, porcos. Só se tiver alguma coisa assim meio pesado, algum caído, aí eles me ajudam, mas o resto sou eu quem cuido, dando ração. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural).

Essa divisão baseada em uma ordem patriarcal de gênero também foi identificada e ressaltadas nos questionários aplicados na primeira fase de coleta de dados (tabela 13), que culminaram no seguinte cenário: em termos gerais (mães e filhas) exercem múltiplas atividades contemplando desde o trabalho doméstico, cuidado de pequenos animais e horta, cuidados com crianças e/ou idosos e trabalho na lavoura. Nessa esfera, as intensidades dos trabalhos se modificam, ou seja, as mulheres mais velhas (mães) trabalham mais na lavoura, no entanto, não deixam de trabalhar em outras partes da propriedade. As mulheres mais jovens (filhas) voltam

seus trabalhos em maior parte ao trabalho doméstico, por conseguinte, também com o cuidado da horta e com pequenos animais, e, ainda, na lavoura. Os homens (pai, irmão e outros) voltam principalmente suas atividades para o trabalho na lavoura, sendo quase nula a participação destes no trabalho doméstico, ou em outras áreas da propriedade. Logo, percebemos que as mulheres ficam sobrecarregadas de trabalho, e conseqüentemente trabalhando mais do que os homens, geralmente exercendo suas atividades em três turnos. O trabalho doméstico e todas as outras funções ficam a cargo das mulheres, enquanto os homens exercem, na maioria dos casos, somente uma função e detêm o reconhecimento, enquanto as mulheres, em via de regra, são invisibilizadas. "Desde a infância, as meninas são preparadas para executar as tarefas de casa, como cuidar dos irmãos mais novos, lavar roupa, cozinhar e cuidar dos animais doméstico, da horta e de pequenos cultivos próximos da casa, incluindo jardins." (NASCIMENTO SILVA, 2011, p. 141).

Tabela 13: Organização das tarefas no núcleo familiar

Membro Familiar	Trabalho Doméstico	Cuidado com a horta e pequenos animais	Cuidados com crianças e/ou idosos	Trabalho na lavoura
Participante da Pesquisa	18	10	4	10
Mãe	13	9	2	16
Pai	2	4	-	20
Irmã	7	1	2	-
Irmão	-	1	-	9
Outros (sexo masculino)	-	-	-	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ainda voltando-nos as entrevistadas, buscamos identificar como elas julgam essas divisões dentro da família, percebemos que as que já realizaram a migração conseguem perceber que naquele cenário elas não eram favorecidas, ou sequer tratadas de forma igualitária. Assim, percebendo a existência de uma ordem patriarcal de gênero e uma divisão sexual do trabalho que minimiza o trabalho feminino enquanto o trabalho masculino é enaltecido. No entanto isso não basta para que elas vejam esse cenário totalmente livre dos arcabouços patriarcais em que foram criadas, analisando a fala abaixo percebemos que as mulheres que migraram enxergam parte dos problemas, mas ainda tentam justificá-los. O sentimento de traição por estar falando mal da família também pesa nesse sentido,

pois após desabafar as injustiças que vivenciaram, logo tentam justificar com tom de normalidade as desigualdades enfrentadas.

É... depois quando minha irmã mais velha foi embora, a gente não achava muito justo porque o mano, por exemplo, ele escolhia o que ele queria fazer assim algumas coisas, que nem a gente ia para a lavoura também, ai ele não gostava de estudar e parou de estudar. Que ai o pai ficava brigando com ele para ir pro colégio todos os dias e ele não queria, ai o pai disse: tá, não quer ir não vai então! Mas como tinha aquela coisa porque a gente trabalhava com firmas de fumo assim, as crianças eram obrigadas a tá na escola, senão eles não davam pedido de fumo e os insumos para plantar né?! Ai, então se o conselho tutelar fosse lá, ele seria obrigado a voltar pra escola, mas só se houvesse denuncia, ai não aconteceu isso e ele parou de estudar na sétima série. Ai ele gostava bastante de serviço só da lavoura, ai não gostava se tinha serviço em casa, ai a gente ia colhia o fumo na lavoura e ele ajudava. Ai depois quando a gente tinha que costurar em casa ou trabalhar no fumo seco porque tem um preparo até vender, ele não ajudava e eu e a mana tínhamos que ajudar também né, isso a gente achava um pouco injusto assim. Mas ai as vezes ele ficava tirando pasto, preparando terra, essas coisas que a gente não fazia também. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Ainda, com as mulheres que residem no espaço rural o sentimento de condescendência com a estrutura de organização é presente nos discursos das mulheres. A extrema valorização do trabalho na lavoura também é nítida, vindo com a ideia que o trabalho doméstico é “leve”² ou “fácil”. Conforme trata a entrevistada abaixo:

Bom, não fica tanta coisa para eles, nem tanta coisa para mim. Porque eu não sou muito de ir para a lavoura, não gosto, realmente não gosto! Quando eles voltam tá tudo pronto e eu consigo arrumar minhas coisas. Eles vão para a lavoura de manhã voltam meio dia, ai depois uma e meia, duas horas eles vão de novo e voltam de noite, ai chegam em casa e está tudo pronto e podem tomar banho, jantar e dormir que fica tudo por minha conta né?! Eu sei que na lavoura tudo é muito puxado, por isso eu já faço as coisas tudo em casa, ai é melhor. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural)

A fala dessa agricultora mostra a desvalorização de seu próprio trabalho, pois anteriormente a mesma afirmou que na época de colheita e plantio do fumo ela também vai para a lavoura, além de cuidar diariamente dos animais e da casa. Em sua fala, ela cita o trabalho doméstico, dizendo que não fica tanta coisa pra eles (restante da família) e nem pra ela. Mas ela tem três jornadas de trabalho: manhã:

² A partir desse momento do texto em diante, as palavras que estiverem entre aspas referem-se a palavras que aparecerem nos discursos das entrevistadas repetidamente.

cuidando da casa, fazendo o almoço, tratando os animais; tarde: lavando a louça do almoço, fazendo os afazeres domésticos em geral, e em tempos indo para a lavoura; e ainda à noite preparando o jantar e lavando a louça enquanto o restante toma banho e dorme. Isso é claro, sem falar que em épocas de colheita e plantio ela está totalmente envolvida com essas atividades e para, além disso, ela ainda tem os cuidados ao redor da casa, como capina e outros afazeres. No entanto essa jornada dobrada (e em vezes triplicada) acaba por ser naturalizada por um sistema patriarcal enraizado nas tradições e vidas das lourencianas e lourencianos.

Neste cenário, as mulheres normalmente não se enxergam como sujeitas trabalhadoras vitais na agricultura familiar, a partir disso é fomentado discursos de (falsa) igualdade de trabalho, ou então a visão que são os homens que realmente trabalham, pois é da lavoura (trabalho produtivo) que a renda para “sustentar” a família advém. Assim, os discursos das mulheres que residem no espaço agrário trazem à tona toda a herança patriarcal na qual são sujeitadas e com isso a naturalização da exploração do trabalho feminino.

Eu acho que é bem dividido (o trabalho de mulheres e homens). Porque lá em casa mesmo, tem a parte que é pesada mesmo com o pai e com a mãe... A parte mais pesada é com meu pai e meu irmão, a mãe não faz. A coisa mais leve a mãe faz. O trabalho mais pesado como carregar lenha, carregar trouxa do fumo, carregar grampos para dentro da estufa, nesse sentido pesadão. A mãe fica tipo... Carregar lenha ela fica em cima do reboque só ajeitando a lenha e não levantando, o serviço do fumo que eu até ajudo, a gente coloca em cima dos grampos, mas não carrega grampo não, só se tiver seco, senão é com meu irmão e meu pai, mesmo é com meu irmão, porque meu pai tem mais idade, tá com 63 (anos), e ele diz que não consegue levantar né?! Ai é mais com meu irmão. A mãe tem 43 (anos), ela faz tudo, mas se queixa de dor nas costas. Ai por isso mesmo a gente não deixa ela fazer essas coisas puxadas, coisa pesada mesmo. Que nem de noite no verão, ela cuida das estufas de noite. (Entrevistada 2R - residente do espaço rural).

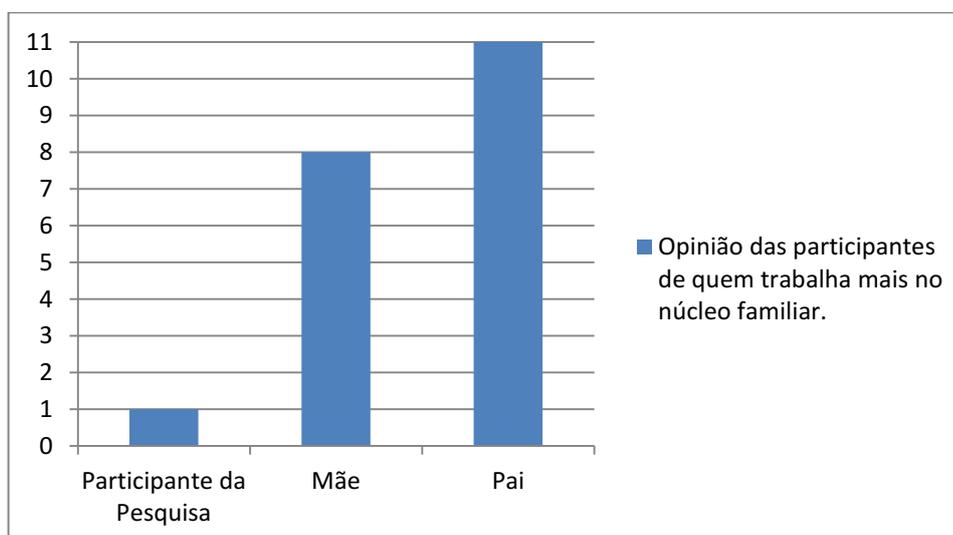
Mas realmente as mulheres e homens trabalham igualmente? Claro que não devemos desmerecer o trabalho na lavoura, no entanto, a entrevistada na qual relatou trabalhar no trabalho doméstico também trabalha na lavoura em época de colheita e plantio, e ainda permanece várias noites na estufa de fumo. No entanto, os homens em algum momento a auxiliam no trabalho doméstico quando esta tem muitos afazeres? A resposta é negativa.

O próximo relato nos esclarece mais um pouco a situação: “Sim e não (as mulheres trabalham mais que os homens). Sim porque a gente faz todo o serviço de casa e mais a lavoura. Mas não, porque o serviço de casa não conta né?! Ai eu acho que os homens trabalham mais, eles ficam mais tempo na lavoura.” (Entrevistada 3R – residente do espaço rural).

A constante desvalorização do trabalho doméstico (reprodutivo) em prol do trabalho que gera renda novamente alimenta a discussão e os argumentos das mulheres quando vão refletir sobre o assunto. No entanto, elas relatam que também trabalham na lavoura, mas, por que elegem o homem como quem mais trabalha? A resposta pode parecer repetitiva, mas como Brumer (2004) apontou em seu estudo, as mulheres são vistas como uma ajuda ao agricultor, como a esposa do agricultor e não como agricultoras. Esse constante cenário de desvalorização que estas mulheres em seu nascimento já estavam inseridas contribui para que acreditem e alimentem esse sistema sem questioná-lo.

Esse cenário vai ao encontro das respostas coletadas nos questionários onde as mulheres apontaram que a figura masculina é a que mais trabalha dentro da estrutura familiar. Mesmo as mulheres exercendo a maior parte das atividades na propriedade familiar, quando indagadas de quem trabalha mais, a figura do pai é em disparada mais citada do que as femininas (gráfico 10).

Gráfico 10: Opinião das participantes da pesquisa de quem trabalha mais no núcleo familiar.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Essas respostas são frequentes principalmente pela vigência do patriarcado em invisibilizar principalmente o trabalho doméstico. Percebe-se que a maior parte das pesquisadas exercem suas funções principalmente no trabalho doméstico e os homens exercem a maior parte de seus trabalhos na lavoura. Pelo reconhecimento monetário, por agregar “maior força de trabalho”, muitas se levam a identificar o homem, pai, “chefe de família”, como quem mais trabalha, principalmente porque muitas o enxergam como aquele que faz a propriedade funcionar. Essa divisão sexual do trabalho, baseada em uma ordem patriarcal de gênero, coloca as mulheres em uma posição inferior da masculina, atribuindo a elas rótulos de ajudantes e não considerando seus trabalhos como tal. Conforme Saffioti (1987) a potência da ideia de inferioridade feminina “é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua “inferioridade”, que se assumem como seres inferiores aos homens.” (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

Neste cenário de constante invisibilidade quando vamos discutir uma “coisa necessária” aos trabalhadores e trabalhadoras nos deparamos para mais uma barreira, que muito já foi tratada por Cordeiro (2007), que trata da remuneração pelos trabalhos exercidos. Essa relação de trabalho e remuneração também está atrelada a considerar o próprio trabalho como uma “ajuda”, assim “na qualidade de mera “ajudante”, à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão-somente como “ajuda”, aceita como natural um salário inferior.” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). Para muitos, pode parecer que esse cenário não existe mais, que as mulheres com os diversos recursos que hoje temos advindo da modernização, tecnologias da informação, entre outros, já não vivem em um sistema opressor ou ainda enxergam as desigualdades com clareza. Não é isso que realmente acontece, pelo menos no município de São Lourenço do Sul. Ao nos referirmos as remunerações que as entrevistadas recebem ou recebiam (antes da migração) a resposta mais frequente refere-se que dinheiro elas não recebem/recebiam, mas “sempre” podiam comprar o que “queriam” ou “querem”. Mas, será mesmo que este “poder comprar o que quer” é o que realmente acontece? Vamos analisar alguns discursos abaixo:

Recebia, recebia... Não era um salário, mas as coisas que a gente pedia e eles podiam, eles sempre nos davam né?! O pai e a mãe... E

ai às vezes quando eles queriam que a gente trabalhasse mais assim, ai até eles nos pagavam mesmo assim, sabe? Para incentivar a nos a trabalhar também né?! Mas, a remuneração era diferente, o mano sempre ganhava mais. (Entrevistada 1U - residente do espaço urbano).

Assim, recebe, recebe, não! Mas, tudo que eu quero comprar eu posso comprar. A mãe às vezes é meio assim, tipo, “ai isso tá muito caro” e coisa, mas, tudo que eu quiser comprar eu posso comprar. E não tem essa de “ah tu não pode porque tu não trabalha”, não, eu e meu irmão a gente ganha igual, e sempre foi assim. A mãe sempre disse pra nós que o deles é nosso também, a gente tinha que saber como a gente ia gastar. Com meu irmão é o mesmo sistema, quando ele quis um carro, quando começou a namorar para ir para a casa da namorada, ele ganhou, ele tem pedido em firma, tem tudo, tem conta no banco, mas é tanto dele tanto meu. (Entrevistada 2R - residente do espaço rural).

No primeiro caso, da mulher que migrou para o espaço urbano, ela já consegue identificar que o irmão ganhava mais no tempo em que todos trabalhavam na propriedade. No entanto, em nenhum momento fez alguma crítica sobre como esse sistema remuneratório se dava na família. A segunda, a mulher que vive no espaço rural, acredita que ela e o irmão recebem iguais. No entanto, enquanto ela recebe algum dinheiro para ir a uma festa ou comprar roupas, o irmão tem conta no banco no nome dele, pedido em firma de fumo no nome dele, e carro no nome dele. Será mesmo que eles ganham a mesma coisa? Ou o sistema patriarcal em que ela está inserida não lhe permite enxergar a realidade? Esses discursos vão ao encontro das respostas dos questionários onde apenas 30% (6 participantes) apontaram que recebem alguma remuneração pelos trabalhos exercidos na propriedade, a grande maioria (70%) não recebe nenhum tipo de pagamento. Segundo Saffioti (2004) a falta de críticas desse sistema pelas mulheres se dá principalmente porque, “entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, [...] é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social”. (SAFFIOTI, 2004, p. 34).

Ainda nesse cenário, buscamos identificar se elas estavam atentas às desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres no espaço rural, mesmo estando introjetada dentro do patriarcado, tentamos aguçar a memória delas para o que elas vivenciam diariamente em busca de situações que caracterizam essa questão. Os principais relatos são os seguintes:

Lá no técnico os homens tem muito mais oportunidade. Que nem os guris, que nem a gente que é de fora, a gente também sabe andar de trator né?! Só que lá, que nem os guris, lá (eles) podem pegar o trator, podem pegar a motosserra tudo isso que as gurias não podem pegar, porque acham que a gente não sabe utilizar. Lá na escola principalmente, os guris tem bem mais oportunidade que nós, gurias, pra fazer (trabalho prático). Tipo até pra cuidar dos bichos, porque lá só os guris que podem fazer isso. Tipo alimentar, assim quando eles estão ali e a gente não tá na aula prática, só na aula pratica que a gente pode fazer isso. Ai depois os guris podem fazer as coisas e as gurias não muito. (Entrevistada 2U - residente do espaço urbano, mas que faz um técnico em uma escola rural).

O guri ganha mais! Porque o guri, o casal vê o guri como um investimento! O pensamento deles é que o guri vai fica na propriedade e ele que vai continuar o lugar deles. E ai todo o investimento é bem vindo pra eles né?! A boa ideia deles é essa, eles investirem no guri para ele continuar ali na propriedade, para quando eles não puderem mais trabalhar. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural).

Tem uma diferença de preço entre os trabalhos enorme. Que nem tem gente lá na volta que trabalha por dia, peão como se chama, tem homem que ganha cento e trinta reais por dia, e a mulher no máximo é oitenta reais. Mas também a diferença é enorme, porque o homem faz praticamente todo o serviço, e a mulher é o mais fácil né?! Mas pra homem sempre tem serviço do que pra a mulher. Pra mulher é mais pra casa, ai muitas pessoas lá na colônia não tem, porque sempre tem alguém pra fazer as coisas de casa, né? Ai pra lavoura sempre tem mais pra homem. (Entrevistada 2R - residente do espaço rural).

Nos dois primeiros relatos podemos identificar que as mulheres conseguiram romper com a ideia de igualdade entre homens e mulheres no espaço rural e conseguiram realizar uma crítica do que vivenciam. Ainda, a terceira mesmo primeiramente tecendo uma crítica a desigualdade dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas no espaço rural, logo, justifica essa desigualdade por a mulher fazer o serviço mais “leve” e estar mais voltada ao trabalho doméstico do que o trabalho na lavoura. No entanto, o discurso voltado para frases de cunho patriarcal, e mergulhadas na divisão sexual do trabalho remetem que as mulheres do espaço rural precisam de um processo de desconstrução do que aprenderam a ser trabalho leve ou pesado, considerando que normalmente essa denominação está atrelada a quem realiza tal trabalho, transcendendo a força física e partindo para uma concepção de gênero. Assim, “o que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe”. (PAULILO, 2016, p. 108). Essa concepção, de acordo com Kergoat (2003) parte de uma ideia de legitimação de uma ideologia

naturalista “que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papeis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 2003, p. 56).

Ainda, buscando identificar como essas mulheres estão inseridas ou estavam inseridas (antes de migrarem) em suas famílias, buscamos entender o grau de participação que estas têm ou tinham no núcleo familiar. Novamente, nos deparamos para um cenário do qual as mulheres ou tem voz somente no que condizem as questões domésticas ou nem sequer isso, normalmente o que acontece é o pai e o irmão (se tiver) serem os que realmente decidem sobre a produção ou sobre o que investir, ou comprar. Assim, “o homem é visto como essencial, a mulher, como inessencial. O primeiro é considerado sujeito, a mulher, o outro.” (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Não, é tudo o pai. Sempre o pai, ele decide tudo, ele que sempre tomou a frente de tudo, decidiu tudo sozinho. A gente só vai acompanhando e trabalhando junto e apoiando ele. Mas ele que sempre deu a ideia, do que comprar, do que conseguir, sempre foi ele que deu a ideia a gente só vai de trás. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural).

Não, porque eu vim de lá com dezenove anos, antes disso se eu tivesse algum problema meu pai resolvia, eu tinha pouca idade pra resolver alguma coisa. A autoridade era dele, tipo da minha mãe e do meu pai e do meu irmão também, porque ele era mais velho do que eu. (5 anos de diferença de idade). Hoje na verdade quem decide é meu pai e meu irmão, minha mãe como já não fica mais na agricultura, meu pai e meu irmão que decidem, vamos plantar isso, vamos vender, sabe? Agora é mais com eles mesmo. (Entrevistada 3U - residente do espaço urbano).

Esses fatores culminam diretamente na valorização ou desvalorização da mulher como agricultora, como ser pensante, capaz de ter opiniões e que compõe um grupo. Nessa perspectiva a intenção foi de investigar se elas se sentem ou sentiam (antes de migrarem) valorizadas, (mesmo com todas as adversidades que presenciamos até aqui). Neste momento os grupos se opõem diretamente, ou seja, o grupo composto pelas mulheres que residem no espaço rural se sente valorizadas (mesmo não recebendo remuneração), a palavra que mais justifica esse sentimento é “gratidão”, os pais “agradecem” com palavras o trabalho das filhas. No grupo de mulheres que migraram para o espaço urbano a primeira reação é demonstrar que não se sentiam valorizadas naquele modo de vida por não receberem uma

remuneração em forma de dinheiro. Esse sentimento pode ter influenciado elas a tomarem a decisão de ficar ou partir do campo. No entanto, ainda repetem os discursos já mencionado aqui da “gratidão” dos pais, que sempre agradeceram pelo trabalho delas. A diferença nesse segundo grupo, é que as palavras carinhosas de seus pais não bastaram para que elas se sentissem completas e realmente valorizadas.

Prosseguindo, entendendo que a figura materna é muitas vezes vista como um exemplo a ser seguido pelas mulheres no campo, procuramos entender se as participantes gostariam de ter o mesmo tipo de vida da primeira. A resposta unânime foi negativa. Os motivos variam, em determinado momento sempre convergem às palavras “muito trabalho”, seja cuidando de muitos filhos, trabalho na lavoura, trabalho doméstico, etc.. Todas não pretendem ter esse modo de vida, quando foi feita essa questão gerou um tipo de constrangimento por não quererem ser igual às mães, mas não tiveram dúvidas que aquele modo de vida elas não queriam para seus futuros. Abaixo segue alguns relatos.

Não. Porque, ai nem sei... Ela passou muito trabalho né?! Assim, quando a gente era bebê, porque a gente era duas gêmeas, o mano tinha um ano e dois meses, e a minha irmã mais velha tinha sete anos. Então, agora esta tudo mais modernizado, mas antigamente não tinha fralda descartável e nem nada né! Então ela passou bem mais trabalho, é bem mais difícil criar um filho naquela época do que agora, nestes termos assim né?! Mas, e também não sei, mas parece que ela não tem muita opinião própria assim, sabe? Porque, tudo é um conjunto assim, ela não pode sair e fazer o que ela quer, ela não tem a independência dela. Que nem se ela viesse morar aqui (espaço urbano), que nem eles estão pensando em morar na cidade, ela vai ser independente, ela pode trabalhar, ela pode fazer o que ela que né? Lá fora não é assim, tudo é um conjunto tu não pode ter tua opinião própria. Que nem ela não tem oportunidade de fazer carteira de motorista, essas coisas, não que ela não tenha, mas é mais difícil! Principalmente por causa do trabalho, que nem o fumo tem aquela época, mas o leite é todos os dias, não tem como ela vir para cá ter uma aula hoje e outra amanhã e ficar aqui, não tem! Porque ela tem que tá lá todos os dias e se ela estiver aqui ela não vai ter mais aquele compromisso diário com a lavoura com os animais assim né?! Ela vai poder fazer as coisas que ela quer e vai ser muito melhor! (Participante 1U - residente do espaço urbano).

Não, a vida da minha mãe é muito sofrida. Ela herdou o problema de coluna da minha avó, que é cadeirante, acho que de tanto trabalhar na lavoura. Sabe, há alguns anos nós não tínhamos nenhum tipo de máquina pra ajudar na plantação e colheita, ai era tudo manual mesmo, né. Era muito judiado, ai a mãe ela é nova tem 43 anos, mas

não consegue se abaixar mais. É muito difícil pra ela, e ainda ela faz o trabalho doméstico, claro que eu ajudo, mas é sofrido pra ela. Ela não estudou, não teve a independência dela, não quero isso pra mim. (Participante 3R - residente do espaço rural).

Percebemos nesses discursos que além de elas não quererem o mesmo modo de vida de suas mães, as entrevistadas buscam por independência (de decisão, financeira, de questionamento, etc.), o que elas acreditam que as suas mães não possuem. Porém, em nenhum momento é questionado a parcela de responsabilidade que os homens têm na vida árdua de suas mães. Pois, se o problema são jornadas intensas de trabalho, porque também não há (como no trabalho da lavoura) uma divisão do trabalho doméstico? Ou ainda, porque outra pessoa da família não pode cuidar das vacas leiteiras enquanto a mulher passa alguns dias fazendo outra atividade? O que queremos dizer aqui é que elas evidenciam que a vida de suas mães são “difíceis”, no entanto não é discutido a responsabilidade dos homens nesse cenário. Óbvio que a culpa não são das mulheres, mas é justamente do patriarcado e da forte mentalidade machista que se impõe no espaço rural que impede as mulheres de enxergar que o problema não são elas e sim uma ordem patriarcal de gênero que está presente diariamente em suas vidas.

Frente a isso, buscamos identificar quem é ou será o sucessor das terras dos pais das entrevistadas. Visto que na literatura apontada por Carneiro (2001), as mulheres normalmente não são as sucessoras da família. Identificamos que as entrevistas dizem que nunca houve essa discussão nas suas famílias, no entanto, parece intrínseco que a pessoa denominada para tal tarefa já esteja selecionada há muito tempo. Mesmo algumas alimentando a esperança de permanecer no espaço rural nas terras dos pais, isso se torna às vezes difícil por estar atrelado sempre a vontade masculina, principalmente nesse caso a vontade do irmão sucessor em abriga-la em suas terras. Como apontado por Paulilo (2016) “quando insistimos na exclusão das filhas da herança da terra, muitas dizem que isso já está mudado, mas é muito difícil conseguir um exemplo concreto”. (PAULILO, 2016, p. 203).

Nunca ninguém falou nada. Mas meu pai só trata dessas coisas com meu irmão, acho que no fim ele que vai ficar. Eu gostaria de ficar também, mas acho que meu irmão está mais preparado. (Participante 3R - residente do espaço rural).

Não decidiram ainda. Nunca se falou. Mas eu acho que meu irmão vai ficar lá sempre, porque ele só concluiu a oitava série, então ele vai ficar, é certo! (Participante 3U - residente do espaço urbano).

Assim, na tentativa de entender as relações entre seus pais e a questão sucessória buscamos identificar se essas mulheres acham que no futuro poderiam conviver nas terras dos seus pais.

Muita gente lá pra fora é assim, tem muita briga! Principalmente quando um dos pais morre, pra fazer a herança né? Ai todo mundo quer uma parte, mesmo saindo cedo de casa, sempre tem briga! Por causa de dinheiro, ou por causa de terra tem briga. Mas, eu não quero ser assim! Eu realmente quero ficar pra poder cuidar e seguir o que eles lutaram pra conseguir. Só que as vezes é difícil, porque quando vem uma pessoa diferente ou ter uma convivência legal, bacana é difícil hoje em dia né? Mas acho que eu vou ficar e vou cuidar deles e do que eles conseguiram juntar até hoje. (Entrevistada 2U - residente do espaço rural).

Acho que sim, se meu irmão casar com alguém que eu me deia bem. Ou se ele ficar solteiro acho que sim. Mas acho que deve ser bem difícil, porque é difícil lidar com gente estranha né? Mas ele nunca me negaria de poder morar aqui. (Entrevistada 3R - residente do espaço rural).

Só se um dia, por acaso, eu estiver trabalhando na firma (empresa de fumo) e eles me mandarem para aquele lugar, ai sim. Mas eu não vou ter vontade nenhuma de voltar. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural).

O discurso das entrevistadas remete a subordinação das leis do sucessor, ou ainda da vontade de ter uma relação harmoniosa com os familiares, o que nem sempre é possível, pois depende de inúmeros outros fatores que vão além da boa vontade das mulheres entrevistadas. No entanto, uma entrevistada não possui desejo de voltar futuramente para as terras dos pais, essa relata muito atrito no relacionamento principalmente com o pai, proibições quanto aos estudos, entre outros motivos que veremos mais adiante.

Entendendo o contexto de como as relações amorosas estão envolvidas no desejo de permanecer no campo, buscamos compreender se existe a possibilidade das participantes que residem no espaço rural casarem com alguém desse mesmo meio, a fim de permanecer nesse modo de vida. A resposta primeiramente foi negativa, baseada na perspectiva que para casar precisaria de amor. No entanto, um fato curioso, isso também é determinado pela idade. Atualmente elas enxergam que por serem “novas” poderiam escolher por amor seus companheiros, mas se

tivessem com uma idade “mais avançada” (cerca de trinta anos de idade) escolheriam um companheiro do espaço rural pelo motivo de permanência nesse meio.

Eu não sou a favor de casar com alguém do meio rural, porque casamento é uma coisa que tem que ter muita certeza de fazer né? E ficar ali, por exemplo, tem que ter muita... Só se estiver assim com a idade mais avançada! Tem gente lá fora, como um vizinho, o rapaz já tinha trinta e poucos anos, trinta e dois, acho que ele tinha, e aí ele conheceu uma guria e aí continuou lá. Ele ia embora pra continuar estudando, mas aí ele conheceu a guria e não tinha do porque dele sair lá de fora e deixar a guria ali. Aí como ela já trabalhava naquele meio, acabou que eles se encontraram e seguiram o rumo deles né?! Mas uma guria nova, que nem eu, ficar lá no interior, ficar com um rapaz lá do interior por causa do serviço ia chegar uma hora que eu ia me sentir sobrecarregada e ia acabar desistindo do casamento e ir embora. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural).

Não, eu não me casaria pra ficar aqui. Casamento tem que ser por amor, principalmente agora que somos jovens. Claro que se eu ficasse velha e aqui eu ia ter que arranjar alguém né? Eu digo velha, tipo uns 30 anos, aí eu tenho que sair de casa e dar um jeito né? (Entrevistada 3R - residente do espaço rural).

No âmbito educacional, as entrevistas foram marcadas pela falha em não ter mais escolas de ensino médio no espaço rural do município. Problema esse que foi exaltado pelas participantes da pesquisa, conforme relato abaixo:

Lá no interior até a oitava série não tinha transporte nas terça-feiras, tinha que andar quatro quilômetros de a pé até a escola, ida e volta, pra conseguir estudar. Aí depois da oitava série melhorou, aí melhorou a parte do transporte e tudo, mas, aí dava alguma chuva ou algum dano assim na estrada e a gente faltava à aula né, porque aí o transporte não vinha e a gente não conseguia ir para a escola. No ensino médio entrou outra empresa de transporte aí melhorou bastante, aí não tinha mais. Eu agora tô fazendo o técnico. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural).

Esse relato é muito interessante por dois motivos: a mulher entrevistada parte primeiramente da dificuldade de acesso por causa dos poucos transportes públicos disponíveis, o que gera dificuldades para que as jovens permaneçam nesse espaço se pretendem estudar. O segundo motivo é que neste caso a entrevistada saiu da casa dos pais que residiam em um distrito muito afastado para poder cursar o técnico em agropecuária na Escola Técnica Santa Isabel, se sujeitando a morar nas terras de outras pessoas que a acolheram para que pudesse estudar. Esse é um exemplo do que também vem sendo discutido nesse trabalho, se a participante

nesse caso tivesse o interesse em alguma outra área de estudo que fugisse da agropecuária, normalmente ela sairia desse espaço em busca do maior grau de instrução, ou seja, a falta de escolas e institutos profissionalizantes também são responsáveis pela migração.

Outro discurso que retrata bem o que estamos tratando aqui é o seguinte:

Eu estudei até a oitava série, primeiro grau completo, né? Ai depois ficou difícil pra ir porque não tinha, o pai e a mãe recurso pra me mandar né?! Porque lá era só escola agrícola e na Rodolfo Berch na Boa Vista e na época não tinha transporte como tem hoje ai eles não queriam me mandar, ai eu comecei a trabalhar com eles e não estudei mais. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural).

Neste caso, a falta de escolas rurais não incentivou a migração e sim a acomodação nesse sistema, o que pode ser prejudicial uma vez que essa mulher pode não ser a escolha para a sucessão das terras, deixando ela a mercê do irmão ou jogada a trabalhos sem o mínimo de direitos básicos. Nesses dois cenários apontados a falta de escolas de ensino médio e técnicos mostra-se prejudicial às pessoas em geral, uma vez que elas tem que se deslocar para outras casas (se tiverem oportunidade), estagnarem seus estudos (mesmo querendo continuar), ou ainda podem decidir migrarem em busca de novos horizontes, o que se torna difícil para os estudos porque no espaço urbano normalmente elas têm que conciliar o tempo com o trabalho assalariado.

Neste sentido, buscamos entender como foram às relações de estudo no espaço rural para as mulheres antes de migrarem. Trazemos o discurso de uma das entrevistadas que retrata bem a questão também da interferência dos pais nesse cenário, o que leva, portanto, que elas saem desses lugares em busca de novas oportunidades.

(Estudei) Até o ensino fundamental, até a oitava série. Porque, o pai e a mãe não deixaram a gente estudar mais. Porque só tinha na Rodolfo Bersch, na Boa Vista, porque no colégio que a gente fez era só o fundamental, né? Ai depois se a gente quisesse fazer o médio, era na Rodolfo Bersch. E ai não tinha transporte perto, e seria no turno da tarde. Ai eu sempre estudava de manhã para ter a tarde livre para trabalhar em casa. Ai o pai e a mãe não aceitaram, com isso de a gente estudar de tarde. Ai por exemplo, de tarde que a gente mais trabalha lá fora assim né, de tarde que nem no fumo a gente trabalhava até quatro ou cinco horas em casa, costurando o fumo que a gente tinha colhido e depois desse horário a gente a recém ia para a lavoura, depois que o sol não estava mais tão

quente. Ai a tarde era sempre bem longa e dava para trabalhar bastante, ai o pai disse que “também preciso que vocês ajudem” né, assim “depois que vocês quiserem vocês podem estudar depois”, o pai disse né. Ai a gente também aceitou, porque a gente tava lá e tinha que ajudar eles lá também né. (Entrevistada 1U - residente do espaço urbano).

Nesse exemplo vemos claramente a influência que os pais (principalmente o pai) têm na vida dos jovens. Nesse caso, como em muito outros que encontramos ao longo da pesquisa, há a interferência em prol do trabalho na propriedade. Mas como a palavra já venho no próprio discurso da entrevistada, esse trabalho é caracterizado como uma “ajuda” ao pai, a família. Todavia essa “ajuda” que é um trabalho penoso não é remunerada. Portanto, as jovens deixam de continuar seus estudos para continuar trabalhando na lavoura, sob as normas do pai, sem direitos algum. Como poderia se sustentar esse cenário? Neste momento a questão da educação (falta de transporte, poucas escolas) se soma com o patriarcado (o homem impedindo a mulher de estudar para trabalhar com ele não reconhecendo seu trabalho) e acabam gerando a migração feminina.

No entanto, a migração feminina não é a confirmação da continuação dos estudos. No espaço urbano as mulheres sofrem uma série de adversidades sendo os planos de continuar estudando por vezes adiado a médio ou longo prazo.

Sim (quero continuar estudando), eu fiz o ensino médio para ter uma estabilidade, para melhorar, a gente sempre quer melhorar né?! Primeiro quando eu não tinha condições, eu tive que trabalhar primeiro para poder me sustentar, sustentar uma casa. Ai depois pensar em estudar, agora que eu posso, mas tenho que me limitar ainda né? Eu não posso estudar, por exemplo, em Pelotas, não sei de repente até daria, mas eu acho que não vai dar certo se eu quisesse continuar trabalhando né? De repente daria a depois não, porque tem que fazer mais cadeiras ou ai muda, não sei também como é que é. (Entrevistada 1U - residente do espaço urbano).

Continuo (estudando), então eu concluí o técnico em química no IFSul e pensei em ingressar na engenharia química no IFSul também e consegui entrar logo e to continuando, enquanto eu não conseguir nada na minha área eu vou tentar concluir a engenharia. Eu mandei meu currículo por e-mail para quatro empresas, mas nenhuma delas me retornou ai eu vou continuar trabalhando onde eu estou e cursando a engenharia. Dai se depois eu conseguir um emprego de técnico eu até penso em trancar a engenharia e tentar seguir depois, mas só que pra minha área técnica em química aqui em São Lourenço é complicado né? Só mais pra fora daqui mesmo. (Entrevistada 3U - residente do espaço urbano).

Nesses dois relatos percebemos duas realidades diferentes. A primeira participante residia com seus pais em um distrito muito longe das escolas de ensino médio, logo, ela não conseguiu cursar esse nível no espaço rural vindo para a cidade apenas com o ensino fundamental, trabalhando como doméstica, para mais tarde conseguir cursar essa etapa pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) na parte noturna. A segunda entrevistada aponta que cursou o ensino médio em uma escola rural, sendo essa vizinha da Escola Estadual Rodolfo Bersch. Portanto, quando ela migrou já possuía esse nível e logo começou um técnico em Pelotas na parte da noite. Ao contrário da primeira que teve dificuldades para poder retomar sua educação.

Em contrapartida a visão das jovens que permanecem no espaço rural se dá relacionadas ao pertencimento, ou na preocupação de deixar seus pais desamparados.

Sim (gostaria de continuar os estudos). Quem sabe um dia, sim. Mas, por enquanto não! Vontade, vontade eu tenho! Porque trabalhar pra fora é ruim, porque é puxado, na safra no verão é puxado! Ai minha vontade sempre foi fazer ou ir pra cidade, mas faltou alguma coisa, algo em mim de sair de lá e não dar certo e ter que voltar uma coisa assim. Uma coisa me prende lá, não sei por quê. É que eu gosto de lá, muitas vezes minha tia disse que era para eu vir para a cidade e começar a estudar, morar com ela. Só que eu sempre fui mais da colônia, ai vir pra cidade era outra coisa, não gostava muito não. (Participante 2R - residente do espaço rural).

Eu estudei tudo o que dá aqui fora, né? Tenho muita vontade de fazer uma faculdade, mas é difícil sair daqui. A mãe precisa que eu ajude aqui, ela já tem muito trabalho com minha avó, mas eu também queria fazer umas coisas por mim, estudar como minha irmã mais velha faz. Ela já faz tempo foi pra cidade e trabalha e estuda lá, eu acho legal, às vezes penso em ir também. (Participante 3R - residente do espaço rural).

Nesse momento, enxergamos que os sentimentos das mulheres são pela continuação dos estudos, mas ao mesmo tempo outras questões entram em jogo e podem coibir esses desejos. No primeiro relato a participante fala de um sentimento de pertencimento ao espaço rural, a mesma estudou somente até a oitava série ou nono ano, pois os pais não permitiram que ela se desloca-se para a escola de ensino médio no espaço rural. Por estar sempre envolvida com as tarefas da propriedade desde sua infância, sem experimentar outras situações ela pode se sentir amedrontada em mudar-se sozinha para espaço urbano, deixando seus

sonhos de lado para permanecer onde conhece. Por isso pode ser o sentimento de pertencimento que a faz permanecer, mas também pode ser o medo de arriscar, o medo do novo. O que para a autora justifica-se pelo próprio discurso da participante no momento que ela diz “[...] minha vontade sempre foi fazer ou ir pra cidade, mas faltou alguma coisa, algo em mim de sair de lá e não dar certo e ter que voltar uma coisa assim”. Essa passagem deixa bem claro à vontade e ao mesmo tempo o medo do fracasso, alimentado possivelmente pela ideia que ao sair das terras dos pais não poderia voltar a viver ali.

O segundo relato nos remete a outro cenário, neste a participante conseguiu cursar o ensino médio nas escolas rurais (também vizinha da escola), possuindo vontade de continuar os estudos no espaço urbano. No entanto, essa alimenta um sentimento de culpa ao deixar a mãe “sozinha”. Mas a mãe realmente estará sozinha? Não. A família em que esta inserida é composta por outros membros (pai e irmão), mas em nenhum momento a entrevistada cogitou que o irmão ou o pai poderiam trabalhar no âmbito doméstico, considerando que ao sair de casa sua mãe ficaria sozinha nesse trabalho.

Desse modo, quando investigamos se essas mulheres (dos dois grupos) gostariam de realizar uma faculdade no espaço urbano e voltar para o espaço rural às respostas alinharam-se ao seguinte pensamento: duas mulheres, uma de cada grupo, disseram que gostariam. Essas estão atualmente cursando técnicos voltados para a prática agrícola e possuem o sonho de cursar agronomia em algum instituto. O restante, duas de cada grupo, afirmam que não gostariam de voltar para o espaço rural se pudessem cursar uma faculdade, e caso isso acontecesse somente seria para morar e nunca para trabalhar na agricultura. As principais profissões almeçadas pelas entrevistadas foram: professora de geografia, biotecnologia, química, (uma delas não conseguiu definir o que desejaria cursar). Assim, as que desejam se profissionalizar e voltar para o espaço rural é aquelas que neste momento já estão inseridas neste meio (estudando em cursos voltados a prática agrícola), o restante não almeja voltar se tivessem a oportunidade de realizar faculdade ou cursos técnicos.

Neste contexto, a importância das escolas nos espaços rurais já é nítida e foram apontadas pelas entrevistadas como um fator para que as mulheres deixassem o campo.

Eu acho que as gurias saem muito pra estudar na cidade, aqui na volta nem tanto, só depois que acaba o médio. Mas eu tenho amigas de outros distritos que ficava difícil pra elas vim todo dia pra escola. Acabou que muitas se mudaram pra cidade pra trabalhar e estudar lá também. (Relato da entrevistada que reside no espaço rural e é vizinha de uma das escolas de ensino médio). (Entrevistada 3R – residente do espaço rural).

As jovens não estão ficando mais aqui fora né?! Quase ninguém, e esta vindo mais mulheres (mulheres indo para o espaço urbano), porque o homem ainda parece que se importa mais com aquela coisa de trabalhar na lavoura. E a mulher já não! Não sei se é mesmo, mas que eu conheço é mulheres, homens nem um que venho de lá para cá (do rural para o urbano) para estudar ou para trabalhar né?! (Entrevistada 2U - residente do espaço urbano).

Percebemos assim, que para além da falta de escolas o patriarcado age com intensidade nas esferas familiares e educativas influenciando a vida das mulheres agricultoras familiares no município de São Lourenço do Sul. Nesse cenário as mulheres prejudicadas pela falta de comprometimento do governo frente às demandas educativas se veem ainda impostas pela interferência do homem, “chefe de família”, que dita regras que influenciam em suas decisões e vidas. Assim a união desses dois fatores influencia potencialmente a migração seletiva das mulheres dos espaços rurais para os espaços urbanos.

Portanto, a migração feminina no município de São Lourenço do Sul é um fato, tanto analisando pelos dados demográficos do IBGE como também pela fala de cada mulher entrevistada. Ao longo das entrevistas com os dois grupos de mulheres, questionamo-las sobre suas colegas, amigas, ou conhecidas se estavam ainda no espaço rural ou tinham realizado a migração. Nessa perspectiva todas afirmaram conhecer mulheres que fizeram esse processo, todas em faixa etária jovens, e ainda ressaltaram que quanto aos homens elas desconheciam ou então conheciam poucos que haviam migrado, assim, reafirmando a migração seletiva no município.

Nesse sentido, entendendo como foi a trajetória das mulheres que migraram para o espaço urbano, identificamos que as mulheres entrevistadas alimentavam enquanto moravam no espaço rural a vontade de ir para o espaço urbano, por

entenderem que nesse espaço teriam maiores chances para melhorarem suas situações de vida (trabalho, educação, lazer). Assim, o desejo existia e faltava principalmente a oportunidade para que ocorresse o processo migratório. Outro ponto crucial nesse processo foi um mediador, ou seja, uma pessoa que tivesse disposta ou a abriga-las ou então a dar um primeiro emprego nesse espaço. Os trabalhos que estas mulheres ocuparam primeiramente referem-se ao trabalho doméstico e a cargos no comércio, como vendedora ou caixa. Esses trabalhos normalmente são aqueles que elas permanecem por mais tempo, até conseguirem almejar os seus estudos e conseqüentemente trabalhar na área. Dentre as entrevistadas todas ainda continuam trabalhando no comércio, o que para Hirata (2003) “são trabalhos muito frequentemente instáveis, mal-remunerados, não-valorizados socialmente, com uma possibilidade quase nula de promoção e de plano de carreira, além de direitos sociais muitas vezes limitados ou inexistentes.” (HIRATA, 2003, p. 19). Ainda segundo Hirata (2011), as mulheres, em termos gerais, normalmente não ocupam cargos elevados e sua subordinação nas instâncias de decisão e de atribuição de responsabilidade acabam por atingi-las pela tendência a precariedade e a imposição de tarefas, e menos pela tendência ao investimento e a iniciativa.

Ainda, normalmente as mulheres que realizaram o processo de saída do campo não tinham nenhum plano de como viveriam na cidade, sendo algo espontâneo. Além disso, como já ressaltamos em capítulos anteriores, mesmo que essas alimentem a vontade de “melhorar de vida” principalmente através dos estudos, isso nem sempre é possível devido às altas cargas de trabalho que elas exercem. Abaixo segue o relato de uma das entrevistadas:

Eu pensava em melhorar né, porque lá fora é bom de morar mas não de trabalhar. Eu tinha um plano de vim pra cá, primeiramente tinha que trabalhar pra poder me sustentar né e depois estudar, o que eu ainda não continuei. Até pelo menos fiz o ensino médio né?! (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Essa mulher não conseguiu executar sua vontade de estudar ainda, mesmo sete anos depois de ter migrado para o espaço urbano. A mesma iniciou seu trabalho como trabalhadora doméstica, e morando em uma casa de uma professora que a abrigava em prol que ela cuidasse da filha e fizesse também o trabalho doméstico. Então essa mulher além de realizar o trabalho doméstico em outra casa,

também era responsável pelo mesmo na casa em que vivia. Logo, o desejo de estudar não foi possível devido ao trabalho intensivo.

O momento que elas informaram os pais também foi um momento interessante para a análise, pois através dos discursos identificamos dois momentos cruciais. O primeiro é a reação de susto com a notícia. Mas porque o susto? Por reduzir a mão de obra? Pois é evidente nessas famílias que o sucessor será um homem, então o susto não pode se referir a saída dessas da propriedade. Estando muito mais associada à perda daquela mão de obra gratuita que convém tanto na propriedade familiar. Passado o momento de “susto”, vem à aceitação. As famílias não interferem nesse momento migratório, já por entenderem que não existe espaço para elas permanecerem na propriedade, sabendo que o momento de partida iria acontecer em algum momento. Assim, alimentando a noção que o patriarcado expulsa as mulheres do campo, uma vez que não são a escolha para permanecer cultivando na propriedade dos pais, estas procuram outras maneiras para levarem suas vidas.

Logo, os principais motivos apontados pelas entrevistadas que levaram elas a migrarem foram: melhorar de vida, pois elas enxergam o espaço urbano como um impulsionador para realizarem seus sonhos, além disso, foram apontados também o trabalho remunerado e a fuga daquele trabalho árduo do espaço rural que não tinha recompensa financeira alimentando o pensamento que no espaço urbano os trabalhos são leves e fáceis, ainda foram apontados como fator à oportunidade de estudarem, se qualificarem e a melhor qualidade do ensino em escolas urbanas. Analisando todos esses fatores percebemos que eles estão intrinsecamente ligados à ordem patriarcal de gênero. Pois, é evidente a divisão sexual do trabalho na qual desvaloriza o trabalho da mulher, então o desejo de fuga desse sistema, mesmo que elas não percebam que eram menosprezadas e seus trabalhos desvalorizados, está atrelada a essa ordem. A saída do campo por não terem oportunidade de permanecer também esta totalmente ligada a esse sistema, uma vez que não estão enxergando essas oportunidades no espaço rural justamente por serem desvalorizadas quanto ao trabalho e como pessoa competente para permanecer como sucessora e titular da propriedade.

Nesse sentido, todas as entrevistadas do grupo que moram no espaço rural afirmaram que as mulheres saem do campo por falta de oportunidades, justificando essa falta principalmente por questões patriarcais, conforme os relatos abaixo:

Que não tem escolha (as mulheres migrarem), né? Acabou que chegou num ponto assim que a colônia vai virar deserta. Porque as mulheres que trabalhavam lá não ganham recurso, não tem como ganhar recurso, não são bem pagas, a produção delas não são valorizada, acabam que são obrigadas a vim pra a cidade. (Entrevistada 1R – residente do espaço rural).

Porque pra mulher aqui é difícil. Tu até trabalha na lavoura, mas não pode mexer no trator, não pode dar opinião na lavoura, tem que baixar a cabeça e trabalhar no que te mandaram. Ai fica difícil, se a gente quer ser agricultora tem que lutar muito. Ai as que não gostam do serviço de casa só saem, minhas amigas quase todas foram pra cidade já. (Entrevistada 3R – residente do espaço rural).

Os relatos acima expõem bem a situação da mulher agricultora familiar, onde a autonomia, o poder de decisão, a remuneração sempre está em mãos masculinas, e a mulher normalmente é secundarizada ou até em alguns casos ignorada.

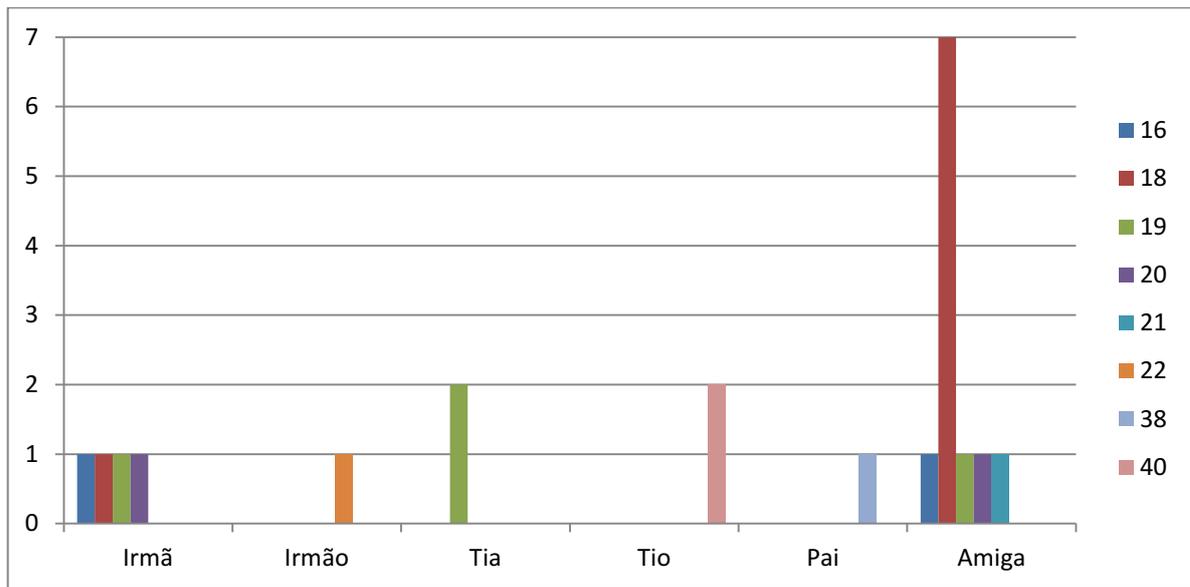
Entrando nessa questão, buscamos identificar se as mulheres conhecem pessoas que já realizaram a migração ou no caso daquelas mulheres que já estão no espaço urbano, as que migraram antes delas. Obviamente a questão obteve resposta positiva, todas possuem exemplos dessa questão. Segue alguns deles,

Todas as minhas colegas que eu tive lá no interior, todas estão morando na cidade. Não tem nenhuma lá fora, os guris até tem alguns que ficaram fizeram o ensino médio e ficaram no interior. Mas as gurias todas então morando em Canguçu e em Pelotas. (Entrevistada 1R – residente do espaço rural).

A minha irmã mais velha. Ela foi morar em Pelotas, já também com dezesseis anos, ela foi, já tinha ido bem antes. Foi morar em Pelotas e trabalhar lá. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Esses dados também foram coletados nos questionários, sendo que 50% das participantes apontaram que em suas famílias alguém já migrou para espaços urbanos. Em relação às amigas, 55% (11 mulheres) apontaram que tiveram amigas que migraram também para espaços urbanos, conforme o gráfico 11.

Gráfico 11: Relação de parentesco e idade na qual migrou.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Podemos perceber que a maior parte das migrantes está na faixa etária de 18 anos, idade que identificamos ser a mais propícia para a migração, tendo em vista a maioridade e também o encerramento do ciclo de estudos principalmente do ensino médio.

Entendendo que as migrações podem levar a outras, uma vez que as jovens podem ser influenciadas por amigas, parentes ou outras experiências positivas das quais possuem contato, seja contato direto (encontros com as amigas) ou por meio de redes sociais, indagamos as entrevistadas se as pessoas que elas citaram de alguma maneira as influenciaram a migrar, ou se despertam alguma vontade, para no caso aquelas que permanecem no campo.

Sim, porque se elas foram né eu pensei assim se elas foram e não voltaram mais, se elas não voltaram mais é porque é bom né? (Entrevistada 1R – residente do espaço rural).

Eu vejo, as vezes eu fico pensando, se eu tivesse ido logo pra cidade, quando eu parei de estudar na oitava série podia ter sido tudo diferente. Mas hoje em dia eu não sei se eu teria coragem pra vim, começar a estudar de novo, fazer tudo de novo. Essas gurias que vieram uma esta estudando pra advogada, a outra zootecnia, tem um monte de gente fazendo faculdade. Eu gostava bastante de animais, essa coisa de advogada, médica, não é comigo não. Eu gostava muito de coisas de animais, coisas desse lado. Já pensei muito, mas não cheguei a realizar o sonho. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural).

Essas foram às falas das mulheres que residem no espaço rural, que em determinado momento já se sentiram influenciadas a migrar. Quanto aquelas que já migraram todas afirmam que não foram influenciadas. Essa afirmação possui duas explicações: uma por se tratar de mulheres acima de 24 até 27 anos de idade e como a faixa etária da migração foi em uma faixa etária muito jovem (a partir dos 16 anos) algumas afirmaram que foram umas das primeiras a saírem em sua redondeza; enquanto o outro fator é que mesmo elas achando que não foram influenciadas a própria vivência em um meio patriarcal e a experiência alheia de “libertação” da família, pode ter gerado o desejo da migração mesmo que não diretamente, popularmente falando as experiências de outras pessoas podem ter “plantado a sementinha”.

Não (não se sentiu influenciada pela irmã mais velha), porque ai eu era bem mais jovem né. Eu não pensava muito, eu estava estudando lá fora ai eu vivia com o pai e a mãe e tava bem. Ai depois, quando eu tive mais, quando eu fiquei assim mais madura, e pensei sabe, eu vi que não era futuro ficar lá. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Não. Até porque eu sai antes que elas já. Eu sai antes, elas vieram a pouco tempo morar na cidade assim. (Entrevistada 3U – residente do espaço urbano).

Procuramos identificar se as mulheres que migraram possuem o desejo de voltar a suas raízes, ou seja, voltar a viver e trabalhar no espaço rural. A similaridade em seus discursos é evidente, quando se referem ao espaço rural elas pensam até em voltar, mas com uma profissão que não seja agricultora, ou ainda pensam em ter uma casa para passar os finais de semana. Em nenhuma hipótese desejam voltar a trabalhar na agricultura, esse fato se dá principalmente pela falta de remuneração que elas enfrentavam e também pelo árduo trabalho nas plantações de fumo.

Não. Ah, por todos esses motivos. Porque só o que tem de bom lá é o espaço, a tranquilidade, e morar... morar é bom assim, mais não tem esse recurso de trabalho, é muito trabalhoso, assim sabe, muito sacrificante mesmo, né. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Vontade eu tenho, mas para morar definitivamente não. Mas, tu tem uma casinha assim, tu vai final de semana pra descanso assim sim. Mas, pra ir pra trabalhar não. Porque acho que o serviço era mais complicado, que nem aqui a gente consegue bem mais né?! Lá fora a gente ia ter escolha só de trabalhar no fumo né? Não é uma coisa que eu gostaria muito de voltar, acho muito difícil no fumo. Não, no fumo não! Preferia ta na cidade trabalhando porque é mais fácil, eu

acho assim, que a gente não se judia tanto como trabalhar na colônia. (Entrevistada 2U – residente do espaço urbano).

E as mulheres que estão no espaço rural, alimentam a vontade de migrar? A experiência de vida das mulheres que moram no espaço rural está perpassada por relações de poder, hierarquias, em suma por relações patriarcais de gênero. Em nenhum momento elas foram ou são as protagonistas em escolhas, opiniões e decisões. Analisando os discursos delas em relação à hipótese de migrar a primeira reação é que não gostariam por questões de pertencimento ao espaço rural, por gostarem de estar nesse espaço. Contudo, em um segundo momento, quando elas começam a pensar mais sobre o assunto admitem que iriam para o espaço urbano se não tivessem outra escolha. Mas não é o que normalmente acontece? Qual escolha tem a mulher que não é reconhecida, remunerada e até mesmo respeitada como trabalhadora e parte importante da família?

Mas afinal, o espaço urbano é a solução para esses problemas? Longe disso! Ao investigarmos como essas mulheres vivem nesse espaço logo se deparamos novamente com a ordem patriarcal de gênero. Contudo, existem diferenças! No espaço urbano as mulheres (normalmente solteiras) se desligam da estrutura familiar e de seus ordenamentos, possuindo maior liberdade e autonomia para decidirem suas vidas. Das participantes dessa pesquisa, uma mulher mora com o namorado, nesse contexto ainda enxergamos a estrutura patriarcal bem estabelecida, conforme relato abaixo.

Ah, todo mundo trabalha fora né, e todo mundo faz o trabalho da casa! O meu namorado faz a comida, ele chega primeiro e aí a gente (entrevistada e a irmã) limpa a louça e limpa a casa no final de semana. Aí como eu trabalho sábado, geralmente é a mana que limpa casa no sábado que é aquela faxina mesmo. Aí eu lavo a louça durante a semana, para ela poder limpar. Foi assim que a gente chegou em um acordo, porque antes não dava certo! Mas o meu namorado ajuda em tudo, faz comida, eu não preciso fazer comida para ele se ele quer alguma coisa, ele faz! Ele faz tudo da casa, se precisar. Que nem eu fui para fora e ele ficou, deixou a casa em ordem e fez comida para ele, assim igual. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Nesse relato percebemos dois fatores importantes para a discussão: o primeiro diz a respeito que nesse espaço os homens também estão inseridos no trabalho doméstico, ao contrário do que víamos no espaço rural; no entanto o segundo fator mostra uma exaltação do homem por ele somente fazer o almoço,

enquanto o trabalho de faxina, e demais tarefas ficam ainda a cargo das mulheres. Ressaltamos ainda que as mulheres presas por muito tempo nas suas famílias com uma estrutura patriarcal acarretaram na normalidade da organização das tarefas familiares. Quando a entrevistada fala orgulhosamente que ele faz a própria comida, que ela não precisa preparar o que ele desejar comer, ou ainda, elogiar o parceiro por ele fazer tudo em casa “se” precisar, caracterizam bem esse processo. As antigas formas que elas vivenciavam com seus pais e seus irmãos acabam se propagando também no urbano, podem até ter sofrido metamorfoses, mas a base de tudo ainda é uma ordem patriarcal de gênero!

Em relação à valorização do trabalho, as mulheres migrantes acreditam que há um “status” no trabalho urbano, e isso acarreta na satisfação pessoal de cada uma. A remuneração faz parte desse conjunto, mesmo uma afirmando que já ganhou mais em outros serviços urbanos, é unânime a concepção que o trabalho urbano é mais leve e compensatório financeiramente.

E quanto à felicidade, essas mulheres apesar de todas as dificuldades que enfrentaram e enfrentam, são felizes? Todas afirmam que estão felizes neste momento, claro que a felicidade é relativa, mas por seus relatos elas se consideram pessoas felizes, mas citam questões que poderiam melhorar.

Muito. Melhora sempre tem né? Gostaria que melhorasse a convivência, as vezes a gente tem umas brigas. Um tempo atrás até que não, mas agora tenho brigas com meu irmão, porque ele quer as coisas do jeito dele, ai se não fizer ele fica brabo. Mas é coisa de família né?! A gente vai se dando, se entendendo, vai concordando. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural).

Sim. Mesmo longe do pai e da mãe, mais sô. Porque, assim como é que eu vou falar... Eu tenho a minha liberdade né, assim de fazer o que eu quero, a hora que eu quero, eu trabalho para comprar minhas coisas assim, eu queria lá... mas eu dependia do pai e da mãe pra tudo né, eu queria uma coisa tinha que pedir para eles. Assim não né, eu trabalho, compro minhas coisas, saio a hora que eu quero, e tudo mais! (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Nesses dois discursos podemos enxergar ainda as lutas e algumas vitórias de cada uma. Mesmo gostando de permanecer no espaço rural e se sentir feliz ainda o patriarcado influencia nas vidas das agricultoras do município, seja mascarada por diversos fatores, até a aceitação da palavra final do homem, pai, irmão. As que migraram se desvencilharam da concepção familiar que estavam acostumadas, da

dependência financeira e social, hoje mais libertas valorizam as conquistas e também enxergam isso como uma felicidade.

Mas, porque o patriarcado é ainda tão forte no espaço rural? Não existem políticas públicas que amparam essas mulheres? Como vimos nos capítulos anteriores, foram muitas as conquistas das mulheres do campo, dentre elas um montante de políticas públicas que contribuem para a quebra desse sistema opressor. No entanto, nenhuma mulher entrevistada conhece ou teve contato com nenhuma política pública voltada para as mulheres. Ainda, no município não foram identificadas nenhuma organização feminina de mulheres rurais, e nenhuma das entrevistadas participam, ouviram falar ou foram convidadas a participar de nenhum grupo de mulheres. Consideramos a falta de informação e organização (no sentido da falta de grupos de mulheres) um problema no município, esse déficit acaba ainda por alimentar o patriarcado, pois não dá voz aos direitos das mulheres. Assim, “a submissão das mulheres na sociedade civil assegura o reconhecimento do direito patriarcal dos homens.” (SAFFIOTI, 2004, p. 131). Acreditamos que a ineficiência dos órgãos públicos em enxergar a realidade de subordinação das mulheres leva a falta de palestras, grupos de conversas, que deveriam ser geridos pelos órgãos responsáveis por disseminar a informação nesse espaço. Pois de nada adianta termos direitos se eles não chegam a população que mais precisa deste amparo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As causas que desencadeiam o processo de migração feminina são um conjunto entre a falta de escolas, a falta de informações e as privações que essas mulheres têm em relação ao trabalho, remuneração, reconhecimento e participação, ou seja, as causas são baseadas em uma ordem patriarcal de gênero. Quanto às consequências, essas são muitas! Aqui, não alcançamos sua complexidade, pois a consequência de ser privada dos estudos, de não conseguir ficar em suas terras, de trabalhar e não ser remunerada e não ser reconhecida e valorizada vai além do que podemos descrever nas páginas dessa pesquisa. No entanto, podemos afirmar que a migração feminina causa dúvidas, incertezas, preocupações, angústias, mas também pode gerar libertações (em alguns casos limitadas), pode trazer o que elas sempre sonharam (melhor qualidade de vida, empregos remunerados), mas também pode decepcioná-las, uma vez que sabemos que nem todas conseguem conquistar seus sonhos.

Desse modo, identificamos que as jovens agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul, são mulheres que buscam uma vida melhor, mas estão cercadas por um sistema patriarcal. Esse sistema se perpetua em suas casas, mas também em outros espaços que elas frequentam, o exemplo nítido disso é a própria escola que priva as mulheres de utilizar o maquinário agrícola fora das aulas práticas, enquanto para os homens é liberado. Não estaria a escola então alimentando a ordem patriarcal de gênero no município? Logo ela que deveria tomar o papel de libertadora, acaba por fim fortalecendo os laços patriarcais entre as agricultoras e agricultores.

Assim, nas casas das agricultoras o patriarcado é algo normalizado, presente, bem estabelecido. As divisões das tarefas das famílias fortalecem os laços patriarcais, e as mulheres se tornam seres que trabalham muito, mas em suas consciências apenas ajudam, e tornam a alimentar esse sistema de desigualdade de gênero e mentalidade machista.

O poder de decisão segue em mãos masculinas nas propriedades de agricultura familiar, a mulher nesse espaço quando pode decidir algo normalmente é

questão doméstica. No espaço urbano, as mulheres de certo modo estão mais libertas nas questões de decisão, no entanto as cicatrizes do patriarcado ainda estão presentes e podem influenciá-las.

Os planos para viverem suas vidas são muitos, desde aqueles de permanecerem em suas terras, ser sucessora, fazerem uma faculdade, trabalharem no espaço urbano. Mas dentro dessas relações de poder e hierarquia uns se tornam viáveis, outros nem tanto.

A falta de informações quanto a políticas públicas favoráveis a elas é impressionante. Onde estão os órgãos públicos que são responsáveis por disseminar essas informações? Cadê o papel das escolas rurais nesse cenário? Será que o município de São Lourenço do Sul está tão embebido em relações de desigualdade de gênero que não torna interessante as mulheres conhecerem seus direitos?

Por fim, podemos afirmar que a principal causa que justifica a migração feminina é a organização social patriarcal vigente no município de São Lourenço do Sul. Manifestado por as limitações de liberdade, remuneração, opinião e decisão que as mulheres agricultoras possuem. Assim, conjuntamente com as dificuldades do âmbito educacional impulsionam cada vez mais as mulheres a abandonarem o espaço rural em busca de uma nova vida baseada na igualdade entre homens e mulheres.

A pesquisa aqui presente longe de sanar o assunto, deixa questionamentos que neste momento ainda não foram solucionados, a fim de alimentar novas pesquisas na área. Esse tema gera polêmica, pois estamos questionando coisas que por muito tempo ficaram silenciadas, estamos dando voz a mulheres que em suas longas gerações não puderam se manifestar, assim fica nossa contribuição para a quebra do patriarcado e todas as relações de desigualdades que dele advém.

Referências

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). **Caminhos da liberdade : histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil** – Niterói : PPGHistória- UFF, 2011. 528 p.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. **IPEA**, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 28p.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, v.21, Juiz de Fora, p.43 - p.56, 2007.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, Vol. 15. Edição Especial, 261-295p, 2016.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil. Revista **Coletiva**, n:13, jan/fev/mar/abr 2014.

BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. In: **Investigación feminista : epistemología, metodología y representaciones sociales**. GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (orgs). México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades : Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias : Facultad de Psicología, 407 p.,2012.

BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Acessado em: 14 de novembro de 2017. Online. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.htm>

BOSENBECKER, Patrícia. Uma colônia cercada de estâncias: Imigrantes em São Lourenço do Sul/RS (1857-1877). **Dissertação de mestrado**. 166p, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 10.406**. Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.326**. Brasília, DF, julho, 2006.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 103, 2013.

BRASIL. **Estatuto do estrangeiro** : regulamentação e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 104 p, 2017.

BRASIL, Emanuel; ARAUJO, Dina. Abertura para questões de Gênero e sexualidade em contexto migratório. **Cadernos OBMigra**, v.2, n.2. 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 1-12, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, 11-22p, 1994.

CATTANI, Antonio David, HOLZMANN, Lorena (orgs). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2006, 358p.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Dimensão Antropogeográfica dos Movimentos Migratórios. **Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, nº 94, 2001, p. 1-14.

CASTRO, Amanda Motta. **Fios, tramas, cores, repassos e iventabilidade**: a formação de tecelãs em Resende Costa, MG. 2015. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Acadêmica de

Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: **Anais** do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, 2007.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, 175-204p, 2004.

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina**. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antifinilfi e Sônia Terezinha Gehering (Tradutoras), Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART et. al A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 127-153.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 400 p.

FARIA, Guélmer; FERREIRA, Maria da Luz; PAULA, Andrea Maria. Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno: interfaces entre migração, trabalho e gênero. **Anais Seminários de Diamantina Economia Mineira**, p. 1-26, 2016.

FARIA, Guélmer; MACEDO, Luiz Antonio Matos. Meninas migrantes: a migração infanto-juvenil rural e sua inserção no trabalho doméstico urbano. **Revista Faz Ciência**, v.15, n. 22, p. 103-105, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 236 p.

GARCÍA RAMON, Maria Dolors; VILLALÓN, J.C.; SERRA, I.S.; PÉREZ, M. V. **Mujer y agricultura em España. Género, trabajo y contexto regional**. Barcelona: Oikos-tau, 1995, 179p.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1971. 119 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 6ª ed. 2008, 200 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Ver.-Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. 211 p.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul – Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário**. 1ª Ed. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2014, 734p.

HEVILÁSIO, Francisco. **Origem e evolução da agricultura**. Editora UFCG, 2009, p.1 - 14, Disponível em: http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=235 . Acesso em: 23 de abril de 2016.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. Emílio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, 15-30p.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 15-22, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 595-609p, 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. Emílio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, 65-70p.

IBGE. **SIDRA, CENSOS DEMOGRÁFICOS**. Acessado em: 21 julho de 2017. Online. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/inicial>

IBGE, **Censo Agropecuário** de 2006. Acessado em: 14 fevereiro de 2018. Online. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 55-64p, 2003.

KRETER, Ana Cecília. A previdência rural e a condição da mulher. Rev. **Gênero**, v. 5, n. 2, 2005, p. 1-11.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 14, n. 26/27, set. 2010. ISSN 2237-9843. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/39/31>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MAIA, Alexandre; BUAINAIN, Antônio. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista franco-brasileira de geografia**. n. 25, p. 1-24, 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, 568p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estudo dos solos do município de São Lourenço do Sul – RS**. Circular 52. Pelotas, 1ª ed. 47 p., 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas públicas para as mulheres rurais no Brasil**. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. 2015, 18p.

MOSS, Pamela. Taking on, Thinking about, and Doing Feminist Research in Geography. In: **Feminist Geography in Practice: Research and Methods**. Blackwell Publishers, Massachusetts, 2002, 274 p.

NARVARZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654.

NASCIMENTO, Carlos; VIANNA, Márcio; RAMOS, Diná; VILLELA, Lamounier; FRANCISCO, Daniel. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. **Anais do XVI Congresso Internacional FoMerco**, p.1-20, 2017.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaço de poder. In: **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da Silva. Ponta Grossa, Todapalavra, 137-148p, 2011.

OIM, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração**, 2009, 94p.

OLESEN, Virginia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: Normam K. Denzin, Yvonna S. Lincoln. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, p. 219 – 257, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. **Cadernos OBMigra**. Dossiê Especial, v.1, n. 2, p. 48-3, 2015.

_____. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. **Cadernos OBMigra**, v. 1, n.3, p. 1-27, 2015.

_____. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista brasileira Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. São Paulo, Pontes, 2009. 100p.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016. 383p.

PAULINO, Eliane Tomiasse. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T; FABRINI, J. E.(Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 213-238, 2008.

PERES, Roberta; BAENINGER, Rosana. **Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero**. In: IV Congresso Paraguaio de População da Associação Paraguaia de Estudos de População. Assunção, 14 a 16 de novembro de 2011.

PERES, Roberta Guimarães. Os Dois Lados da Fronteira: Imigração Boliviana, Gênero e o uso Estratégico dos Espaços. In: **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras** / Paulo Eduardo Teixeira, Antonio Mendes da Costa Braga, Rosana Baeninger (org.). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012. 368 p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 128, ano XI. Rio de Janeiro, p. 158-167, 2012.

PÓVOA NETO, Helion. Migração e fronteiras. In: **Geografia e Conjuntura Brasileira**. SUERTEGARAY, Dirce; SILVA, Charlei Aparecido; PIRES, Cláudia Luisa; PAULA, Cristiano Quaresma. (orgs). Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 372 p.

PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO DO SUL. **Decreto 2916**. Acessado em: 2 março de 2016. Online. Disponível em:
http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/Decreto_2916.pdf

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana; AMÂNCIO, Sílvia; IPÓLITO, Verônica. A modernização do campo e o êxodo rural. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, pp. 115-127, 2012.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A Mulher como Força de Trabalho no Campo. **Informações Econômicas**, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, Coleção polemica, 1987, 134p.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Séries Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ **FLACSO**/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – Junho 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. **Flacso** – Serie FORO, 2009, p. 132-161.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. SILVA, Joseli Maria (org). Ponta Grossa, PR : Todapalavra, 2009, 318p.

SOUSA, Rúbia; VIEGAS, Luciana. Os múltiplos papéis assumidos pela mulher no campo: a territorialidade das agricultoras familiares do assentamento banco da terra – MT. In: **Anais V NEER**, As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia, 2013.

SOUZA, Marcelino; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural. In: CALZAVARA, Oswaldo; LIMA, Rodne de Oliveira. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004, 308p.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SUÁREZ, Mireya; TEIXEIRA, Zuleide Araújo; MUSSI, Helena. Perspectiva de Gênero Na Produção Rural. **Estudos de Política Agrícola**, Brasília, v. 22, p. 1-85, 1994.

TAYLOR, Steven; BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. In: PAIDÓS BÁSICA. Traducción de Jorge Piatigorsky. Barcelona, 1987, 343 p.

VELEDA DA SILVA, Susana. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de **Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona; nº 262, 13 p., 2000.

_____. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. SILVA, Joseli Maria (org). Ponta Grossa, PR : Todapalavra, 2009, 318p.

_____. Geografías feministas brasileñas un punto de vista. In: **Geografía feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporâneas**. GARCÍA, María Verónica Ibarra; HERRERA, Irma Escamilla (orgs). México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016, 233p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A Modernização Sob O Comando da Terra : Os Impasses da Agricultura Moderna No Brasil. **Ideias**, IFCH.UNICAMP. CAMPINAS, v. 3, n.2, p. 25-54, 1996.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: EDIPRO, 2015.

Apêndices

Apêndice A – Resumo das políticas públicas existentes na cartilha de políticas públicas para as mulheres rurais (2015).

Políticas públicas existentes para mulheres que vivem e convivem no espaço agrário brasileiro, segundo a cartilha de políticas públicas para as mulheres rurais (2015):

A) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) - assegura às mulheres a documentação básica, através de mutirões que percorrem o Brasil inteiro.

B) Gestão e Participação Territorial: Participação das mulheres no desenvolvimento territorial e rural - são ações desenvolvidas para o fortalecimento das mulheres do território e agendas de desenvolvimento rural, buscando a inclusão social e econômica das mulheres.

C) Reforma Agrária com Igualdade: Titulação conjunta obrigatória - garantia do direito das mulheres em serem titulares da propriedade em situação de igualdade ao homem. A titulação das terras por pessoas casadas ou em união estável deve ser feita no nome dos dois, ambos possuindo os mesmos direitos sobre a terra. No caso de separação o lote ficará com a mulher, caso esta obtenha a guarda dos filhos.

D) Fomento Mulher - é uma modalidade do Crédito Instalação que tem como objetivo promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade entre mulheres e homens no meio rural.

E) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - é uma política complementar de reforma agrária que financia a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados para exploração em regime de economia familiar por trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ou com pouca terra. As mulheres possuem o direito ao título dos imóveis rurais, e a escrituração conjunta quando os mutuários e as mutuaristas constituírem um casal em situação de casamento ou união estável.

F) Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) - tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais de gestão e comercialização.

G) Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres) - tem como objetivos: fortalecer a organização produtiva; promover a agroecologia e a produção de base ecológica; ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente àquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento das atividades econômicas; e apoiar a articulação em rede dos atores e das atrizes envolvidos nesta política.

H) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher - é uma linha de Pronaf específica que tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. Com esse crédito, as trabalhadoras rurais têm mais oportunidades para desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas.

I) Mulheres e Agroecologia - são dezoito iniciativas exclusivas para as mulheres, distribuídas em quatro eixos, dentre os quais dezesseis estão sob responsabilidade do MDA. Dentre estas, destacam-se os Chamamentos específicos de ATER e as Chamadas do Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

Apêndice B - Modelo do questionário aplicado às agricultoras familiares que estavam cursando o último ano do ensino médio e/ou ensino técnicos em escolas rurais do município.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Instituto De Ciências Humanas e Informação

Programa de Pós Graduação em Geografia



QUESTIONÁRIO DESTINADO ÀS MULHERES JOVENS AGRICULTORAS
FAMILIARES COM IDADE ACIMA DE 18 ANOS.

Pesquisadora Mestranda: Caroline Tapia Bueno, contato:
caroline.bueno14@gmail.com

Atenção!

A pesquisa tem como objetivo analisar as opiniões das jovens agricultoras familiares sobre suas vidas pessoais (profissionais e familiares). O anonimato é preservado (nome, endereço ou dados pessoais não aparecerão em nenhum momento na pesquisa). A pesquisa não conta com nenhum tipo de pagamento. Eventualmente poderemos entrar em contato para prosseguimento da pesquisa.

Nome:

Telefone:

Email:

Idade:

Estado Civil:

Escola:

Modalidade (Ensino Médio, Técnico):

Localidade em que mora:

Distrito:

Marque a alternativa que você considera mais adequada ao seu contexto pessoal:

1 - Marque com um X os membros que vivem com você na propriedade e a quantidade correspondente:

Membros	X	Quantidade
MÃE		
PAI		
IRMÃO		
IRMÃ		
MARIDO		
FILHO		
FILHA		
AVÓS		
TIOS		
CUNHADA/O		
SOGROS		
OUTROS		

2 - Quantos hectares de terra, aproximadamente, a sua família possui? (Marque somente uma opção)

- A - () até 10 ha
- b - () de 11 a 30 ha
- c - () de 31 a 50 ha
- d - () de 51 a 100 ha
- e - () mais de 101 ha
- f - () não possui nenhum hectare
- g - () desconheço totalmente a quantidade de hectares

3 - Qual a principal atividade econômica que sua família desenvolve? (Se necessário marque mais de uma opção)

- a) () pecuária de corte (carne)
- b) () cultivo de soja
- c) () cultivo de milho
- d) () cultivo de fumo
- e) () silvicultura (cultivo de eucalipto, acácia...)
- f) () pecuária leiteira (leite)
- g) () cultivo de feijão
- h) () policultura (diversos produtos) com venda do que sobra do consumo da família
- i) () atividade econômica distinta da agricultura/pecuária
- j) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

4 - Seus pais incentivam você a permanecer na área rural?

- 1) () Sim
2) () Não

5 - Você será/é a sucessora de seus pais na propriedade?

- 1) () SIM, serei/sou sucessora.
2) () NÃO, quem continuara/continuou com a propriedade será/é : _____

6 - Marque com um X no quadro abaixo as funções exercidas pelos membros da sua família:

Membro da família	Tarefas Domésticas	Cuidado da horta e de pequenos animais	Tarefas na lavoura	Cuidados com as crianças (irmãs/os, filhas/os, avós, etc.)
EU				
Mãe				
Pai				
Marido				
Irmã				
Irmão				
Outros membros (feminino)				
Outros membros (masculinos)				

7 - Em sua opinião, quem exerce mais atividades na sua família? (Marque somente uma opção)

- a) () Mãe
b) () Pai
c) () Marido
d) () EU
e) () Irmão
f) () Irmã
g) () Outro. Qual? _____

8 - Em sua opinião, quem trabalha mais? (Marque somente uma opção)

- a) () Mãe

- b) () Pai
- c) () Marido
- d) () EU
- e) () Irmão
- f) () Irmã
- g) () Outro. Qual? _____

9 - Você participa das decisões da família?

- a) () SIM
- b) () NÃO

10 - Você ganha alguma remuneração (pagamento) pelas atividades que exerce na propriedade?

- a) () SIM
- b) () NÃO

11 - Você exerce alguma atividade que gere renda (dinheiro) além da agricultura familiar?

- a) () SIM
- b) () NÃO

12 - Marque com um X quais atividades que geram renda você exerce além da agricultura familiar. (Caso necessário, marque mais de uma opção)

Atividades	X
Produção de doces para comercialização	
Artesanatos para comercialização	
Trabalha em 1 turno fora da propriedade	
Outras.	Qual?

13 - Você tem vontade de continuar nas terras de sua família no futuro?

- a) () SIM
- b) () NÃO

14 - Você pretende seguir estudando?

- a) () SIM
- b) () NÃO

15 - Como você classifica as atividades que você desenvolve na propriedade:

- a) () Ajuda
- b) () Trabalho

16 - Como seus familiares enxergam as atividades desenvolvidas por você na propriedade?

- a) () Ajuda
- b) () Trabalho

17 - No futuro, onde você espera estar morando?

- a) () Área Urbana
- b) () Área Rural

18 - Após o término do Ensino Médio ou Técnico, você pretende ir morar na a cidade?

- a) () SIM
- b) () NÃO

19 - Futuramente qual profissão você gostaria de exercer?

20 - Onde você gostaria de exercer essa profissão?

- a) () Área Urbana
- b) () Área Rural

21 - Você gostaria de fazer um curso superior (faculdade)?

- a) () SIM
- b) () NÃO

22 - Se você fosse cursar um curso superior, qual seria?

23 - Se você fosse cursar um curso superior, em qual instituição ou cidade seria?

24 - Para você, sair do campo é uma opção?

- a) () SIM
- b) () NÃO

25 - Se você fosse casar, você preferiria:

- a) () Casar com alguém da área rural, pois gostaria de permanecer no campo.
- b) () Casar com alguém da área urbana, pois teria maior possibilidade de morar na cidade.
- c) () Não tenho preferência.
- d) () Nenhuma das alternativas acima. Qual? _____

26 - Você acredita que a vida na área urbana é mais fácil do que a rural?

- a) () SIM
- b) () NÃO

27 - O que mais lhe atrai na vida urbana de São Lourenço do Sul?

- a) () Maiores oportunidades de estudar.
- b) () Trabalho com salário e horários fixos.
- c) () Maior liberdade de me expressar sentimentalmente.
- d) () Lugares variados para o lazer, como: festas, praia, etc.
- e) () Outro. Qual? _____

28 - Se você fosse morar em outra cidade, qual seria?

- a) () São Lourenço do Sul
- b) () Pelotas
- c) () Camaquã
- d) () Outra. Qual? _____

29 - Alguém de sua família foi morar na cidade?

- a) () SIM
- b) () NÃO

Quem? _____

Com qual idade? _____

30 - Alguma amiga sua já foi morar na cidade?

- a) () SIM
- b) () NÃO

Com qual idade? _____

Para qual cidade? _____

31 - Em sua opinião o deslocamento de pessoas das áreas rurais para áreas urbanas é:

- a) () Um problema, pois o campo está ficando vazio e pode comprometer as futuras gerações.
- b) () Um erro, pois na área rural as mulheres possuem as mesmas oportunidades do que os homens.
- c) () Uma solução, pois nem todos podem continuar vivendo com suas famílias por falta de terras.
- d) () Uma solução, já que as mulheres não possuem os mesmos direitos que os homens na área rural.
- e) () Uma ilusão, pois a vida urbana é difícil.
- f) () Uma solução, pois seria uma oportunidade para estudar e trabalhar.
- g) () Outra. Qual? _____

32 - Marque com um X as políticas públicas que você conhece e as que você já acessou.

Políticas Públicas	Conheço	Já utilizei
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)		
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)		
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)		
Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres)		
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher		
Mulheres e Agroecologia		

Obrigada pela atenção!

Apêndice C – Roteiro de entrevista a ser realizada com as mulheres residentes do meio rural.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Instituto De Ciências Humanas e Informação

Programa de Pós Graduação em Geografia



ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS MULHERES JOVENS
AGRICULTORAS FAMILIARES COM IDADE ACIMA DE 18 ANOS RESIDENTES
NO MEIO RURAL.

Pesquisadora Mestranda: Caroline Tapia Bueno

Contato: caroline.bueno14@gmail.com

DADOS PESSOAIS

Nome:

Endereço:

Telefone:

Composição Familiar:

EDUCAÇÃO

1 – Fale como foi/é ao longo de sua vida para conseguir estudar. Até que nível estudou?

2 – Quais são as expectativas dos seus pais em relação ao seu estudo?

3 – Gostaria de ter estudado mais? Têm planos quanto a isso no futuro? Fale sobre isso.

4 – O que você acha das escolas no meio rural? Acha que pode ser um fator para que as jovens busquem estudo em centros urbanos?

5 - Você gostaria de exercer um curso superior e trabalhar no meio rural? Fale sobre isso.

FAMÍLIA E TRABALHO

- 6** – Conte como são divididas as tarefas na sua família.
- 7** – Qual a sua opinião de como são divididas as tarefas na família?
- 8** – Você concorda que as mulheres trabalham mais? Por quê?
- 9** – Você gostaria de ter o mesmo tipo de vida da sua mãe? Por quê?
- 10** – Os pagamentos são diferentes para cada membro de sua família? Explique.
- 11** – Você recebe pelas atividades que exerce? É mais ou menos do que as pessoas do sexo masculino recebem? O que você acha disso?
- 12** – Como em sua família se tomam decisões? Tem alguém que decide? Explique.
- 13** - Você se sente valorizada pelo seu trabalho?
- 14** - Quem vai ficar como titular das terras após a morte de seus pais? O que você acha sobre isso?

MIGRAÇÃO

- 15** – Você concorda que as mulheres migram por falta de oportunidades no campo? Por quê?
- 16** – Você percebe uma diferença entre as oportunidades entre os homens e as mulheres no meio rural? Como?
- 17** – No futuro, você gostaria de morar na cidade? Por quê?
- 18** – No futuro, você acredita que poderia conviver ainda nas terras de seus pais? Explique.
- 19** – Você acredita no casamento como meio de permanecer no meio rural? Por quê?
- 20** – Você se sente feliz onde você mora? O que poderia mudar?
- 21**- Você conhece alguma política pública que ampara as mulheres rurais?
- 22** – É associada a alguma cooperativa? Tem vínculos com grupos de jovens?
- 23** – Exerce outros trabalhos com remuneração além da agricultura? Como se sente em relação a isso?
- 24** – Você já pensou ou tem vontade de iniciar uma vida na área urbana? O que seria diferente?

25 - Você tem amigas e/ou familiares que migraram para áreas urbanas? Quem? Você se sente influenciada por eles a também migrar?

Apêndice D – Roteiro de entrevista a ser realizada com as mulheres que migraram da área rural para o meio urbano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Instituto De Ciências Humanas e Informação

Programa de Pós Graduação em Geografia



ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO ÀS MULHERES JOVENS
AGRICULTORAS FAMILIARES COM IDADE ACIMA DE 18 ANOS RESIDENTES
NO MEIO URBANO.

Pesquisadora Mestranda: Caroline Tapia Bueno

Contato: caroline.bueno14@gmail.com

DADOS PESSOAIS

Nome:

Endereço:

Telefone:

Composição Familiar:

MIGRAÇÃO

1 - Há quanto tempo você mora no meio urbano?

2 - Conte como foi o processo de deixar o meio rural e vir para a cidade.

3 - Qual era sua idade quando migrou? Você tinha um plano de como viveria na cidade?

4 - Qual foi a reação dos seus pais quando você comunicou a decisão a eles?

5 - Quais os motivos que te levaram a migrar?

6 - Alguém conhecido migrou antes de você? Isso te influenciou a migrar também?

7 – Você possui vontade de voltar para o meio rural? Por quê?

8 – Como você se sente na área urbana? É mais feliz? Explique.

EDUCAÇÃO

9 - No meio rural, até que ano você estudou? Por quê?

10 - Você continua estudando na área urbana? Por quê?

11 - No futuro, deseja continuar os estudos? Em que área?

12 - Qual é a sua opinião sobre as escolas rurais do município? Você considera que isso pode influenciar na migração de jovens?

13 - Você gostaria de exercer um curso superior e trabalhar no meio rural? Fale sobre isso.

FAMÍLIA E TRABALHO

14 - Na área rural, quantas pessoas viviam contigo? Quem eram elas?

15 - Na área rural, como eram divididas as tarefas na família? O que você acha disso?

16 - Você enxergava diferença entre as oportunidades dos homens e das mulheres? Explique.

17 - Na área rural, você recebia alguma remuneração pelo seu trabalho?

18 - Na área urbana, qual foi seu primeiro trabalho? Como você se sentiu nele?

19 – No espaço urbano como são divididas as tarefas na família?

20 - Fale das experiências que você teve em relação ao trabalho no meio urbano. Quais as principais diferenças que você percebeu quanto ao trabalho no meio rural?

21 - Você gostaria de ter o mesmo tipo de vida de sua mãe? Por quê?

22 - Na área rural, você participava das decisões da sua família? Explique.

23 - Você se sentia valorizada pelo seu trabalho na área rural? E na área urbana?

24 - Quem será o sucessor das terras de seus pais?

25 - Você chegou a ter contato com alguma política pública voltada para mulheres rurais?